

**ANÁLISE DE QUALIDADE DE VIDA E GRUPOS
SOCIAIS ORGANIZADOS EM VERA CRUZ,
ESTADO DE SÃO PAULO**

ALEXANDRE FLORINDO ALVES

Engenheiro Agrônomo

Orientador: Prof. Dr. Fernando Curi Peres

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada.

**Piracicaba
Estado de São Paulo - Brasil
Novembro - 1996**

ANÁLISE DE QUALIDADE DE VIDA E GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS EM VERA CRUZ, ESTADO DE SÃO PAULO

ALEXANDRE FLORINDO ALVES

Aprovada em: 04.02.97

Comissão julgadora:

Prof. Dr. Dálcio Caron

ESALQ/USP

Prof. Dr. Fernando Curi Peres

ESALQ/USP

Prof. Dr. José Jorge Gebara

FCAV/UNESP-Jaboticabal



Prof. Dr. FERNANDO CURIPERES
Orientador

“Se me é possível, pois, alguma consolação em Cristo, algum caridoso estímulo, alguma comunhão no Espírito, alguma ternura e compaixão, completai a minha alegria, permanecendo unidos. Tende um mesmo amor, uma só alma e os mesmos pensamentos. Nada façais por espírito de partido ou vanglória, mas que a humildade vos ensine a considerar os outros superiores a vós mesmos. Cada qual tenha em vista não seus próprios interesses e sim os dos outros.

Dedicaí-vos mutuamente à estima que se deve em Cristo Jesus. Sendo ele de condição divina, não se prevaleceu de sua igualdade com Deus, mas aniquilou-se a si mesmo, assumindo a condição de escravo e assemelhando-se aos homens. E sendo reconhecido exteriormente com homem, humilhou-se ainda mais, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz. Por isso Deus o exaltou soberanamente e lhe outorgou o nome que está acima de todos os nomes, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho no céu, na terra e nos infernos. E toda língua confesse, para a glória de Deus Pai, que Jesus Cristo é Senhor” Filipenses 2, 1-11¹.

¹ Epístola escrita quando o apóstolo Paulo estava preso, entre os anos 60 e 62.

A

Manoel, Antônio e Izabel, *in memoriam*

Elidia

José e Áurea

Naná

Dú e Léo

Pessoal de Vera Cruz e Espírito Santo do Turvo

Aqueles que não tiveram ou acreditaram que não têm chance

dedico

Agradecimentos

A Deus, aquele que é, que sempre está presente, nem sempre compreendido, nem sempre experimentado, graças;

Ao professor Fernando, pela amizade, sinceridade e pelo desafio;

Ao professor Caron, pela paciência, amizade e pelas sugestões;

Ao professor Gebara, pela disposição e sugestões;

Aos professores Paulo Cidade, Zilda, Fabíola, Caixeta, João Martines, Vital, Ademir, pela receptividade sugestões;

Às pessoas do IE-UNICAMP, FEA-USP, DER-UFV, CATI e CEPAM, com as quais tive aqueles papos iniciais para a definição da dissertação, pela receptividade sugestões;

À CAPES, ao CNPq e a José Alves Neto e Áurea Aparecida Florindo Alves, pelo apoio financeiro;

À Fundação W. K. Kellogg, pelo apoio financeiro às atividades de campo;

À Ana Elisa Apelian Pessoa e Eduardo Bianconcini Teixeira Mendes (“almas caridosas”), pela ajuda nas entrevistas;

Ao João Carlos Vianna de Oliveira, pelo apoio decisivo na fase de laboratório;

À população de Vera Cruz, pela receptividade e hospitalidade;

Enfim, permitam-me generalizar, pois se fosse me meter a citar nomes, certamente esqueceria alguns importantes. Para aqueles que colaboraram para a conclusão do curso de mestrado, não somente em aspectos técnicos, mas também na partilha de um ambiente que além de possibilitar, certamente facilitou e influenciou o trabalho. Para aqueles cujos nomes aparecem ou não aqui, quero que saibam que uma das coisas que fazem com que eu acredite que são especiais é que fizeram e fazem o que fazem e são o que são, sem esperar reconhecimento. A todos minha gratidão, respeito, admiração e disposição.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE QUADROS	ix
RESUMO.....	x
SUMMARY	xii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Desenvolvimento, participação popular e ação de grupos sociais organizados.....	2
2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	5
2.1 O Projeto UNIR.....	5
2.2 A interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo e a urbanização	7
2.3 A questão da pobreza.....	15
2.4 Importância dos pequenos centros.....	19
2.5 Objetivos	24
3 REFERENCIAL TEÓRICO	26
3.1 Desenvolvimento econômico e qualidade de vida.....	26
3.2 A abordagem histórica.	37
3.3 A abordagem de desenvolvimento de comunidade.	39
3.3.1 A participação popular	41
3.4 Os grupos sociais organizados.....	43
4 METODOLOGIA.....	53
4.1 O município do estudo.	53
4.2 O método do estudo de caso.	55
4.3 Obtenção das informações.....	59
4.3.1 A amostragem e o tratamento dos dados	62
4.3.2. Definição das variáveis.....	67

	Página
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
5.1 Evolução dos indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz.....	71
5.1.1 Indicadores de saúde.....	72
5.1.2 Indicadores de educação	78
5.1.3 Outros indicadores	83
5.2 Grupos sociais organizados.....	91
5.2.1 Caracterização geral dos grupos sociais organizados de Vera Cruz.....	92
5.2.2 Caracterização dos grupos sociais organizados de Vera Cruz segundo classes de agregação	102
6 CONCLUSÕES.....	117
ANEXOS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
APÊNDICE.....	140

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Esquema das fases do processo de grupo	48
2	Divisão político-administrativa do Estado de São Paulo, com a localização das Regiões Administrativas, da Região de Governo de Marília e do município de Vera Cruz	54
3	Diagrama das hipóteses em cadeia nos relacionamentos entre os níveis hierárquicos dos objetivos	66
4	Coefficientes de leitos gerais por mil habitantes no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	73
5	Taxa de mortalidade geral no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	75
6	Taxa de mortalidade infantil no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	77
7	Matrícula inicial na pré-escola no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	79
8	Variações percentuais no números de matrículas iniciais no 1º e 2º graus, entre 1980 e 1993	80
9	Taxa de evasão do ensino público de 1º grau no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1992.....	81
10	Taxa de evasão do ensino público de 2º grau no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1992.....	82
11	Consumo de energia elétrica por residências urbanas no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz (MWh/resid.) - 1980, 1985, 1988 a 1993.....	84
12	Consumo de energia elétrica por unidade rural no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz (em MWh/unidade) - 1980, 1985, 1988 a 1993	85

Página

13	Terminais telefônicos (por mil habitantes) no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	86
14	Valor adicionado per capita (R\$ de 1991) no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	87

LISTA DE TABELAS

	Página
1	Evolução da participação relativa do valor adicionado das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo - 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990 10
2	População residente e participação relativa. Estado de São Paulo e Regiões de Governo - 1970, 1980 e 1991..... 11
3	Taxas de urbanização segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo - 1980 e 1991..... 14
4	População no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993..... 72
5	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, dos coeficientes de leitos gerais por mil habitantes no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993..... 72
6	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, da taxa de mortalidade geral no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993..... 75
7	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, da taxa de mortalidade infantil no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993 77
8	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, da matrícula inicial na pré-escola no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993..... 79

9	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, da matrícula inicial no ensino público de 1º e 2º grau no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993	80
10	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, da taxa de evasão do ensino público de 1º e 2º grau no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1992.....	82
11	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, do consumo de energia elétrica por residências urbanas no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993	84
12	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, do consumo de energia elétrica por unidade rural no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.....	85
13	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, do número de terminais telefônicos por mil habitantes no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993	86
14	Taxas de crescimento acumulada, taxas médias anuais de crescimento e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz, do valor adicionado per capita no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993	88

	Página
15 Comportamento dos indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz em relação aos comportamentos dos indicadores dos referenciais utilizados (Estado de São Paulo, RA e RG de Marília) e em relação ao comportamento interno de Vera Cruz, no período de 1980 a 1993	90
16 Frequência de grupos sociais organizados, agrupados por faixa de tempo de existência.	94
17 Número de características favoráveis e suas frequências encontradas por grupo	99
18 Correlações calculadas entre o número de características favoráveis encontradas nos grupos e as variáveis relativas aos relacionamentos intergrupais	101
19 Coeficientes de leitos gerais por mil habitantes no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	122
20 Taxa de Mortalidade Geral no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	122
21 Taxa de Mortalidade Infantil no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	123
22 Matrícula inicial na pré-escola no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	123
23 Variações percentuais nos números de matrículas iniciais no 1º e 2º graus, entre 1980 e 1993	124
24 Taxa de Evasão do Ensino Público de 1º Grau no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1992	124
25 Taxa de Evasão do Ensino Público de 2º Grau no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1992	125
26 Consumo de energia elétrica por residências urbanas no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	125
27 Consumo de energia elétrica por unidade rural no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	126

	Página
28 Terminais telefônicos por mil habitantes no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993	126
29 Valor adicionado per capita no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993(R\$ de 1991).....	127
30 Distribuição numérica do quadro político-administrativo do estado de São Paulo, por unidades componentes, Regiões Administrativas e Regiões de Governo.....	128
31 Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito dos tópicos das entrevistas.....	147

LISTA DE QUADROS

Página

1	Classificação dos tipos de grupo formal segundo os beneficiários	46
2	Principais características das fases do processo de grupo	49
3	Arcabouço lógico para o resumo do desenho lógico de um projeto.....	65
4	Gabarito para preenchimento da matriz de tabulações das entrevistas	145

ANÁLISE DE QUALIDADE DE VIDA E GRUPOS SOCIAIS ORGANIZADOS EM VERA CRUZ, ESTADO DE SÃO PAULO

Autor: ALEXANDRE FLORINDO ALVES

Orientador: Prof. Dr. FERNANDO CURI PERES

RESUMO

Este trabalho estudou grupos sociais organizados e evolução de qualidade de vida de Vera Cruz, um município do interior do Estado de São Paulo. O estudo se justifica por vários aspectos: há um fenômeno de aumento da importância do interior tanto econômica quanto populacionalmente e o município estudado se localiza em uma das regiões pobres do Estado de São Paulo. A literatura mostra um aumento da importância dos pequenos centros no processo de desenvolvimento regional e até nacional e, finalmente, existe um projeto de desenvolvimento de comunidades rurais sendo executado no município. Um último aspecto refere-se ao fato de que, dado o grau de urbanização (populacional e cultural), é mais razoável trabalhar com o município e não somente com a área rural do mesmo.

Existe relação entre desenvolvimento, qualidade de vida e ação de grupos. O desenvolvimento, está ligado à melhoria/evolução de variáveis que indicam a qualidade de vida de uma população. Por outro lado, a literatura mostra que a melhoria da qualidade de vida depende, em grande parte, da atuação de grupos sociais organizados.

Há inclusive abordagens de atuação de desenvolvimento que visam estimular a participação popular, como é o caso do enfoque de “desenvolvimento de comunidades”.

Acredita-se que a relação desenvolvimento-grupos sociais organizados não seja necessariamente direta. A questão com a qual se preocupa o presente estudo é se a simples existência de grupos é condição suficiente para o desenvolvimento (dado um conjunto de condições necessárias). Podem existir características de ordem social, política e econômica que limitem o potencial de atuação dos grupos.

Para avaliar a relação entre desenvolvimento e ação de grupos sociais organizados foi feito um estudo de caso. Foram levantados dados secundários sobre os indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz, do Estado de São Paulo e das Regiões Administrativa e de Governo de Marília (os três últimos servindo como referenciais para comparações) e foi feita uma análise comparativa da evolução destes indicadores ao longo do período 1980-1993. Com relação aos grupos sociais organizados, foram feitas entrevistas com membros de 30 grupos de Vera Cruz para levantar características, interrelação com outros grupos e verificar a consistência entre seus objetivos, ações e recursos.

A maioria dos indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz apresentou melhora no período estudado. Contudo, ao se comparar com os referenciais, verificou-se que, em termos relativos, o comportamento de vários dos indicadores foi pior para Vera Cruz, mostrando que este município teve problemas de desenvolvimento no período analisado. Outro resultado se refere aos grupos sociais organizados. As entrevistas mostraram que existem problemas em boa parte dos grupos de Vera Cruz, em suas características políticas, sociais e econômico-administrativas.

ANALYSIS OF QUALITY OF LIFE AND ORGANIZED SOCIAL GROUPS IN VERA CRUZ, STATE OF SÃO PAULO

Author: ALEXANDRE FLORINDO ALVES

Adviser: Prof. Dr. FERNANDO CURI PERES

SUMMARY

This study analyzed organized social groups and quality of life in Vera Cruz, a county in the State of São Paulo. The study is justified by several aspects: there is a phenomenon of increasing economic and populational importance of the countryside and the county studied lies on one of the poorest regions in the State of São Paulo. In addition, the literature shows an increasing importance of small centers on the process of regional, and even national, development. Moreover, there is a rural community development project being carried out in the county. Finally, due to the fact that there is a high level of urbanization (populational and cultural), it is more reasonable studying the whole county rather than the rural area alone.

There is a relationship among development, quality of life, and groups' action. Development is related to increasing of variables that indicate a population quality of life level. On the other hand, literature shows that an increase in quality of life depends on, in high proportion, the organized social groups' action. There also are approaches on

development action that stimulate popular participation, as is the case of “community development” approach.

It is believed that the relation between development and social groups’ action is not necessarily direct. The issue that constitutes the main focus on this study is whether just the existence of groups is a sufficient condition for development (given a set of necessary conditions). There may exist social, political, and economic characteristics that might restrict group action potential.

In order to evaluate the relationship between development and organized social groups, a case study was carried out. Secondary data on socio-economic indicators were obtained from Vera Cruz, State of São Paulo and Administrative and Government Regions of Marília (the last three served as references for comparisons). A comparative analysis of the indicators was performed for the period 1980-1993. Interviews with 30 group members of Vera Cruz were carried out to obtain information about group characteristics, relationships among groups and to verify the consistency of the group objectives, actions and resources.

Most of Vera Cruz socio-economic indicators showed improvement during the period. However, comparisons with the references showed that, in relative terms, the behavior of several indicators was worst for Vera Cruz, indicating that this county had problems during the period of analysis. Another result refers to organized social groups. Interviews showed that there exist problems in political, social, and economic-administrative characteristics for a high proportion of Vera Cruz groups.

1 INTRODUÇÃO

Nota-se na literatura uma ausência de enfoques multidisciplinares nos estudos dos condicionantes do desenvolvimento de comunidades rurais. Como poderá ser visto ao longo deste trabalho, a maioria dos enfoques encontrados não envolvem multidisciplinariedade, o que pode ser entendido pois há um grande número de fatores envolvidos aumentando as dificuldades de análise. No entanto, mesmo incorrendo num menor aprofundamento em relação ao problema devido ao fato de ser um trabalho individual, acredita-se que a abordagem multidisciplinar pode fornecer resultados interessantes que podem ser usados na identificação e planejamento da solução de questões locais.

Embora existam muitos trabalhos disciplinares sobre desenvolvimento, pouco se conhece sobre o processo no nível municipal. Apesar da importância do interior no âmbito sócio-econômico estadual, as análises encontradas, mesmo que haja dados disponíveis por município, em sua maioria têm sido feitas segundo agregações nas Regiões de Governo, Região Administrativa¹ ou ainda Divisão Regional Agrícola (DIRA), quer seja abordando mais de um elemento quer seja investigando como alguma variável se comporta no Estado como um todo. As linhas de estudo que tratam de desenvolvimento geralmente o fazem de forma agregada (continente, país, região) ou então, de forma mais desagregada, tratam de comunidades específicas dentro dos municípios (favelas, comunidades rurais). Há claramente uma lacuna quando se busca entender o município como um todo, envolvendo aspectos rurais e urbanos.

O trabalho pretende verificar, no município de Vera Cruz, os grupos formais existentes e a evolução de indicadores sócio-econômicos do nível de qualidade de vida e, se possível, identificar alguma relação entre eles. A análise do estado dos grupos

¹ Dados sobre a divisão político-administrativa do estado de São Paulo são apresentados nos anexos.

formais, institucionalizados ou não, juntamente com a de indicadores sócio-econômicos, fornecerá elementos para o estabelecimento de relações - se houver - entre estes aspectos, considerando fatores sociais, políticos e econômicos. O entendimento de como estão e como se relacionam estes fatores pode ser de grande utilidade para subsidiar as atividades dos tomadores de decisão locais no sentido de melhoria da qualidade de vida das populações a que estão ligados.

1.1 Desenvolvimento, participação popular e ação de grupos sociais organizados

Existem evidências na literatura que permitem afirmar que há uma relação entre a atuação de grupos sociais organizados e desenvolvimento. Os processos de desenvolvimento que levam em conta, promovem ou estão baseados na participação de seus beneficiários em suas diversas fases têm maiores probabilidades de sucesso, no sentido de que pode haver melhor definição dos problemas a serem enfrentados e, além disso, co-execução (e até mesmo co-financiamento) no enfrentamento destes problemas. Esta participação geralmente é vista como sendo através dos grupos sociais organizados. Como exemplo desse tipo de proposição, tem-se afirmações como a de Kisil (s. n. t.) a respeito do envolvimento das pessoas no seu próprio desenvolvimento, onde o autor argumenta que:

“1) tal envolvimento é essencial para a realização de um desenvolvimento de base ampla; 2) trazer à tona e sustentar tal participação requererá alguma configuração de organizações que são responsáveis e sensíveis aos seus membros; 3) a variedade de interesses e necessidades entre as pessoas requer uma variedade de organizações numa mesma área; e 4) os pormenores das organizações que têm probabilidade de ser bem sucedidas variará de acordo com experiências específicas locais, as tarefas a serem desempenhadas e o ambiente político-administrativo” (Kisil, s. n. t., p. 1).

As evidências citadas no parágrafo anterior não se referem somente ao Brasil. Nunes & Jacobi (1983) tratam a problemática urbana de acordo com fatos ocorridos na Espanha e no Brasil, dando exemplos de casos no Brasil onde houve efetiva participação popular em administração pública municipal. Essas participações tiveram iniciativas tanto de prefeitos como de população, tendo sempre como pano de fundo a

conotação de que a participação organizada da população, nos dois tipos de iniciativas, é fundamental para se atingir os objetivos de melhoria da qualidade de vida.

A participação popular está diretamente ligada à existência e atuação de grupos sociais organizados. De acordo com Trecker & Trecker (1968), dificilmente se encontra numa comunidade qualquer desenvolvimento ou melhora que não seja resultado do planejamento e atuação de grupos, sejam eles de serviços públicos ou privados, igrejas, etc. Constantemente, na vida do país ou até mesmo local, são grupos de pessoas que tomam decisões que são fundamentais para o bem-estar humano. Apesar desta ênfase na importância dos grupos, os autores não fazem nenhum tipo de distinção quanto ao tipo de grupo, isto é, consideram todos os agrupamentos de pessoas, os quais incluem então os grupos sociais organizados formais (de que pretende tratar o presente estudo).

A ação local para a promoção de condições de melhora constante na qualidade de vida da população e alívio da pobreza é necessária. Não há dúvidas de que a pobreza é um problema generalizado. Merece destaque a questão de que a espera por ajuda externa, geralmente governamental, aos poucos deve perder importância para a ação local, seja pela dificuldade de atuação e ineficiência do estado ou pela reestruturação de sua atuação social, o que provoca uma reversão no processo de determinação das necessidades. A mobilização e organização local devem promover a sistematização dos problemas, verificando o que pode ser efetivamente resolvido localmente e o que depende de instâncias superiores, processo este que repetido ao longo do tempo pode trazer uma continuidade das melhoras. Isto está de acordo com Munck², citado por Leite (1983), segundo o qual existe um estilo de desenvolvimento que deriva de realidades históricas, políticas e sociais. Um dos aspectos citados por Leite (1983) referentes a este estilo diz respeito ao fato de que:

“o desenvolvimento deve ser concebido como um processo integral abrangendo metas econômicas e sociais, assegurando, de modo efetivo, a participação da população nesse processo e nos seus benefícios, ou seja, os grupos sociais que eram

² MUNCK, R. **The design of rural development - lessons from Africa**. Washington: John Hopkins University Press, 1975.

“objeto” devem também passar a ser “sujeito” e “fim” desse processo” (Leite, 1983,

p. 68). A participação popular consiste em passo fundamental na institucionalização associada ao processo de desenvolvimento. Segundo Kisil (s. n. t.):

“uma análise mais detalhada da participação popular como um processo mostra que há um número de estágios discretos. Numa primeira instância um estágio de ‘participação marginal’ pode ser distinguido, no qual a participação popular é limitada e transitória e tem pouca influência direta sobre o resultado da atividade de desenvolvimento. Em um nível diferente há um estágio de ‘participação substancial’. Neste estágio, pessoas estão ativamente envolvidas na determinação de prioridades e execução de atividades, mesmo que os mecanismos destas atividades sejam controlados externamente. Finalmente, um último estágio de ‘participação estruturada’ pode ser distinguido. Neste caso, participação é um componente integral do processo de desenvolvimento. As pessoas desempenham uma parte ativa e direta no processo de desenvolvimento e têm o poder de garantir que seja dada atenção às suas opiniões” (Kisil, s. n. t., p.17).

Vê-se, então, que o problema de desenvolvimento local deve envolver o estudo dos grupos sociais organizados, institucionalizados ou não, e como eles interagem uns com os outros. Uma vez que o desenvolvimento está associado à qualidade de vida, que pode ser representada através dos indicadores sócio-econômicos, é interessante estudar estes indicadores. A existência de grupos sociais organizados está relacionada à participação popular no processo de desenvolvimento, o que pode garantir não só a continuidade do processo, como também a adesão às iniciativas que possam partir dos mais diferentes segmentos da sociedade e do governo. Com isso, pode haver contribuições para a melhoria da qualidade de vida e também da redução efetiva da pobreza absoluta, através da melhoria dos serviços disponíveis à população e pela ação de certos tipos de grupos, tanto em qualidade como em quantidade, independentemente de quem seja o fornecedor desses serviços.

2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O presente estudo tem duas motivações principais. Elas residem na existência de um projeto de desenvolvimento rural existente nos municípios de Vera Cruz e Espírito Santo do Turvo e na perspectiva de uma abordagem multidisciplinar para o problema de desenvolvimento municipal, uma vez que, dado o estágio e a tendência de crescente urbanização, a dissociação entre desenvolvimento da zona rural e urbana não é mais razoável, principalmente naqueles municípios notadamente agrícolas³. O presente estudo apresenta-se ainda dentro de um contexto que envolve o fenômeno de interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo, do problema da pobreza e do aumento de interesse pelo papel dos pequenos centros no processo de desenvolvimento de uma nação. O objetivo deste capítulo, basicamente, é o de responder à pergunta: porque fazer um estudo relacionado a um pequeno município do interior do Estado de São Paulo chamado Vera Cruz? Para tanto, serão expostos alguns aspectos relevantes do referido contexto deste estudo.

2.1 O Projeto UNIR

O UNIR (Uma Nova Iniciativa Rural) é um projeto de desenvolvimento rural cuja proposta tem como principal objetivo ampliar a capacidade da Universidade de São Paulo (USP) em participar do processo de superação dos problemas comunitários. Como objetivos específicos, o projeto visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida de pequenos produtores e trabalhadores rurais, preparar estudantes para o trabalho em comunidades carentes e aumentar a quantidade e qualidade de serviços oferecidos pelas instituições.

³ São municípios com uma proporção relativamente elevada de população rural e com a maior parcela de sua economia dependendo direta e/ou indiretamente de suas atividades agrícolas (Martin, 1993).

Em relação ao primeiro objetivo específico, tem-se que houve um aumento da urbanização no interior paulista que faz com que fique difícil tratar de desenvolvimento rural considerando apenas as áreas agrícolas. Cada vez mais os pequenos produtores e trabalhadores rurais utilizam-se dos serviços como comércio, educação e saúde disponíveis, e/ou residem, nas sedes dos municípios, fazendo com que se acredite que falar em desenvolvimento municipal tenha uma perspectiva mais correta de objeto para atingir o público alvo proposto.

Os municípios selecionados para a atuação do projeto foram Vera Cruz e Espírito Santo do Turvo. Estes municípios foram escolhidos dentre seis com os quais já havia sido executado um projeto envolvendo a USP: o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado. Houve uma decisão, desde o início, de abordar o problema de forma multidisciplinar, envolvendo assim o Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, a Faculdade de Saúde Pública e a Faculdade de Educação, todas da USP, várias instituições locais (públicas e privadas) e o público alvo, ou seja, pequenos produtores e trabalhadores rurais, nos dois municípios. A proposta do projeto foi escrita, após um pré-diagnóstico, por professores e alunos da USP e aprovada após ser apresentada a representantes das instituições locais e do público alvo.

O principal problema a ser atacado pelo UNIR nos municípios envolvidos no projeto é a pobreza, que tem como causas apontadas a grande concentração de pequenos produtores rurais na zona urbana, a sazonalidade e baixa eficiência das atividades agrícolas tradicionais e falta de alternativas de emprego (Mattos, 1994).

O projeto UNIR tem como agentes fundamentais as instituições públicas e privadas⁴. Porém, estas têm sido ineficientes na resolução dos problemas das famílias de pequenos produtores e trabalhadores rurais devido à inadequada forma técnica e gerencial e pouca participação da comunidade em suas decisões (Mattos, 1994). Ocorre que pelo fato de tratar de desenvolvimento municipal, não basta analisar apenas as

⁴ As principais instituições mencionadas no projeto, segundo Mattos (1994), são a Casa da Agricultura, Escola Agrícola, Associações de Produtores e os Sindicatos de Produtores e de Trabalhadores Rurais, Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Escolas Estaduais e Municipais.

instituições, mas sim os grupos sociais organizados, institucionalizados ou não, cuja ação esteja ligada à qualidade de vida da população e que podem ter papel importante na viabilização da participação popular no processo de desenvolvimento, o que está de acordo com um dos princípios fundamentais do projeto que diz que “a sustentabilidade dos processos de mudança social exige um alto nível de comprometimento individual e de grupo” (Mattos, 1994, p. 7). O papel dos grupos também é destacado por Molina (1986):

“Identificar os pequenos grupos existentes e motivar a formação de outros atendendo aos interesses dos membros deveria ser o ponto de partida de qualquer ação e terá muito a ver com o sucesso ou insucesso do programa de trabalho técnico” (Molina, 1986, p. 4-5).

A melhoria dos serviços prestados pela instituições depende de uma maior participação da sociedade organizada. Quanto à qualidade dos serviços prestados à população, a proposta UNIR cita que entre outras coisas é necessário aumentar a interação entre as instituições e as famílias para melhorar o entendimento dos problemas e incentivar a participação popular nas atividades das instituições e estimular a cooperação entre as instituições. Com a ampliação do enfoque para grupos sociais organizados que se pretende dar neste trabalho, torna-se então necessário o conhecimento da existência destes grupos, do grau de organização/maturidade dos mesmos e como estes se relacionam entre si e com a comunidade. A proposta UNIR se apresenta num sentido de sustentabilidade temporal. Após o término da intervenção, prevista em três anos, é desejável e esperado que os agentes locais (grupos e instituições) assumam a responsabilidade da continuidade do processo de desenvolvimento.

2.2 A interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo e a urbanização

A interiorização do desenvolvimento do estado de São Paulo é um processo relacionado à demografia e à evolução do valor agregado da produção (e outros indicadores de atividade econômica). O estado de São Paulo vem, historicamente, passando por um processo de interiorização, no qual estão espelhados os crescimentos dos setores econômicos e da população no interior, o que desperta o interesse de diversos membros da sociedade, tais como planejadores públicos, investidores e

pesquisadores para estudos no sentido do entendimento do processo e aumenta a importância do papel dos municípios interioranos quanto às suas atividades e possibilidades sócio-econômicas.

A evolução da industrialização mostra que o interior voltou a crescer em importância relativa. Até o início deste século, a economia paulista era baseada na agricultura e o interior do estado tinha uma grande importância relativa. Com a industrialização, a capital do estado passou a predominar economicamente, processo que sofreu uma tendência de inversão a partir do momento em que começou a haver a industrialização mais intensa do interior. Segundo Negri et al. (1988), já no final da década de 20, o interior detinha 29% da produção industrial do Estado de São Paulo e desta época até o período 1956/1961 houve um avanço da industrialização interiorizada, porém com características de complementaridade à produção da Grande São Paulo, produzindo bens de consumo não-duráveis e agro-industriais. Essa estrutura seria mudada na grande expansão industrial da década de 70 com a implantação, no interior, de indústrias de porte médio a grande em segmentos de maior complexidade. Há também o destaque para o papel da modernização agrícola e seu impacto sobre a agroindústria e sobre a indústria fornecedora de insumos.

A literatura confirma a tendência da interiorização paulista. Segundo Silva (1994, p. 11) “apesar de ainda predominar uma elevada concentração produtiva na Grande São Paulo e na Região Administrativa de Campinas, já se verifica um processo de interiorização do desenvolvimento econômico”. Isto já era destacado em Azzoni (1993), onde aparece que:

“internamente a São Paulo, já é conhecida a perda de importância relativa da Capital em primeiro momento, e da Região Metropolitana da Grande São Paulo, em segundo, no total da produção estadual” (Azzoni, 1993, p. 8).

Ainda de acordo com Silva (1994) através da análise da evolução do valor adicionado nas Regiões Administrativas no período de 1970 a 1990 percebe-se que:

“enquanto a Região Metropolitana não acompanhou o crescimento total do Estado, outras regiões passaram a ser importantes no conjunto da economia paulista, seja pela expansão da indústria de ponta, agroindústria ou serviços” (Silva, 1994, p. 11),

o que pode ser constatado pelos dados contidos na tabela 1.

Verificou-se também que as regiões eminentemente agrícolas apenas mantiveram ou até reduziram sua participação. Esta informação corresponde ao esperado numa análise de valor adicionado, visto que o setor agrícola é o que adiciona relativamente menor valor no seu processo produtivo. Outro aspecto interessante destacado no trabalho de Silva (1994) é o fato de que além da interiorização, observou-se que não foram os municípios-sede das Regiões Administrativas os que mais cresceram, indicando uma tendência de desconcentração do crescimento.

O aumento dos custos, tanto sociais quanto de localização e manutenção de empreendimentos, é indicado como possível explicação para o processo de interiorização. Silva (1994) sugere que:

“no processo de investimentos associados à expansão da atividade produtiva, apesar de os centros tradicionalmente avançados já serem dotados de infra-estrutura básica e amplo mercado consumidor, há uma forte elevação dos custos de localização e manutenção de empreendimentos devido a problemas de excessiva valorização da terra urbana, congestionamentos, poluição, etc., tornando o investimento no interior mais atrativo” (Silva, 1994, p. 12).

Choguill (1989), lembra que a centralização urbana nos países em desenvolvimento tem resultado em problemas como congestionamentos, migração, moradia, desemprego e deterioração ambientais (poderiam ser acrescentados violência, exclusão dos habitantes do interior do processo de desenvolvimento, problemas de saneamento básico, etc.) o que faz com que os analistas urbanos direcionem sua atenção ao desenvolvimento de pequenas e médias cidades como meio de contrabalançar este processo.

Tabela 1 - Evolução da participação relativa do valor adicionado das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo - 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990 (percentagens).

Região Administrativa	Ano				
	1970	1975	1980	1985	1990
	%				
Metropolitana de São Paulo	65,1	63,5	60,0	52,8	53,0
Registro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Santos	3,4	4,2	4,6	3,8	3,8
São José dos Campos	3,0	4,4	4,7	5,3	6,8
Sorocaba	3,0	2,9	3,9	4,9	4,8
Campinas	10,1	11,1	13,9	16,1	16,5
Central	1,5	1,5	2,1	2,8	2,1
Barretos	1,2	0,5	0,8	1,3	0,9
Ribeirão Preto	1,4	1,4	1,8	2,6	2,2
Franca	0,8	0,8	1,0	1,3	1,3
Bauru	3,6	4,1	1,7	2,3	1,8
São José do Rio Preto	1,8	1,6	1,7	1,9	2,2
Araçatuba	1,4	1,0	1,1	1,2	1,6
Presidente Prudente	1,8	1,4	1,2	1,4	1,2
Marília	1,6	1,3	1,4	2,0	1,6

Fonte: adaptado de Silva (1994)

A população tem crescido a taxas assimétricas no estado de São Paulo, indicando uma possível tendência de aumento de importância em determinadas regiões. Segundo Azzoni (1993), as regiões a Oeste do estado aumentaram as taxas de crescimento, as do Leste diminuíram e a região central manteve o crescimento populacional no período analisado - 1970 a 1991. A tabela 2 apresenta a evolução das populações residentes e participação relativa das regiões de governo no período 1970 a 1991.

Tabela 2 - População residente e participação relativa. Estado de São Paulo e Regiões de Governo - 1970, 1980 e 1991.

Estado e Regiões de Governo	População			Participação relativa (%)		
	1970	1980	1991 ¹	1970	1980	1991 ¹
Estado de São Paulo	17.771.948	25.040.712	31.546.473	100,00	100,00	100,00
Metropolitana	8.139.730	12.588.725	15.416.416	45,80	50,27	48,87
Campinas	770.497	1.407.236	2.030.722	4,34	5,62	6,44
Santos	653.441	961.249	1.219.488	3,68	3,84	3,87
Sorocaba	458.374	633.590	976.543	2,58	2,73	3,10
Ribeirão Preto	475.022	657.970	896.949	2,67	2,63	2,84
São José dos Campos	270.659	487.156	709.874	1,52	1,95	2,25
Jundiaí	247.881	401.121	536.614	1,39	1,60	1,70
São José do Rio Preto	334.905	402.233	528.822	1,88	1,61	1,68
Presidente Prudente	425.929	417.934	495.834	2,40	1,67	1,57
Limeira	238.085	340.182	467.151	1,34	1,36	1,48
Bauru	280.460	364.479	464.332	1,58	1,46	1,47
Araraquara	249.768	328.251	445.414	1,41	1,31	1,41
Araçatuba	344.265	367.583	442.622	1,94	1,47	1,40
Franca	268.890	318.810	428.853	1,51	1,27	1,36
Taubaté	236.383	322.747	412.005	1,33	1,29	1,31
São João da Boa Vista	273.044	328.311	402.230	1,54	1,31	1,28
Piracicaba	215.729	295.801	396.480	1,21	1,18	1,26
Bragança Paulista	224.738	289.747	381.643	1,26	1,16	1,21
Barretos	245.039	268.839	358.231	1,38	1,07	1,14
Itapetininga	171.636	226.335	308.434	0,97	0,90	0,98
Itapeva	197.722	257.200	304.933	1,11	1,03	0,97
São Carlos	159.180	215.119	283.360	0,90	0,86	0,90
Guaratinguetá	197.097	232.213	275.955	1,11	0,93	0,87

continua

Tabela 2 (continuação) - População residente e participação relativa. Estado de São Paulo e Regiões de Governo - 1970, 1980 e 1991.

Marília	220.826	236.708	274.475	1,24	0,95	0,87
Registro	137.893	185.562	227.266	0,78	0,74	0,72
Catanduva	159.483	190.045	221.819	0,90	0,76	0,70
Jaú	138.003	171.837	220.695	0,78	0,69	0,70
Avaré	171.185	188.042	219.772	0,96	0,75	0,70
Botucatu	142.078	155.009	204.698	0,80	0,62	0,65
Assis	164.380	159.251	198.845	0,92	0,64	0,63
Rio Claro	117.032	149.865	188.642	0,66	0,60	0,60
Ourinhos	148.973	149.586	176.009	0,84	0,60	0,56
Andradina	182.079	157.277	171.817	1,02	0,63	0,54
Caraguatatuba	48.006	87.777	145.555	0,27	0,35	0,47
Votuporanga	132.677	130.005	142.941	0,75	0,52	0,45
Tupã	129.088	135.333	139.344	0,73	0,54	0,44
Lins	151.545	125.929	139.193	0,68	0,50	0,44
Jales	158.234	131.964	135.896	0,89	0,53	0,43
Adamantina	149.036	137.630	130.608	0,84	0,55	0,41
São Joaquim da Barra	82.011	92.666	112.166	0,46	0,37	0,36
Dracena	108.755	106.534	107.558	0,61	0,43	0,34
Cruzeiro	82.514	91.271	104.414	0,46	0,36	0,33
Fernandópolis	99.676	95.490	99.855	0,56	0,38	0,32

Fonte: Azzoni (1993)

¹ Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991

As regiões Oeste Paulista e a área central não aumentaram sua participação relativa na população do Estado. Pela análise dos dados da tabela 2, verifica-se que, apesar da tendência de crescimento, essas áreas não aumentaram sua participação relativa devido ao tamanho reduzido de suas populações, havendo contudo uma

homogeneização das taxas de urbanização⁵ entre as Regiões de Governo do Estado de São Paulo (Azzoni, 1993), o que pode ser visto na tabela 3. Outro aspecto interessante é o fato de que o volume de população rural tem diminuído desde a década de 60, passando de 4.827 mil pessoas em 1960 a 2.273 mil pessoas em 1991 (Azzoni, 1993), uma queda de 52,91%. Semeghini & Araújo (1989) fazem uma relação entre a interiorização e a urbanização ao afirmarem que:

“os impactos da industrialização do campo, consolidando os nexos intersetoriais a reforçar o crescimento urbano - transporte, armazenamento, comércio, crédito, serviços diversos (no setor terciário) - e o crescimento da agroindústria de processamento foram cruciais neste contexto (da interiorização). Alterações correlatas sobre o emprego no campo repercutiram diretamente nas cidades, com o crescente domicílio urbano da mão-de-obra rural” (Semeghini & Araújo , 1989, p. 77).

A urbanização não é vista somente como um fenômeno demográfico. Além do aumento da taxa de urbanização, que reflete a concentração da população nos centros urbanos, existe a urbanização tal qual definida por Pereira (1972), que consiste na adesão e efetivação de um modo de vida urbano pelas populações não citadinas, o que, segundo este autor, acarreta a expansão quantitativa e qualitativa das necessidades de consumo material e não material para além das cidades, fazendo com que haja uma homogeneização da sociedade quanto à adesão a padrões de vida mais elevados.

⁵ Percentual de população urbana no município (cidade, vilas e áreas urbanas), em relação à população total.

Tabela 3 - Taxas de urbanização segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo - 1980 e 1991.

Região de Governo	Taxas de urbanização (%)	
	1980	1991
Metropolitana	96,78	97,84
Registro	55,39	60,79
Santos	99,46	99,57
Caraguatatuba	95,81	98,87
Cruzeiro	79,07	85,34
Guaratinguetá	82,13	88,07
São José dos Campos	91,56	92,35
Taubaté	85,59	90,15
Avaré	60,26	73,89
Botucatu	74,30	83,78
Itapetininga	69,15	78,93
Itapeva	47,71	61,31
Sorocaba	83,67	86,42
Bragança Paulista	69,40	79,69
Campinas	88,16	94,88
Jundiaí	83,43	89,96
Limeira	85,14	86,97
Piracicaba	86,69	90,63
Rio Claro	87,25	90,30
São João da Boa Vista	68,40	77,28
Ribeirão Preto	88,25	93,37
Bauru	82,69	90,65
Jaú	80,75	90,57
Lins	69,20	80,38

continua

Tabela 3 (continuação) - Taxas de urbanização segundo as Regiões de Governo do Estado de São Paulo - 1980 e 1991.

Catanduva	69,28	85,42
Fernandópolis	65,15	79,55
Jales	60,94	73,99
São José do Rio Preto	77,24	88,03
Votuporanga	66,43	79,65
Andradina	76,34	84,42
Araçatuba	76,84	87,51
Adamantina	57,77	76,47
Dracena	60,92	79,68
Presidente Prudente	74,80	83,68
Assis	75,38	86,19
Marília	72,93	84,23
Ourinhos	71,90	81,67
Tupã	64,36	80,37
Araraquara	80,31	87,84
São Carlos	84,76	89,79
Barretos	79,42	87,90
Franca	83,50	90,42
São Joaquim da Barra	81,33	87,11

Fonte: Azzoni (1993)

2.3 A questão da pobreza

A questão da pobreza é um aspecto muito importante a ser tratado, uma vez que tem implicações para a sociedade como um todo, inclusive os não pobres. Estas implicações se expressam em custos sociais relacionados à saúde, violência e produtividade do trabalho, entre outros, além de considerações de ordem humanística. Além disso, como visto anteriormente, é o principal problema a ser atacado pelo Projeto UNIR. De acordo com Fundación Kellog (s. n. t.) há poucas dúvidas de que o problema

de maior urgência na atual sociedade latino-americana é a persistência da pobreza. Chiriboga⁶, citado neste trabalho, citando ainda um terceiro autor (Alain de Janvry), diz que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza (embora não tenha especificado qual o critério/valor) na América Latina evoluiu de 112 milhões em 1970 para 130 milhões em 1980 e 150 milhões em 1986, com estimativa de 170 milhões para o ano 2000. Cita ainda que a situação se agravou com os ajustes econômicos que reduziram os gastos sociais com saúde, educação e subsídio de alimentos.

Há trabalhos que tratam especificamente da pobreza rural. Schuh⁷, citado por Patrick (1975) mostra que, em uma economia de mercado, onde a transferência de renda do setor agrícola para o setor não-agrícola é regulada por preços, o próprio processo de desenvolvimento tende a criar um problema persistente de renda (relativa) para o setor agrícola (não necessariamente de pobreza absoluta). Entretanto, segundo Patrick (1975):

“o problema de renda na agricultura brasileira só pode ser parcialmente encarado como resultante do processo espontâneo de desenvolvimento. O conjunto específico de políticas desenvolvimentistas adotado no Brasil tendeu a criar discriminações para o setor agrícola como um todo, e a agravar o problema de renda relativa” (Patrick, 1975, p. 5).

Porém há reflexos da pobreza rural nas zonas urbanas, visto que nestas residem de produtores rurais até trabalhadores temporariamente ou não ligados à agricultura, provenientes ou não do meio rural.

A pobreza é um problema generalizado, mas também marcante no município do estudo. De acordo com Semeghini & Araújo (1989), até a década de 1970, as cidades do interior apresentavam níveis de qualidade de vida urbana incontestavelmente superiores ao da capital paulista e à média brasileira, conforme demonstram indicadores como cobertura da rede de água e esgotos, índices de

⁶ A referência a este autor não foi encontrada em Fundación Kellog (s. n. t.).

⁷ SCHUH, G. E. O problema da renda na agricultura brasileira. in: **Alternativas de desenvolvimento para grupos de baixa renda na agricultura brasileira - teoria e metodologia**, vol. II, IPE-EMBRAPA, 1974, mimeografado, p. 120-84

mortalidade infantil e geral e indicadores de habitação. As favelas eram desconhecidas na quase totalidade destas cidades, inclusive nas maiores. Para Martin (1993):

“a recessão econômica vivida pelo País e pelo Estado desde o início dos anos 80 e como consequência os grandes ajustes que vêm passando a agricultura paulista, com a crise dos produtos tradicionais e fortemente empregadores de mão-de-obra como o café e o algodão, geraram um total de 226 municípios paulistas com mais de 20% de suas famílias classificadas como indigentes, com ganhos familiares que permitem no máximo a aquisição de uma cesta básica, conforme estudo da Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo⁸. A concentração da indigência ocorre basicamente nas regiões agrícolas, principalmente no oeste Paulista ao longo de toda divisa com o Paraná, Vale do Ribeira e Paraíba” (Martin, 1993, p. 28),

abrangendo então a região onde está localizado o município de Vera Cruz, onde, segundo Mattos (1994), a pobreza tem relação com a atividade agrícola devido à concentração de agricultores na zona urbana, à sazonalidade e baixa eficiência das atividades agrícolas e à falta de alternativas de emprego.

Pobreza é um fenômeno que possui conceitos diferentes.. Segundo Solórzano Cuadra (1981, p. 1), “tanto o conceito quanto a mensuração da pobreza normalmente são vistos como uma questão filosófica e controvertida”, definindo-se desde formas simples até outras mais sofisticadas onde se encontram explícitas necessidades físicas, culturais e psicológicas. Também é comum a definição de pobreza em relativa e absoluta. Segundo Mata (1979):

“a pobreza absoluta envolve a noção de mínimo necessário à subsistência - de uma família - e consta de uma dieta básica, medida geralmente em calorias, acrescida de outros gastos indispensáveis, tais como saúde, transporte e vestuário. A pobreza relativa considera explicitamente o padrão de vida atingido pela sociedade, implicando portanto grande semelhança entre este conceito e o de desigualdade” (Mata, 1979, p. 107).

⁸ SÃO PAULO, COORDENADORIA DE ABASTECIMENTO. **População residente total e indigente.** São Paulo: Cab, 1993. (mimeografado)

O autor considera que os índices de pobreza e desemprego são indicadores do nível de renda da população, estando então associados ao nível de bem-estar social. Segundo o mesmo autor, também a pobreza absoluta depende das condições de vida da sociedade, citando que o combate à pobreza passa pela redução de ambas, ou seja, da pobreza relativa melhorando a distribuição de renda e da pobreza absoluta, implicando no ataque a curto e médio prazos aos sintomas de carência generalizada dos pobres.

Existem ainda definições de pobreza com relação a grupos específicos, como é o caso das pessoas ligadas ao meio rural. Para Fundación Kellog (s. n. t.), pobres rurais são definidos como aqueles que têm dificuldade para competir nos mercados, não acessam o financiamento e a tecnologia nem os serviços mínimos. Basicamente são os assalariados com empregos estacionais e salários baixos, os minifundistas e os que têm acesso limitado aos recursos produtivos. Um importante fato citado neste último trabalho diz respeito às mais altas concentrações relativas de pobreza na zona rural como também à relação entre a pobreza urbana e a rural, o que em parte pode ser entendido pelo aumento das taxas de urbanização expostos anteriormente, ou seja, parte da pobreza rural se voltou/deslocou para os centros urbanos. Porém, segundo Solórzano Cuadra (1981), a não consideração das diferenças espaciais de custo ocasiona uma imagem ilusória da magnitude e localização da pobreza, superestimando a pobreza rural e subestimando a urbana. Entretanto, entende-se que o aumento da urbanização provoca uma aproximação cada vez maior entre as situações rurais e urbanas, pois cada vez mais os habitantes da zona rural dependem de bens adquiridos nas cidades, o que pode diminuir as discrepâncias das estimações. Ainda segundo Fundación Kellog (s. n. t.), a aliviação da pobreza rural pode reduzir as taxas migratórias, fortalecer as comunidades rurais e microrregionais, além do aumento da capacidade do migrante (haja visto que não há indícios de que a migração venha a cessar) de integrar-se aos trabalhos produtivos urbanos.

A aliviação da pobreza e dos seus efeitos é sempre uma justificativa para qualquer esforço de pesquisa e ação social. É necessário enfatizar que não é somente um problema relativo à repulsa que existe em relação à situação de pobreza. Pobreza relativa dificilmente deixará de existir, mas a redução dos níveis de pobreza absoluta é um fator

indispensável seja para o desenvolvimento local ou para o nacional, uma vez que esta redução está relacionada ao aumento do estoque de capital humano capaz de impulsionar uma economia. Entende-se que a aliviação da pobreza passa pela ativação da sociedade em termos de tomar posição frente ao planejamento e execução de atividades relacionadas à organização das pessoas. As diferentes experiências de organização, que ocorrem nas mais distintas instâncias, uma vez analisadas, podem ser aproveitadas e extrapoladas adequadamente. Dentre estas instâncias podem ser relacionados os pequenos centros ou municípios e o entendimento das organizações ou grupos formais, institucionalizados ou não, existentes nos mesmos, pode auxiliar na compreensão do processo de desenvolvimento local e até mesmo global.

2.4 Importância dos pequenos centros

Os pequenos centros têm tido um aumento de importância nos estudos relacionados ao desenvolvimento. De acordo com Hinderink & Titus (1988), os pequenos centros e seu papel no processo de desenvolvimento constituem um importante aspecto de debate, devido ao fato de opiniões diferirem a respeito de sua capacidade de expandir a modernização, seu impacto sobre o desenvolvimento de áreas rurais, seu funcionamento como centros de serviços e seu papel na contenção do êxodo rural. Segundo Choguill (1989), embora o impacto do desenvolvimento de pequenas cidades possa ser insignificante para o país, pode ter um papel importante regional e sub-regional, pois, como elementos de ligação entre as esferas rural e urbana, estes centros podem proporcionar serviços à população rural como saúde, educação, processamento primário de produtos agrícolas, fornecimento de insumos, crédito e assistência técnica.

Na China, Xiaoyi (1993) cita que o desenvolvimento de pequenas cidades é parte importante do processo de industrialização e urbanização do país, destacando os crescentes requerimentos em infra-estrutura e a concordância com as capacidades do país. Vermeer & Middelhock (1992), em um artigo sobre a política de urbanização chinesa baseada no desenvolvimento de pequenas cidades, citam que o governo local argumentava, na defesa deste tipo de procedimento, que haveria absorção de excedente de mão-de-obra além do fato de reduzir a migração para as cidades maiores.

Os pequenos centros, em sua maioria com grande vínculo agrícola, são um meio onde as relações rural urbano estão fortemente associadas. A atração dos indivíduos para as cidades, seja por perspectivas de serviços disponíveis, de emprego ou outro motivo qualquer, resultaram nas altas taxas de urbanização verificadas hoje em dia, o que mostra que boa parte da demanda de mão-de-obra rural é suprida por trabalhadores que vivem em cidades:

“Nos dias que correm, a urbanização é dominante e parte da população ativa rural já reside fora da porteira da fazenda que demanda seu trabalho” (Alves, 1995, p.16).

Tal é a relação rural-urbano que, segundo Wuo (1991), a Constituição Estadual de São Paulo (art. 184) :

“apregoa a necessidade dos municípios realizarem uma proposta global de desenvolvimento municipal, considerando também o desenvolvimento da zona rural”
Wuo (1991, p. ii),

o que exemplifica a importância da visão de desenvolvimento do município como um todo.

Também para exemplificar esta importância dada, cabe relacionar autores que fazem referência a alguns aspectos tratados no presente trabalho, também com ênfase a esses aspectos relacionados aos pequenos centros. Talvez pudesse não estar se referindo a este nível de análise, mas Hilhorst (1973) levantou uma questão interessante em sua argumentação sobre o fato de que os subsistemas nacionais - e os municípios podem ser encarados como tais - não devem ser desenvolvidos todos simultaneamente. O autor cita que isto seria interessante devido à falta de recursos, ao fato de que os maiores retornos aos investimentos sociais ocorrerem quando espacialmente concentrados e ao fato de que os sistemas são dinâmicos, fazendo com que as probabilidades de erros sejam menores e o aproveitamento de experiências seja maior quando as ações forem localizadas.

Existem vários trabalhos em diferentes países tratando da relação rural-urbano. Choguill (1989) relata o fato que os planejadores de desenvolvimento começam a olhar para as pequenas e médias cidades (além das capitais e grandes metrópoles do

interior) e, neste nível de hierarquia, seu trabalho teve como objetivo analisar questões como a influência dos investimentos governamentais, descobrir se a provisão de serviços urbanos pode restringir o fluxo de migração campo-cidade e se alguns tipos de serviços urbanos são mais difíceis de ser implantados do que em cidades maiores e qual a razão deste fenômeno (se existir). Para tanto, analisou dois casos, um na Malásia e outro na Tanzânia. Como conclusões de seu trabalho, o autor aponta a importância do estabelecimento de uma base econômica, que os efeitos das políticas variam de acordo com as condições locais, que as oportunidades de trabalho e emprego são os maiores magnetos de migração e que a participação popular é fundamental para a determinação de quais são as ações necessárias.

Desenvolvimento rural e urbano são vistos como positivamente relacionados. Dubey et al. (1988) fazem referência à interdependência mútua entre as pequenas cidades e as áreas rurais e sua importância no processo de desenvolvimento rural, sendo que o estudo de pequenas cidades na Índia mostrou uma grande associação positiva do desenvolvimento destas com vários indicadores de desenvolvimento rural no período recente (em relação ao estudo). Estas observações são condizentes com as encontradas em Gaile (1992), que cita que as pequenas cidades podem ser instrumentos efetivos em países em desenvolvimento para melhorar as ligações rural-urbano, expandir a atividade agrícola comercial e estimular oportunidades de emprego não-agrícola.

Maude (1984) conduziu uma análise das relações rural-urbano como uma contribuição ao debate do papel potencial das pequenas cidades no desenvolvimento rural. O autor usou dados de 3 vilas na Malásia para avaliar as seguintes questões: a) o quanto as pequenas cidades ajudaram a estimular o desenvolvimento na área em estudo; b) se uma política de desenvolvimento das pequenas cidades ajudaria o desenvolvimento rural e melhoraria o bem-estar econômico das famílias rurais; e, c) se o desenvolvimento de pequenas cidades poderia ter algum efeito negativo no desenvolvimento rural. Também quanto ao papel dos pequenos centros, Evans (1992), trabalhando com desenvolvimento urbano-rural, propôs um modelo o qual denominou “virtuous circle” e que resumiu da seguinte maneira:

“o aumento da renda agrícola estimula a demanda por alimentos e outros bens de consumo, o que leva à criação de empregos não-agrícolas e diversificação das atividades urbanas, especialmente em pequenas cidades próximas das áreas de produção agrícola. Isto causa absorção do excedente de trabalho rural, aumenta a demanda por produtos agrícolas e novamente impulsiona a produção e renda agrícolas” (Evans, 1992, p. 641).

O autor obteve como conclusões que as pequenas cidades têm um papel vital no apoio ao crescimento da produção agrícola e da renda rural, que as pequenas cidades podem absorver população rural, que isso teria um impacto na concentração de população em grandes cidades e que um setor agrícola vibrante estimula a proliferação de atividades não-agrícolas e a diversificação da economia urbana.

Também relacionado a pequenos centros, tem-se o trabalho de Siddiqi (1993) que, em seu artigo sobre crescimento de pequenas cidades e políticas de desenvolvimento no Paquistão, cita a relação positiva entre desenvolvimento agrícola e oportunidade de desenvolvimento das pequenas cidades. Cita também a importância das lideranças locais, a necessidade de assistência técnica, administrativa e financeira para os setores industriais, destacando a importância de um exame cuidadoso dos aspectos social, econômico e cultural antes do lançamento de qualquer programa de desenvolvimento urbano.

O estudo de municípios de pequeno porte pode permitir uma visão geral de como os aspectos econômicos, sociais e políticos se relacionam no processo de desenvolvimento. Uma vez tendo como evidente a importância de trabalhar com pequenos centros do interior do Estado de São Paulo devido ao processo de interiorização do desenvolvimento paulista e do aumento da importância dos pequenos centros como fornecedores de serviços e comércio, justifica-se trabalhar com pequenos municípios para avaliar uma possível relação entre a organização da sociedade em grupos formais e o desenvolvimento. Isto se deve ao fato de nos municípios de menor porte ser possível uma melhor visão de como essa relação pode vir a se expressar. Tal análise se tornaria extremamente volumosa e complexa se fossem tratados municípios de grande porte.

Percebe-se que trabalhar com pequenos centros é justificável pelos elementos apresentados nos itens anteriores. Além disso, como a proposta do Projeto UNIR é estar trabalhando junto às instituições locais para a redução da pobreza, juntamente com as quais podem estar os grupos sociais organizados, o presente trabalho pode fornecer algumas informações importantes a respeito da estrutura dos grupos, as ações destes grupos e a evolução dos indicadores sócio-econômicos que refletem a qualidade de vida da população. Assim, espera-se estar contribuindo com subsídios para o Projeto UNIR e então aumento das possibilidades do mesmo ser bem sucedido, beneficiando diretamente sua população alvo. Pode-se considerar como contribuição um melhor auto-conhecimento por parte dos grupos (alcançado durante o processo de entrevistas), o conhecimento pela comunidade de parte de sua estrutura organizacional e também o exemplo de um tipo de trabalho/estudo que busca relacionar aspectos multidisciplinares no tratamento do problema de desenvolvimento municipal e que pode vir a ser utilizado em outras localidades posteriormente.

Também há a proposição de que as experiências locais de desenvolvimento podem contribuir para o processo em esferas hierárquicas superiores. Segundo Kisil (s. n. t., p. 7) “a descentralização do federal para o local na América Latina obriga cada comunidade a decidir a respeito de quais são os problemas, das possibilidades que existem, quais são as que os membros da comunidade têm recursos para lidar”. Segundo a visão deste autor, um desenvolvimento compatível com seus beneficiários se inicia na comunidade e se expande para o resto da nação através de políticas originadas das experiências locais. Ora, espera-se então uma correlação entre desenvolvimento local e nacional o que, contrastando com a escassez de estudos locais - como exemplos Zekeri et al. (1994, p. 216) segundo os quais “resta muito a ser aprendido sobre como e porque pequenas cidades e áreas rurais variam em extensão de mobilização para atingir metas de desenvolvimento” - pode ser visto como um obstáculo o qual o presente trabalho pode contribuir para ser minimizado.

É importante esclarecer que se tem plena consciência de que os grupos sociais organizados não determinam, isoladamente, a evolução dos elementos ligados à qualidade de vida num município. Também a escolha do município como unidade de

análise colabora para este fato, uma vez que pode existir grande influência de elementos externos. Contudo, devem ser ressaltados alguns aspectos, com o de que a relação é conhecida na literatura e que existe um projeto que atua no local e para o qual é interessante ter conhecimento principalmente dos indicadores sócio-econômicos e dos grupos sociais organizados. Também é importante saber se, neste caso, há indícios de que esta relação apontada na literatura existe, uma vez que, como será visto adiante, os indivíduos participam de grupos por algum tipo de interesse, o qual, não necessariamente, implica em melhorias para a comunidade como um todo. Não existe pretensão de generalizações, mas sim uma contribuição tanto ao conhecimento do fenômeno quanto ao referido projeto, o qual pode ser tanto mais efetivo e mais provável de ser bem sucedido, quanto mais informações tiver a respeito de seu objeto.

2.5 Objetivos

As pretensões do estudo estão relacionados à existência do projeto UNIR, o qual, de acordo com fatos relatados anteriormente neste capítulo, demanda o tipo de informação a ser aqui levantada, e na pressuposição de que quanto maior o número de grupos sociais organizados, institucionalizados ou não, existentes em uma comunidade e a quantidade de interações destes grupos entre si ou com grupos de fora do município, maior é o nível de qualidade de vida de suas populações.

O objetivo geral do trabalho é descrever o nível de organização da sociedade em termos de grupos formais e avaliar a capacidade que têm esses grupos sociais organizados, institucionalizados ou não, no sentido de sua adequação/eficiência para promover o desenvolvimento no município a ser estudado. A análise deverá considerar aspectos políticos, sociais e econômicos dos grupos sociais organizados e do município, o que pode permitir uma melhor compreensão das condições locais, tanto por parte dos tomadores de decisão como por parte daquelas pessoas envolvidas na condução do Projeto UNIR.

Como objetivos específicos propõe-se:

- levantar e comparar indicadores sociais e econômicos do município do estudo ao longo do tempo e com outros referenciais (Estado de São Paulo, Região Administrativa e de Governo de Marília);
- identificar e avaliar os grupos sociais organizados existentes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo pretende-se focar conceitos de desenvolvimento e qualidade de vida, aspectos sócio-econômicos relacionados a desenvolvimento, participação popular em desenvolvimento, atuação de grupos e aspectos gerais relativos a grupos e fazer algumas referências a trabalhos relacionados a desenvolvimento de pequenos centros. Sempre que possível, procura-se ilustrar com exemplos de trabalhos na literatura que tratem destes aspectos. Cabe uma observação relativa ao fato de que são feitas algumas divisões “didáticas” dos tratamentos dados aos problemas de desenvolvimento de municípios, não implicando que os mesmos não contenham regiões de sombreamento, ou seja, as divisões não devem ser relacionadas a alguma possível independência entre os tratamentos.

3.1 Desenvolvimento econômico e qualidade de vida

Para que haja uma melhor definição a respeito do que trata o presente trabalho, torna-se necessário discutir um pouco dois termos amplamente utilizados aqui: desenvolvimento econômico e qualidade de vida. Estes termos, apesar de largamente utilizados na literatura, o são também com uma grande variedade de sentidos e, também, em muitos casos associados um ao outro. Normalmente encontra-se alusões aos termos desenvolvimento, desenvolvimento econômico e crescimento econômico sem que haja uma preocupação de tornar preciso o que se entende por cada um deles, o mesmo ocorrendo com o termo qualidade de vida. Para tentar superar estas dificuldades, seguem exemplos de algumas definições destes termos.

Para Furtado⁹, citado por Araújo & Schuh (1996):

⁹ FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

“desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção visando aumentar a produtividade do trabalho. Quando cresce a produtividade do trabalho aumenta o produto social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade. Por outro lado, o crescimento da renda provoca nos consumidores reações que aumentam a procura e modificam sua estrutura. O aumento e a diversificação da procura fazem com que também se modifique a estrutura da produção” (Araújo & Schuh, 1996, p. 12).

Outra definição encontrada em Araújo & Schuh (1996) é a atribuída a especialistas da CEPAL, segundo os quais o desenvolvimento econômico pode ser conceituado como:

“um processo dinâmico de mudança estrutural da economia, objetivando proporcionar à maioria da população: a) maiores níveis de consumo; b) possibilidade de chegar a idades mais avançadas; c) maiores recursos para educação; e, d) redução da jornada de trabalho” (Araújo & Schuh, 1996, p. 12).

Leite (1983) apresenta também algumas definições de subdesenvolvimento, citando que economicamente, este pode ser tido como renda per capita relativamente baixa, níveis de consumo e bem-estar relativamente baixos e mal desempenho econômico devido a uma sub-utilização do potencial de melhoras. Salienta porém, que fora da esfera econômica, subdesenvolvimento pode ocorrer inclusive quando o país é desenvolvido em arte, religião, filosofia ou organização social.

Nota-se no parágrafo anterior uma dicotomia entre o que é e o que não é econômico, a qual acredita-se não ser cabível na atualidade. Apesar de o autor não especificar o que chama de organização social, parece ser contraditório a coexistência da mesma com baixos níveis de bem-estar, a não ser em estágios iniciais do processo de desenvolvimento. Esta posição está de acordo com o fato citado pelo próprio Leite (1983), que mostra que na África as perspectivas de desenvolvimento tiradas de uma reunião da Organização da Unidade Africana têm como indicadores de desenvolvimento, entre outros, o “caráter efetivo de participação da população nas decisões comunitárias e na gestão dos negócios” (Leite, 1983, p. 33), e também de acordo com Sen &

Nussbaum¹⁰, citados por Crocker (1993), segundo os quais o desenvolvimento consiste na promoção do que os seres humanos podem e devem ser e fazer para melhorar os tipos de vida que estão vivendo e na expansão da capacidade de fazê-lo, o que só pode se dar efetivamente se a sociedade estiver organizada.

Existem autores que procuram explicitar a diferença entre crescimento de desenvolvimento econômico. Araújo & Schuh (1996) citam Jaguaribe¹¹, segundo o qual o desenvolvimento, além do incremento do produto ou renda real por habitante, traz implícito o sentido de aperfeiçoamento da economia. Outro aspecto é que, para diferenciar estes dois termos, acredita-se que o desenvolvimento econômico esteja associado, entre outras coisas como as mudanças institucionais já referidas, com a melhoria da qualidade de vida. Assim, o crescimento econômico fica entendido como uma condição necessária para o desenvolvimento econômico. Esta posição pode ser confirmada com base no artigo de Crocker (1993) sobre a ética de desenvolvimento internacional elaborada por Amartya Sen e Martha Nussbaum, onde o autor indica que as pessoas não podem falar em ter qualidade de vida se não dispõem de certos bens. É importante destacar que há uma grande variação no que pode ser esta cesta de bens para cada indivíduo, sendo porém importante deixar claro a posição dos bens como meio e não como fim, em se tratando de qualidade de vida.

Para Adelman (1972, p.1) desenvolvimento econômico é definido como “o processo pelo qual uma economia cuja taxa de crescimento da renda per capita pequena ou negativa é transformada numa economia em que uma taxa significativa de crescimento auto-sustentado da renda per capita é uma característica permanente de longo prazo”. Porém, a própria autora reconhece que a renda per capita pode fornecer, na melhor das hipóteses, indicações aproximadas do nível de bem-estar de uma comunidade devido a problemas na sua mensuração, ao fato de não refletir adequadamente as contribuições não-materiais da sociedade e por não considerar a distribuição de renda.

¹⁰ A definição, no artigo de Crocker (1993), não está associada a uma obra específica de Amartya Sen e Martha Nussbaum, pois o referido artigo se refere a várias obras destes autores.

¹¹ JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico programado e organização política**. Rio de Janeiro: CEPAL/DOAT, 1961. p. 10-1. (Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico).

Outra definição é a de Pereira (1972). Segundo este autor, o “desenvolvimento econômico é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” (Pereira, 1972, p. 21), automático no sentido de que haja estímulos para reinvestimentos e autônomo no sentido de que ocorra de acordo com seus próprios fatores dinâmicos. Para este autor, a divisão entre desenvolvimento econômico, social e político é apenas didática, uma vez que constitui-se num processo global. Se não houver transformações nas três esferas, é porque o desenvolvimento de fato não ocorreu, devido a que o objeto do processo é um sistema social determinado, com localização geográfica e no qual, portanto, as partes são interdependentes. Esta afirmação pode ajudar na elucidação do problema da conceituação de desenvolvimento, uma vez que a dificuldade geralmente se encontra em definir quais aspectos se leva em consideração ao utilizar o termo, ou seja, o termo é utilizado, mas sem uma preocupação de definição mais objetiva, inclusive dos termos utilizados na própria conceituação, como é o caso de bem-estar, qualidade de vida, condição de vida, padrão de vida.

A próxima questão que surge é a de como medir o grau ou estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Uma importante discussão existe em torno da adequação ou não do uso da renda per capita como medida do desenvolvimento. Para Pereira (1972), a medida da renda per capita é deficiente devido à possibilidade de concentração de renda em uma população, provavelmente não acompanhada de transformações políticas e sociais. Para este autor, o resultado mais importante do desenvolvimento é o crescimento do padrão de vida da população, processo no qual o aspecto econômico tem grande importância, originando assim o uso da expressão desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento.

“A regra geral é que o desenvolvimento tenha como aspecto dominante de seu processo a transformação econômica e como resultado por excelência o crescimento do padrão de vida da população no seio da qual ocorre” (Pereira, 1972, p. 22).

Estudando as críticas à relação entre desenvolvimento com renda, tem-se que, de acordo com Araújo & Schuh (1996), a identificação do processo de desenvolvimento econômico pelo incremento da renda real ou renda por habitante se

deve às dificuldades práticas apresentadas pelos conceitos mais rigorosos, apesar do incremento da renda também apresentar graves limitações conceituais por não revelar as características estruturais da economia. Para o caso de estudos envolvendo municípios em um mesmo país, e sob o mesmo contexto econômico, a comparação entre rendas pode ser um pouco menos limitada.

Numa tentativa de superar estas dificuldades é que surgem trabalhos onde são incluídas as variáveis chamadas sócio-econômicas. Isto é feito para obter um melhor entendimento a respeito do nível de vida característico de uma sociedade. Como exemplos destas tentativas tem-se um índice de nível de vida utilizado por Benett (1951) e outras, citadas em Araújo & Schuh (1996), como a criação pela Organização dos Estados Americanos¹² (OEA) de uma tipologia sócio-econômica para vinte países Latino-Americanos envolvendo aspectos econômicos, sociológicos e políticos, e um índice que classifica os países quanto ao grau de desenvolvimento humano e econômico (devido à importância do capital humano), proposto pelo United Nations Development Programme¹³ (UNDP). Um fato interessante é que as comparações entre países com base tanto na renda per capita quanto no índice utilizado por Benett (1951), de um maneira geral, apresentam classificações semelhantes.

O desenvolvimento não se refere somente a aspectos econômicos. Este conceito envolve tanto características tipicamente econômicas, como a questão da renda, relação capital/trabalho e consumo, como também características tipicamente sociais, políticas, ecológicas, como por exemplo a questão da saúde, educação, participação popular e relações de gênero. Sendo desenvolvimento um conceito complexo, pretende-se destacar que no presente trabalho o mesmo é entendido como um processo contínuo no qual a população atua efetivamente para a melhoria da qualidade de vida.

O termo qualidade de vida, por sua vez, é outro largamente utilizado e nem sempre claramente definido. Qualidade de vida, de acordo com Buarque (1993),

¹² O. E. A. - Unión Panamericana. Tipologia socioeconomica de los países latinoamericanos. **Revista Interamericana de Ciencias Sociales**, 2 (número especial), 1963.

¹³ UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report: 1994**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1994. 226 p.

deve ser vista como um conjunto de elementos que estejam subordinados a bases éticas de democracia, igualdade social, equilíbrio ecológico, descentralização, eficiência econômica e abertura internacional. Uma vez que tão amplo espectro de elementos envolve uma complexidade dificilmente tratável, no presente trabalho entende-se qualidade de vida como sinônimo de elementos que Buarque (1993) cita estarem relacionados à igualdade social ou abolição do “apartheid” social, ou seja, ao atendimento, a todos os indivíduos, daquilo que é considerado essencial: alimentação, saúde e educação básicas, acesso ao transporte urbano, justiça igual e um “endereço com limpeza” (ou seja, com saneamento, água potável e coleta de lixo).

Dada a complexidade citada no parágrafo anterior é que surgem trabalhos que estudam os aspectos sócio-econômicos do desenvolvimento. A seguir são apresentados exemplos do que se chama aqui de abordagem sócio-econômica de problemas de desenvolvimento, onde estes dois tipos de fenômenos são estudados na tentativa de entendimento do processo. Isto porque nem sempre eles têm relação mútua direta, conforme relata Haddad (1989), segundo o qual houve a constatação de que, em diversos países, a compatibilidade entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social não se processa espontaneamente. Houve um engano ao acreditar que o segundo seria um subproduto cronológico do primeiro, visto que os efeitos genuínos do crescimento econômico estão estruturalmente vinculados aos imperativos da acumulação e à lógica da diferenciação social.

Dentro da perspectiva de que o conhecimento das condições sócio-econômicas locais é um fator indispensável para qualquer processo satisfatório de desenvolvimento, há trabalhos que têm esse enfoque central. É o caso de Fuhs et al. (1987) que realizaram um levantamento em uma vila na Índia após 20 anos da realização de outro trabalho no mesmo local para rever mudanças nas condições agro-econômicas e sociais. Foram analisadas as classes sociais, ocupações e emprego, vida e costumes familiares, demografia e educação, além de outros aspectos da vida local e, segundo os autores, o trabalho forneceu uma imagem das mudanças locais ocorridas durante o período entre os estudos. Nessa mesma linha, Pelley et al. (1988) descrevem um projeto conduzido em um distrito no Nepal em 1987, no qual a seqüência de atividades foi a

seguinte: estudo da região; compilação de dados; descrição e análise da situação econômica, social e institucional; determinação dos objetivos de desenvolvimento; planejamento macroeconômico da região; planejamento setorial e inter-setorial; planejamento de um parque industrial e centro de serviços rurais e a determinação de padrões praticáveis de serviços de saúde e educação.

Também no Nepal, Pyakuryal & Dahal (1986) traçaram o perfil sócio-econômico de três vilas com a finalidade de avaliação do potencial de desenvolvimento das mesmas. Eles descreveram aspectos como a estrutura da população, serviços públicos e atividades de organizações sociais. Esta questão de avaliação do potencial de desenvolvimento está de acordo com a proposição de Mcknight & Kretzmann (s. n. t.) de que as potencialidades devem ser levantadas, em vez de se levantar somente os problemas, o que pode fazer com que as pessoas vejam a si próprias como possuidoras de problemas que têm que ser encontrados por pessoas de fora e acabam por se tornar consumidoras de serviços, sem incentivos para produzir.

Fasbender (1993), referindo-se especificamente a desenvolvimento rural regional, faz menção aos aspectos econômicos e sociais e à crescente atenção dada às populações rurais a partir da década de 70 porque ficara aparente a situação destas devido ao fato do setor agrícola ter sido colocado numa situação de desvantagem no processo de desenvolvimento. Segundo este autor:

“o objetivo prioritário inicial do desenvolvimento rural tem que ser o de assegurar a produção destas necessidades básicas (alimento, acomodação, vestuário, saúde e educação) para os vários grupos da população” (Fasbender, 1993, p. 91).

Silbefein & Kessler (1988) citam que aspectos como distribuição de serviços, pessoal e infra-estrutura não têm sido cuidadosamente estudados e que as decisões são tomadas arbitrariamente sem levar em conta as necessidades e a mobilidade da população rural. Ao analisar a incorporação de pequenas cidades nos programas designados para aumentar a produtividade agrícola e as oportunidades em regiões rurais, propõem que quando as pequenas cidades já funcionam como centro de atividade política, mercado, emprego e provisão de serviços, projetos de desenvolvimento podem reforçar as ligações urbano-rural de modo a atingir os objetivos. A eficiência desta

proposta é ilustrada por um estudo de caso. Independentemente das condições da proposta, interessa o fato destacado pelos autores de que a interação urbano-rural pode ajudar no alcance dos objetivos de desenvolvimento rural.

No Estado de São Paulo, Cano (1989a) apresenta estudos de caso realizados nos municípios de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Campinas, Jundiá, Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto e São José dos Campos. O trabalho consistiu no relatório dos estudos citados com a caracterização dos principais elementos relativos às condições sócio-econômicas como população, caracterização econômica (atividades produtivas) e questões de demandas sociais, como fornecimento de energia elétrica, transportes e comunicações, educação, saúde, água e esgoto, etc., e o seu grau de atendimento pelos equipamentos e serviços públicos.

A estrutura organizacional está bastante relacionada aos aspectos sócio-econômicos, uma vez que pode ser entendida como as ações e interações dos agentes que participam dos grupos sociais organizados. Assim, uma outra forma de relacionar aspectos sociais e econômicos, além destes estudos mostrados acima, é a tentativa de associar relações existentes entre indivíduos de uma comunidade com características sócio-econômicas, ou seja, há a introdução de um terceiro tipo de fator na análise, que vai se tornando, então, cada vez mais complexa. Os agentes de uma comunidade, seja qual for o nível considerado, tomam atitudes e interagem entre si para atingir determinados objetivos. Dado que existem objetivos que são comuns a mais de um agente, estes tendem a se organizar em grupos formais, institucionalizados ou não, para aumentar tanto o seu poder político como para assumir determinadas tarefas que não poderiam ser executadas ou não o seriam de forma satisfatória se estivessem agindo sozinhos.

Há trabalhos que tentam mostrar a relação entre desenvolvimento e interações entre indivíduos de uma sociedade. Zekeri et al. (1994) examinam o argumento de que atividades no passado e o desenvolvimento de solidariedade (definida como a capacidade de um grupo agir como um e implica em laços horizontais localmente

que encorajam e facilitam as ações coletivas (Humphrey & Wilkinson¹⁴, citados por Zekeri et al. (1994)) podem contribuir para uma maior probabilidade de mobilização local do que aquela predita somente por características ecológicas. Os resultados obtidos confirmam que os aspectos de solidariedade e atividades passadas são mais relevantes nas comunidades estudadas quando se trata de aspectos como recreação, turismo e serviços humanos do que no caso de geração de empregos e renda, que estão mais associados às características ecológicas.

O trabalho de Moxler & Proctor (1995) encontrou uma relação positiva entre solidariedade comunitária e competição política com a prestação de serviços sociais e de saúde. Os resultados de seus estudos indicam que populações com altos níveis de solidariedade e competição política podem ter uma influência positiva sobre o crescimento institucional e sobre mudanças estruturais. Concluem que o estudo contraria teorias anteriores de impotência universal de comunidades na melhoria das condições de vida locais.

O'Brien et al. (1991) estudaram a relação entre o que eles chamaram de viabilidade de comunidades (um índice baseado em dados sociais, de comércio e serviços) e as relações existentes entre os líderes comunitários. Segundo estes autores, variações na viabilidade das comunidades estão associadas com a extensão do relacionamento dos líderes com pessoas e organizações externas e com sua habilidade de relacionamento entre si na comunidade. As comunidades mais viáveis no estudo tinham líderes com mais laços formais com pessoas de fora da comunidade e uns com os outros na comunidade, através de trabalho em conjunto em projetos na comunidade ou da participação em associações de desenvolvimento de comunidades.

Existem ainda vários exemplos de variáveis utilizadas nos trabalhos de abordagem sócio-econômica de problemas de desenvolvimento. Para Kisil (s. n. t.):

“governância local para um desenvolvimento sustentável deveria ter sua performance avaliada de acordo com alguns aspectos importantes: a) ganhos econômicos através de aumentos da produção e/ou renda da comunidade; b)

¹⁴ HUMPHREY, C. R. & WILKINSON, K. P. Growth promotion activities in rural areas: do they make a difference? *Rural Sociology*, v. 58, p. 175-89, 1993.

benefícios sociais em termos de educação, saúde, nutrição, suprimento de água e/ou outras facilidades públicas refletidas em indicadores sociais como mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, etc.; c) efeitos de distribuição resultado de aumento na renda, ativos e/ou acesso a serviços pelos pobres; d) diminuição de discriminação em termos de sexo, raça, idade ou outras categorias atribuíveis, de modo a aumentar oportunidades sociais para grupos desvantajados onde existe discriminação; e, e) participação na tomada de decisões a nível local e/ou governamental”.

De acordo com o citado na introdução do presente trabalho, Semeghini & Araújo (1989) avaliam qualidade de vida segundo indicadores como cobertura da rede de água e esgotos, índices de mortalidade infantil e geral e indicadores de habitação, como a presença de favelas. Nunes & Jacobi (1983), analisam a problemática urbana dos serviços de consumo coletivo e da distorção decorrente da má aplicação dos recursos públicos, onde as carências e defasagens na qualidade de vida (exemplificada como o nível de apropriação da água, serviços de esgotos, transportes, saúde, educação e outros prestados por equipamentos sociais) afetam desigualmente as pessoas da comunidade.

Benett (1951) estudou o consumo de alimentos e tabaco, serviços médicos e sanitários, moradia e vestuário, educação e recreação, transporte e comunicação. Especificamente destacam-se no trabalho de Benett (1951), segundo Araújo & Schuh (1996), consumo calórico per capita, número de médicos e telefones por mil habitantes, mortalidade infantil e consumo de energia industrial. Da tipologia proposta pela OEA¹⁵, citada em Araújo & Schuh (1996), constam dados: a) econômicos: renda per capita, percentagem de mão-de-obra na agricultura, consumo de cimento per capita, consumo de serviços especializados, consumo de papel jornal e energia per capita; b) sociológicos: estratificação e mobilidade social, composição étnica e fatores demográficos; e, c) políticos: grupos de pressão e classes sociais, valores e sistemas políticos. Também para a América Latina, Furtado (1976) avalia o grau de desenvolvimento através de indicadores econômicos como Produto Nacional Bruto (PNB), PNB per capita, taxa de crescimento do PNB e mão-de-obra, e indicadores sociais, como condições nutricionais, saúde, educação, moradia, serviços de água, percentagem da população coberta por seguridade

¹⁵ op. cit.

social. O índice do UNDP¹⁶, citado em Araújo & Schuh (1996), emprega a expectativa de vida ao nascer, o grau de alfabetização da população adulta do país, a média de escolaridade, a qualidade e disponibilidade de escolas, etc.

Rosa et al. (1994), ao elaborarem uma proposta de planejamento municipal, indicam como dados para um diagnóstico sócio-econômico aqueles compreendidos em três conjuntos temáticos de informações: a) indicadores demográficos: população total, urbana e rural, porcentagem de não-residentes em relação à população total, taxa de urbanização e taxa de crescimento demográfico; b) indicadores sociais: total de famílias residentes, distribuição de renda no município, coeficiente de mortalidade infantil e taxa de analfabetismo; e, c) indicadores de atividade econômica: participação da população economicamente ativa (PEA) por setor de atividade, produção industrial, produção agrícola, valor adicionado e taxas de crescimento (médias geométricas).

Vianna¹⁷, citado por LEITE (1983), fez comparações de níveis de desenvolvimento entre estados do Nordeste Brasileiro com o Brasil e outros países tido como subdesenvolvidos usando, além da renda per capita:

“o valor da transformação industrial, disponibilidade de estradas pavimentadas, potência energética instalada, número de telefones, abastecimento de água, serviços sanitários, expectativa de vida, taxa de mortalidade, número de matrículas, número de médicos, leitos hospitalares, etc.” (LEITE, 1983, p. 34)

Os aspectos sócio-econômicos são uma representação do estado dos objetos de estudo. Sua importância é até de certa forma simples de ser entendida, pois consistem na plataforma sobre a qual todo o restante do processo de desenvolvimento irá se desenrolar. Porém, assim como é comum em outros tipos de estudo, somente a dimensão do presente implica numa visão limitada de algum problema, sendo muitas vezes interessante ter uma noção de como os fenômenos se comportam ao longo do tempo, o que representa uma informação mais completa e, portanto, mais valiosa. Assim, tem-se o que nesse trabalho é chamado de abordagem histórica para os problemas

¹⁶ op. cit.

¹⁷ VIANNA, P. J. R. Nordeste: a 79ª nação. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 12, n. 1, mar 1981.

relacionados ao desenvolvimento, numa tentativa de mostrar a importância da dimensão temporal deste processo.

3.2 A abordagem histórica

Um tipo de análise dos problemas relacionados ao desenvolvimento é a abordagem histórica de determinados fenômenos, de forma a tentar conseguir um melhor entendimento a respeito dos mesmos. Segundo Figueroa et al.¹⁸ citados por Szmrecsányi (1979), tanto os planos para a economia como um todo quanto os planos setoriais têm que levar em conta as relações que existem entre o planejamento do setor agropecuário e o planejamento dos outros setores, notadamente indústria, transporte e setor público da economia. Assim, os estudos históricos de como se dão os processos e suas interações podem servir como subsídios para que o planejamento se dê de forma satisfatória.

Szmrecsányi (1979) fez uma análise histórica do planejamento da agroindústria canavieira e, segundo este autor, a ênfase dada à abordagem histórica baseia-se no pressuposto de que a avaliação de qualquer experiência de planejamento deve, necessariamente, estar fundamentada em um estudo histórico minucioso e sistemático, capaz de tornar explícitas as variáveis que têm condicionado a evolução das tentativas de planejamento no setor agropecuário em geral.

Pode-se ainda exemplificar a abordagem histórica com trabalhos como o de Mya (1987) que em um estudo longitudinal de caso de uma vila na Birmânia, traçou as mudanças econômicas ocorridas no período 1960 a 1980, identificando os possíveis fatores que estiveram por trás destas mudanças. Vermeer & Taubmann (1992), em estudos de caso com dados de 38 anos na China, mostraram que o surgimento de mercados urbanos e oportunidades de emprego são uma força significativa no desenvolvimento da economia rural. Lundall & Kriel (1987) levantaram, em seu estudo na vila de Melkhoutfontein na África do Sul, informações sobre demografia, propriedade da terra, agricultura, mecanização, suprimento de água, emprego, educação, habitação e

¹⁸ FIGUEROA, M.; FAGUNDES, R.; ALCÁZAR, J. Consideraciones en torno de la planificación agropecuaria. in: **MANUAL de planificación agrícola**. Santiago: ILPES, 1966. Tomo I. cap. 3.

dispêndio familiar com ênfase no desenvolvimento agrário desde 1900 até a data do estudo, de forma a colocar a transição cultural e social existente num contexto histórico.

Rubano (1990), ao estudar as condições de trabalho e moradia de trabalhadores rurais no município de Marília - SP, cujo interesse repousava numa caracterização tipológica, procurou contextualizar o assunto em função das relações de trabalho e moradia, fazendo uma abordagem interessante do levantamento de aspectos históricos para identificar as relações que se mantiveram e as que surgiram após o processo de saída do homem do campo para a cidade e então obter uma melhor definição dos seus objetos de estudo.

De acordo com Pandey (1972), foram criados, dentro dos planos nacionais multidimensionais de desenvolvimento na Índia, organizações locais de desenvolvimento de comunidades cuja principal finalidade era a mobilização da participação popular e o envolvimento das pessoas nos processos de tomada de decisão do planejamento comunitário e desenvolvimento. Problemas recorrentes em vinte anos de planos plurianuais e anuais consistiram de falta de integração e articulação em nível vertical e conflitos entre as áreas técnicas, de desenvolvimento de comunidade, burocráticas, políticas e lideranças populares em nível horizontal. No trabalho, há uma associação da abordagem histórica e uma outra linha de análise ligada a problemas de desenvolvimento, que é a do desenvolvimento de comunidade, a qual detém uma preocupação marcante com o estímulo às pessoas para que se tornem agentes do processo de desenvolvimento das respectivas condições de vida.

Fica indicado, portanto, a importância da abordagem histórica enquanto instrumento para a localização temporal do pesquisador na explicação de fenômenos ocorridos e também de estados atuais de objetos de estudo. Esta localização tem dois aspectos importantes, quais sejam a compreensão do estado atual como decorrência de fatos passado e o estudo do comportamento das variáveis. No caso das variáveis sócio-econômicas (indicadores), a análise da evolução histórica permite avaliar o comportamento tanto em relação aos períodos anteriores para um mesmo local, como também o comportamento em relação aos indicadores de objetos de referência (país, estado, região ou outros municípios). Percebe-se também aqui a validade de estudos com

dados do tipo corte seccional, no sentido de que estes estudos podem ser usados na avaliação da evolução histórica de certos fenômenos, sendo que isto poderia ser tido como um elemento da relevância do presente trabalho a ser considerado.

3.3 A abordagem de desenvolvimento de comunidade

Aspectos sociais e econômicos também aparecem de maneira expressiva nesta linha de abordagem de desenvolvimento que tenta enfatizar a importância do estímulo à participação. Trata-se de um reconhecimento da importância da participação popular, associado ao reconhecimento da importância de se tentar quebrar o que se pode chamar de “inércia” existente nos indivíduos. Rubén Utria, no prólogo de Baptista (1976) lembra que as experiências dos países Latino-Americanos e os demais do chamado 3º Mundo deixaram a lição de que o capital financeiro e a tecnologia são condições necessárias, porém não suficientes, para a aceleração e planificação do desenvolvimento: o capital humano é imprescindível. Utria¹⁹, citado no trabalho, aponta como fatores estratégicos para o desenvolvimento econômico: a) a disposição econômica geral, fundamentada em aspirações econômicas e responsabilidades pessoais e coletivas assumidas, b) a capacidade de execução, substanciada pelo impulso para o trabalho e pela adaptação do trabalhador ao meio, c) a capacidade de direção; e, d) a mobilidade social.

Não somente a organização, mas também a educação deve ser estimulada. Na definição de Ander Egg (1965), o desenvolvimento de comunidade é um instrumento que, mediante a organização e educação das coletividades, promove entre outras coisas a participação consciente da população no planejamento e execução de programas de benefício coletivo. O manejo dos princípios metodológicos e a aplicação de técnicas é um processo complexo e delicado que requer meditação e análise por quem, nos altos níveis, orienta o desenvolvimento geral e do pessoal encarregado da execução. Ander Egg entende, ainda, o desenvolvimento de comunidade como uma técnica que contribui positiva, real e efetivamente num processo de desenvolvimento integral e harmônico,

¹⁹ UTRIA, R. **Desarrollo nacional, participación popular y desarrollo de la comunidad en la America Latina**. México: CREPAL, 1969.

atendendo fundamentalmente a certos aspectos extra-econômicos, em particular psicosociais, que intervêm na promoção de atividades, aspirações e desejos para o desenvolvimento. A contribuição para o desenvolvimento global se dá no sentido de criação das condições prévias do mesmo e de complementação ao considerar aspectos como motivações, hábitos, atitudes e sistemas de valores.

Segundo Baptista (1976), a análise da evolução do conceito de desenvolvimento de comunidades mostra que, embora em todas as abordagens o foco conceitual permaneça sendo a comunidade, o seu âmbito e os seus objetivos foram ampliados de uma perspectiva local para regional e nacional. Esta autora cita que os objetivos básicos do desenvolvimento de comunidade, ao mesmo tempo que ressaltam a promoção do homem, se referem à aceleração da dinâmica do desenvolvimento geral, através da incorporação das forças locais no sistema de desenvolvimento. Também segundo a evolução do conceito, Henderson (1962) relata que o termo desenvolvimento de comunidade foi usado pela primeira vez em 1953 como uma descrição geral para as atividades de organizações como OMS, FAO, OIT e UNESCO, com a compreensão de que os impactos produzidos nos países subdesenvolvidos seriam maiores com combinações de esforços, no reconhecimento da natureza interdisciplinar da melhoria rural. Depois relata que havia encorajamento para a localização de uma função de desenvolvimento comunitário no gabinete do Presidente da República ou Primeiro Ministro, mas que mais tarde concluiu-se seria melhor abranger mais amplamente a população. De acordo com esta última autora, uma das virtudes do desenvolvimento de comunidades é que não há isolamento entre os esforços sociais, econômicos ou culturais.

Para o Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (1962), o desenvolvimento de comunidade é um esforço consciente e deliberado tendo em vista ajudar as comunidades a que reconheçam suas necessidades e assumam responsabilidades cada vez maiores pela solução de seus problemas, através da ampliação de sua capacidade para participar integralmente da vida das nações.

Existem estudos recentes que utilizam a abordagem de desenvolvimento de comunidade no Brasil. Soares (1994) comparou os efeitos e os impactos dos componentes econômicos e sociais e os do componente desenvolvimento comunitário do

Programa MG-II (1980-88)²⁰. Há um aspecto interessante relacionado à descrição feita pelo autor sobre os programas de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRI's) citando que diferem dos programas de desenvolvimento agrícola pelo fato destes últimos não considerarem aspectos sociais como por exemplo educação, saúde, saneamento. Estes serviços são normalmente providos na sede do município ou, como é o caso da educação, há "extensões" até a zona rural (geralmente mal estruturadas). Soares (1994) concluiu que o programa MG-II não conseguiu influenciar decisivamente o setor produtivo, mas que seus melhores efeitos ocorreram nas áreas sociais e de infra-estrutura (saúde, saneamento, eletrificação rural), além do fato dos componentes econômicos terem beneficiado uma minoria.

3.3.1 A participação popular

O enfoque de desenvolvimento de comunidade está intimamente relacionado à participação popular no processo de desenvolvimento. Quanto a este aspecto, já no início da década de 70, Thorns (1970) relata que havia uma crescente necessidade de alguma forma de participação popular no planejamento, de modo a quebrar os sentimentos de antagonismo entre os planejadores e os "beneficiários". Também levantou questões a respeito de quem deve participar e também do fato de que a falta de obrigação na participação popular gera uma boa dose de descrença e alienação do público. Como argumentos favoráveis à participação popular, estudos da FAO (1991) demonstraram que a mesma permite a mobilização de conhecimento e recursos locais e a redução de custos incorridos pelos governos, destacando também que o envolvimento da comunidade é crucial para o desenvolvimento sustentável (no tempo) e que experiências nos vinte anos anteriores mostraram que a abordagem "de Cima Para Baixo"²¹ (CPB) tradicional falhou grandemente em atingir e beneficiar os pobres do meio rural.

²⁰ Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais, desenvolvido no Estado de Minas Gerais.

²¹ Também chamada "top down development approach", é uma abordagem de atuação desenvolvimentista que se refere àquelas decisões tomadas sem participação ampla dos indivíduos envolvidos. O caso oposto é o da abordagem "de Baixo Para Cima" (BPC) - também chamada "grass root development approach" ou "bottom up development approach" - que pressupõe participação do maior número possível de elementos no processo de desenvolvimento.

Outros autores destacam a importância da participação popular. Silitshena (1989) cita que havia um consenso de opinião no pensamento desenvolvimentista de que a participação no desenho, implementação e até mesmo avaliação dos projetos, por parte da população rural, era condição para o desenvolvimento rural, com o que concordam Ferrazi et al. (1993), que relatam esforços de descentralização em um plano de desenvolvimento de vila e distrito com abordagem BPC, com participação dos “destinatários” dos projetos nas suas fases de planejamento, implementação e avaliação. Nesta mesma linha, Shrestha (1984) apresenta um estudo de caso sobre os esforços locais em uma vila no Nepal para a melhoria da qualidade de vida através da participação ativa no processo de desenvolvimento. Para tanto, foram levantadas características sócio-econômicas como composição demográfica, uso da terra, agricultura, florestas, comércio, transporte, comunicações, emprego, indústrias caseiras, distribuição de renda, meios de educação e serviços de saúde. O estudo indicou que houve aumentos de renda e de oportunidades de emprego, assim como aumento da dependência de assistência externa.

Sin (1991) analisou os padrões e tendências de desenvolvimento nas terras semi-áridas do Sudão. O autor descreveu um projeto de desenvolvimento conduzido em uma comunidade local, que procurou atuar segundo uma abordagem BPC baseada em animação social como meio de envolver as pessoas no planejamento e implementação do desenvolvimento de comunidade. Face aos resultados, este tipo de abordagem foi visto como a única linha de ação para o desenvolvimento sustentável. Uma posição menos radical é encontrada em Soonthornpasuch (1987), que, estudando as abordagens de desenvolvimento em duas vilas na Tailândia, cita que o encontro de necessidades e problemas da população local é mais efetivo quando se usa a abordagem BPC do que quando se usa a abordagem CPB. Contudo, salienta que as limitações das duas abordagens podem ser resolvidas com a conjugação de esforços.

Acredita-se que, apesar de complexa, a abordagem de desenvolvimento de comunidade seja fundamental em processos de aceleração do desenvolvimento desde a esfera nacional até a esfera local. O fato de estimular as pessoas a se tornarem agentes de seus próprios destinos tem grande importância, principalmente quando se pensar que estes estímulos, geralmente externos, têm duração finita, estando então a continuidade do

processo exclusivamente nas mãos dos seus ‘beneficiários’. Crê-se que um dos principais objetivos de um projeto de desenvolvimento cuja intervenção esteja prevista para t anos deva ser o de garantir a sua continuidade a partir do ano $t+1$ e a participação ampla desempenha papel fundamental no alcance destes objetivos.

3.4 Os grupos sociais organizados

Define-se grupo social como “um conjunto de indivíduos, em proximidade física, interagindo, durante certo tempo, para realizar metas comuns e conscientes de que formam uma unidade e que se inter-influenciam” (Molina, 1986, p. 8). No presente trabalho, grupos sociais organizados referem-se àquilo que Blau & Scott (1970) chamam de organizações formais. Estes autores citam que as mesmas variam em espécie, finalidade, tamanho, complexidade e características, mas têm em comum o fato de pessoas terem se organizado em uma unidade social, estabelecida com propósito explícito de chegar a certas finalidades. Segundo os mesmos autores, uma organização social pode se desenvolver mesmo sem o planejamento e instituição deliberada por alguns homens, mas as organizações se distinguem dos outros agrupamentos ou instituições sociais pelo fato de que as primeiras estão relacionadas às maneiras nas quais a conduta humana se organiza socialmente, principalmente em termos da estrutura das relações sociais em um grupo e das crenças e orientações compartilhadas pelos seus membros.

Surge então a pergunta a respeito do que leva as pessoas a se unirem em grupos organizados? Para Molina (1986), o surgimento de grupos pode ser explicado por serem instrumentos para a realização de interesses específicos, sendo que o comportamento dos grupos pode ser regulado por instituições que facilitam (ou impedem) a realização desses interesses, que podem ser tanto de manutenção do “status quo” quanto de mudança da ordem vigente. A nível individual, a explicação do surgimento de um grupo passa pela satisfação de necessidades básicas, como por exemplo segurança, estima, desejos de conhecimento. O grau dessas necessidades varia entre indivíduos, idade, local, o que pode explicar a falta de interesse por parte das pessoas em relação a determinados temas, isto é, se o indivíduo não sente necessidades,

não haverá motivação para a participação em grupos (a não ser que haja algum tipo de coerção direta ou indireta para tanto).

Maximiniano (1986) ressalta o aspecto sinérgico do trabalho em equipe²², ou seja, as qualidades e propriedades de um conjunto de pessoas é diferente da soma de características de pessoas tomadas isoladamente. Porém, segundo este autor, nem sempre é fácil conseguir bons resultados por meio de um grupo. Isto se deve a fatores como a falta de treinamento dos indivíduos para trabalhar em grupo, a dificuldade dos membros em saber para qual direção os processos sociais os levam, os conflitos potenciais entre indivíduos e entre grupos, a não consideração de problemas indiretos ou de longo prazo e as dificuldades de relações interpessoais e de colaboração dentro dos grupos.

Outro aspecto referente aos grupos, segundo Molina (1986), é a interação entre seus membros para a satisfação de objetivos individuais e realização de metas grupais. O comportamento dos indivíduos pode se manifestar nas formas associativa (cooperação, acomodação e assimilação) ou dissociativas (competição e conflito). São manifestações individuais que ocorrem somente no grupo, sendo também importantes no processo grupal e ajudam a evidenciar o papel da liderança, que pode direcionar a interação social entre os membros.

A participação em um grupo se dá em função do retorno esperado pelo indivíduo. Para Trecker & Trecker (1968), a recompensa para o trabalho em grupo pode se dar pelo encontro e aprofundamento no relacionamento com amigos, no aprendizado sobre a conduta humana, na oportunidade de divertimento e lazer, no desenvolvimento de habilidades e artes de comunicação, no enriquecimento das formas de raciocínio, mudança de atitude e de filosofia de vida e na satisfação pessoal pela contribuição para a democracia. Ou seja, as pessoas participam dos grupos devido aos retornos que neles podem obter em relação ao tempo aí despendido. A não percepção de crescimento pelo participante pode então indicar falta de estímulo à participação efetiva no grupo e em suas atividades.

²² Este autor trata equipe como um grupo de pessoas que trabalham juntas em alguma parte ou espécie de organização, o que engloba o que se entende por grupos sociais organizados.

Segundo Seixas (1993), todas as organizações de várias espécies têm em comum a união de pessoas numa determinada unidade social, com funções categorizadas e divisão de trabalho para atingir propósito e finalidade comuns. Segundo Blau & Scott (1970), existem várias maneiras de agrupar os grupos formais²³, dada a sua complexidade. Estes autores propõem uma classificação em quatro tipos básicos de organizações formais, classificados em função dos principais beneficiários das mesmas. Estes tipos são mostrados no Quadro 1.

O que neste trabalho é chamado grupo social organizado corresponde às organizações do tipo associações de benefício mútuo e organizações de serviços, uma vez que as mudanças na qualidade de vida conseguida através da atuação destes grupos beneficia seus próprios integrantes, não exclusivamente. É esta mudança na qualidade de vida um dos grandes fatores de estímulo para que as pessoas participem de tais grupos. Porém, a simples existência destes grupos não implica na efetividade destas mudanças. É razoável esperar que quanto melhor o nível de organização interna e de interação entre os grupos de uma comunidade, tanto melhores serão os resultados obtidos. Assim, para fins de comparação, é necessário que sejam estabelecidos alguns parâmetros básicos segundo os quais um grupo possa ser analisado. Alguns desses parâmetros são discutidos a seguir pois, de acordo com Molina (1986), o trabalho em grupos baseado na intuição e bom senso é justificável em grupos informais (baseados na gratificação pela convivência), mas não naqueles grupos de trabalho organizados para a realização de tarefas, tendo em vista o conhecimento já produzido a respeito dos mesmos.

²³ Organizações formalmente estabelecidas para conseguir certas finalidades, por meio de normas e regulamentos. Já as organizações informais são aquelas indefinidas e sem estrutura, com relações governadas apenas por sentimentos.

Quadro 1 - Classificação dos tipos de grupo formal segundo os beneficiários.

Tipo de grupo formal	Principais beneficiados	Exemplos
Associações de benefício mútuo	os próprios membros	partidos políticos, sindicatos, associações fraternas, clubes, organizações de veteranos, associações profissionais, seitas religiosas, cooperativas, etc.
Organizações de interesse comercial	proprietários ou acionistas	empresas privadas: bancos, companhias de seguros, lojas, indústrias, etc.
Organizações de serviços	o grupo de clientes	agências de serviço social, hospitais, agências de auxílio legal, universidades, escolas, etc.
Organizações públicas	público em geral	departamento de estado, divisão do imposto de renda, serviços militares, departamento de polícia, corpo de bombeiros, correios, etc.

Fonte: adaptado de Seixas (1993, p. 21) e Blau & Scott (1970, pp. 57-73)

Existe associação na literatura entre a eficiência e as características dos grupos. Os grupos mais eficientes apresentam união entre seus membros e utilizam as energias através de métodos organizados, possuem atmosfera positiva, têm um bom trabalho de equipe, apresentam finalidade própria com objetivos básicos compreendidos pelo líder e pelos membros e os membros têm ambiente para participação livre e espontânea na solução de problemas. Todos os membros têm voz ativa nas decisões e ajudam na formulação dos objetivos (Trecker & Trecker, 1968). Em outros casos, é feita associação e capacidade de trabalhar como equipe. Esta, por sua vez, também apresenta características desejáveis. Como pode ser observado, uma das primeiras características

destacadas nos grupos é a existência de objetivos claramente definidos e conhecidos pelos seus membros. Para Maximiliano (1986),

“numa esfera operacional estão os objetivos específicos a serem alcançados pela equipe. Para que o grupo consiga cumprir a missão escolhida, seus membros devem saber quais são os resultados a ser perseguidos, tanto a longo prazo quanto em situações particulares” (Maximiliano, 1986, p. 24-5).

Segundo Maximiliano (1986), um grupo começa a se caracterizar como equipe quando apresenta simultaneamente organização (com papéis definidos), interação, motivação (busca por recompensa ou alcance de um objetivo comum) e percepção (membros se percebem enquanto grupo). Este autor ressalta que existe risco dos grupos formais enfatizarem apenas as relações pessoais tornando-se grupos recreativos. Neste caso, o autor desconsidera este grupo por não apresentar todas as características acima. É importante que se faça uma distinção com relação a estes grupos recreativos. No presente trabalho, aqueles grupos que se destinam à recreação e se organizam para tanto são considerados igualmente importantes para o desenvolvimento da comunidade. Isto porque eles podem interagir de forma positiva com outros grupos e indivíduos que fazem parte desta comunidade.

Trecker & Trecker (1968) apresentam um esquema alternativo para o estudo de grupos. Segundo estes autores, deve-se ler o estatuto do grupo para encontrar os objetivos e regulamentos gerais do grupo. Enfatizam também a necessidade de conhecer a história do grupo e as pessoas que o compõem. Outros itens a serem levantados são o relacionamento do grupo com organizações similares e o modo pelo qual o grupo coopera com outros grupos na comunidade, o que o grupo representa para seus membros, o modo de trabalhar do grupo, seu grau de estabilidade quanto à possibilidade de entrada e à permanência dos membros.

Há divergências quanto à possibilidade de identificação de estágios de desenvolvimento de grupos. Trecker & Trecker (1968) citam que os grupos têm vários estágios, dentro de uma escala que vai de uma fase inicial para uma final. Porém, segundo os autores, é difícil localizar o grupo num ponto específico da escala e não desenvolvem

no trabalho nenhuma tentativa de classificação. Já segundo Kisnerman²⁴, citado por Molina (1986), o desenvolvimento evolutivo do grupo (processo grupal), supõe uma sucessão de etapas e considera uma interação dinâmica entre os membros do grupo e a conquista do objetivo proposto, constituindo assim diversas fases durante a existência do grupo, como pode ser verificado na figura 1 e no quadro 2.

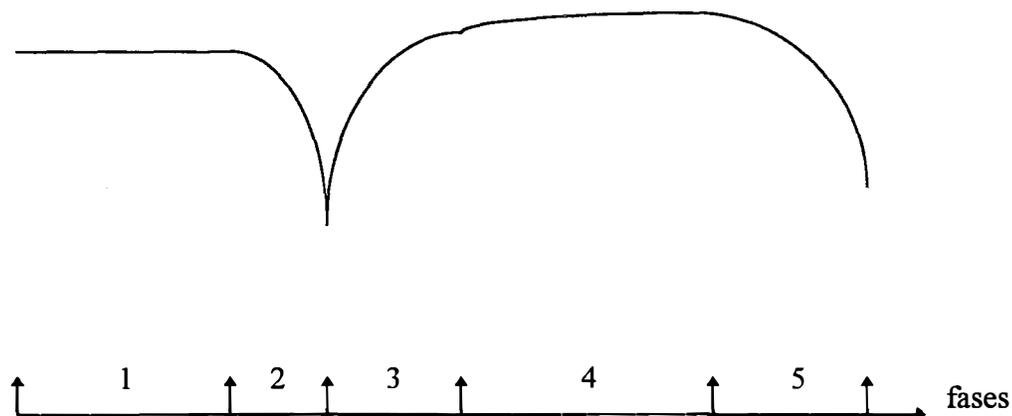


Figura 1 - Esquema das fases do processo de grupo (Molina, 1986)

O processo grupal pode então ser pensado como a história de vida do próprio grupo e as relações entre seus membros, sendo que existe uma relação estreita entre os acontecimentos que dizem respeito ao grupo e a seus componentes e vice-versa. Ao estudar um grupo pode ser importante verificar o comportamento tanto do grupo como um todo como dos seus membros e das relações que estes guardam entre si.

As fases e sua seqüência não são necessariamente iguais para os grupos. É importante destacar que as fases descritas no quadro 2 correspondem a um “modelo” ideal e que não necessariamente um grupo passa por todas elas, não são idênticas nem têm a mesma duração nos diferentes grupos (Molina, 1986). Acredita-se, contudo, que devido ao fato do modelo ser uma situação ideal e que pode estar muito distante da realidade, seja difícil usá-lo como referência. Os grupos podem apresentar muitas

²⁴ KISNERMAN, N. *Serviço social de grupos*. Petrópolis: Vozes, 1978.

variações de características que tornem difícil a identificação com modelos específicos. A verificação das características dos grupos, por sua vez, se mostra mais exequível sem perda da relevâncias de seus resultados.

No quadro 2 são apresentadas as principais características das fases do processo de grupo.

Quadro 2 - Principais características das fases do processo de grupo.

Fase	Características
1. Formação	tensão e mobilização de defesas em relação à situação nova a ser vivida; indecisão quanto a objetivos e possibilidades de programas; presença de subgrupos ²⁵ (não sendo necessariamente negativo, apenas refletindo variedade de interesses); presença de atitudes alternativas de submissão, agressão, aceitação ou rejeição
2. Conflito	pode haver conflitos de valores e normas; de objetivos; de personalidades
3. Organização	declínio da ansiedade; divisão do trabalho; maior responsabilidade dos membros, identificação com o grupo; progressão em direção aos objetivos; produtividade operativa
4. Integração	autocoesão; ajustamento das diferentes estruturas e papéis; possibilidade de realização dos membros pelo crescimento e desenvolvimento do seu potencial humano; o grupo funciona sozinho; condição de maturidade
5. Dissolução	dispersão dos integrantes (etapa natural, não devendo ser interpretada como fracasso do grupo ou de seu coordenador)

Fonte: adaptado de Molina (1986)

De acordo com Trecker & Trecker (1968), conflitos e divergências são inerentes à situação democrática de um grupo, não podendo, portanto, ser julgados como bons ou maus. É dos conflitos que pode surgir tanto pequenos como sérios problemas dentro do grupo. Assim, a presença de conflitos “problemáticos” pode indicar algum tipo

²⁵ Para Klein (1972), esses subgrupos podem ter valores diferentes que impliquem em atritos relativos aos meios a serem empregados ou aos riscos que estão dispostos a correr na realização de tarefas.

de deficiência na condução do grupo por parte de seu coordenador/líder. O leitor deve notar que estes conflitos são interpessoais e diferem da fase de conflito vivida por um grupo como um todo.

Uma análise interessante é a referente à tomada de decisão, vista por Klein (1972) como a descrição do comportamento do grupo no processo de apresentação de propostas e de obtenção de acordos em direção aos objetivos e com planos de ação. O fato do grupo concordar com uma linha de ação está ligado à participação ou não dos membros na tomada de decisão e se os mesmos partilham ou não da estrutura do grupo.

A avaliação é uma atividade importante para os grupos. Segundo Trecker & Trecker (1968), esta prática tem diversos pontos que a justificam, quais sejam a verificação de como estão sendo realizados os objetivos do grupos; quais os melhores modos de trabalho; a possibilidade dos líderes perceberem melhor os problemas e as alternativas de solução; permite evitar o aparecimento de problemas de funcionamento do grupo e mostra as melhorias obtidas e como podem ser aperfeiçoadas. Os autores destacam ainda que há um elemento de risco na avaliação, mas que este é compensado pela descontinuidade no cometimento de erros. Para Maximiliano (1986) a avaliação do grupo é feita de acordo com critérios pré-determinados, como a importância dada pelo avaliador para os critérios e a presença dos mesmos, de forma a evidenciar pontos fortes, fracos e neutros e também o potencial do grupo²⁶.

As informações contidas neste capítulo sugerem que as questões locais, embora estejam sempre altamente relacionadas às aquelas estaduais e nacionais, podem e devem ser consideradas, como também devem ser feitos esforços para suas soluções a partir de iniciativas locais. Não parece cabível que a dependência em relação aos elementos externos ao município (políticas e ações de indivíduos e organizações governamentais ou não) no processo de desenvolvimento continue a ser completa e, como visto, há diversas abordagens e exemplos que permitem tanto nortear quanto estimular o desenvolvimento municipal.

²⁶ Para maiores detalhes, ver Maximiliano (1986, p. 37-41).

Da revisão bibliográfica feita até este ponto podem ser resumidos alguns aspectos importante para o presente trabalho. O interior do Estado de São Paulo vem apresentado uma tendência de crescimento de possibilidades sociais e econômicas. As econômicas referem-se ao aumento do valor adicionado a produtos no interior, aumentando sua importância como gerador de renda para o Estado. As sociais referem-se ao potencial de oferecimento de melhor qualidade de vida, se comparado aos problemas vividos em decorrência das grandes concentrações populacionais (habitação, saneamento, congestionamentos, poluição, tempo gasto no trânsito, etc.).

Outro aspecto é a questão do desenvolvimento de municípios. Atualmente, com a alta urbanização (em concentração populacional e em hábitos), não faz mais sentido tratar localmente de desenvolvimento rural de forma isolada. As melhorias na qualidade de vida devem ser abordadas de forma a afetar as populações rural e urbana conjuntamente (é claro que ainda existem especificidades). Estas melhorias têm que envolver aspectos econômicos, sociais, políticos, ecológicos, culturais, etc., pois desenvolvimento é um processo complexo que envolve estes aspectos.

Na complexidade do desenvolvimento destaca-se a participação popular. A participação da população nas várias frentes do processo de desenvolvimento, desde o planejamento até a execução, é bastante ressaltada na literatura, e geralmente está associada à existência de grupos sociais organizados. Não deve ser esquecido, no entanto, que existem uma série de fatos por trás de uma participação organizada, autêntica e eficiente e que esta não é simples de ser alcançada. A associação entre participação popular e desenvolvimento deve ser qualificada, de modo a deixar claro que devem haver certos requisitos e características que devem estar presentes para que a participação possa ser bem sucedida. A efetividade desta participação está associada à existência de várias características dos grupos. Estas características é que os faz, não somente, mas também qualitativamente, capazes de atuar na melhoria da qualidade de vida da comunidade da qual fazem parte. Neste sentido é que foi proposto o presente trabalho: estudar a evolução da qualidade de vida no município de Vera Cruz e como estão os grupos sociais organizados que lá existem, para avaliar o potencial que estes

grupos têm de corresponder a uma participação efetiva da população na melhoria da qualidade de suas vidas, sobretudo na aliviação dos efeitos da pobreza.

4 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo de caso em um município do interior do Estado de São Paulo, Vera Cruz. Neste capítulo, é apresentada uma descrição sucinta do município do estudo e são feitas algumas considerações a respeito do método utilizado, assim como a apresentação da seqüência de atividades para a obtenção dos dados necessários às análises propostas, a escolha das variáveis e o tratamento das informações.

4.1 O município do estudo

O município de Vera Cruz localiza-se na Região Administrativa de Marília e na Região de Governo de Marília. Segundo dados de 1991, Vera Cruz tinha uma população de 11035 habitantes, correspondendo a 1,402% da Região Administrativa e a 0,035% do Estado de São Paulo, com uma taxa de urbanização de 72,58%. A área do município, 252 Km², corresponde a 1,365% da Região Administrativa e a 0,09 % do Estado de São Paulo (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 1993). Localiza-se a 400 Km da capital do estado e foi emancipado em 1934. As atividades econômicas principais são cafeicultura e criação de gado bovino (Mattos; 1994; Von Wüthenau, 1994) e cultivo do maracujazeiro. O mapa da figura 2 mostra a localização do município de Vera Cruz, da Região de Governo de Marília e das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.

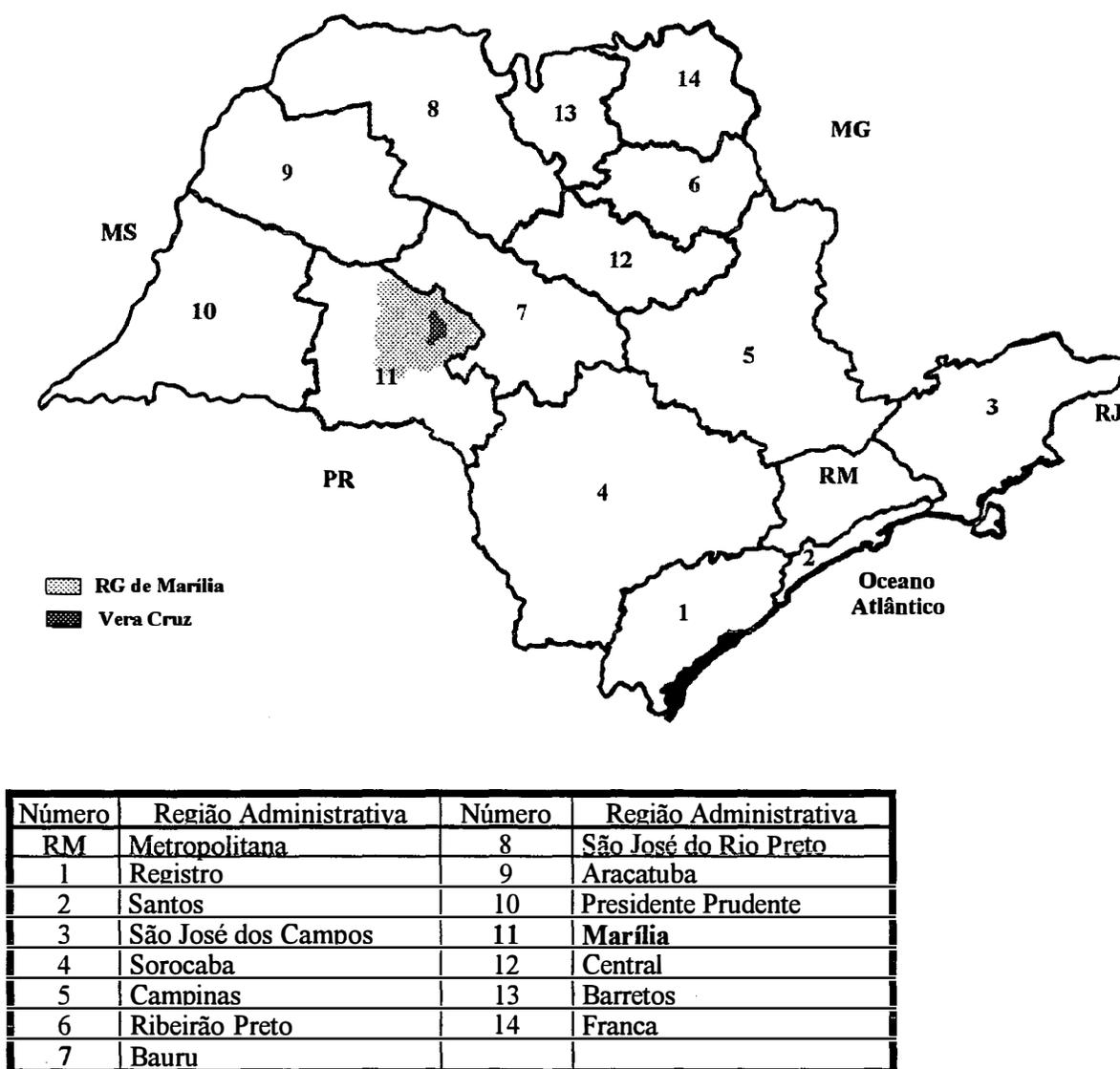


Figura 2 - Divisão político-administrativa do Estado de São Paulo, com a localização das Regiões Administrativas, da Região de Governo de Marília e do município de Vera Cruz.
Fonte: elaborado a partir de SEADE (1993).

4.2 O método do estudo de caso

O método do estudo de caso tem sido amplamente utilizado em trabalhos de pesquisa. Para discorrer sobre estudo de caso, optou-se neste estudo por recorrer a trabalhos específicos sobre métodos científicos e também a trabalhos de autores que usaram este procedimento em áreas correlatas. O estudo de caso pode estar relacionado a diferentes estratégias de pesquisa. Para Yin (1989), os estudos de caso podem servir tanto para pesquisas com objetivos exploratórios, descritivos ou explanatórios. O presente trabalho teve características daquilo que Cervo & Bervian (1983) chamam de pesquisa descritiva. Segundo estes autores:

“a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los ... Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características ... Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas” (Cervo & Bervian, 1983, pp. 55-6).

De acordo com estes mesmos autores, este tipo de pesquisa pode assumir várias formas, tais como os estudos exploratórios, que têm por objetivo a familiarização com o fenômeno, sem hipóteses e através de descrição precisa das situações, tentando descobrir relações entre seus elementos. Outra forma é a de estudos descritivos, que estudam e descrevem características e relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Em outras palavras, os estudos descritivos “definem ou retratam as características do objeto da pesquisa ou determinam as frequências de várias ocorrências e examinam suas associações entre si” (Blau & Scott, 1970, p. 28).

As relações estudadas podem ser tanto entre variáveis quanto entre grupos. As relações citadas no parágrafo anterior se referem principalmente àquelas entre diferentes variáveis, o que neste estudo corresponde ao estudo das relações entre dados secundários de indicadores sócio-econômicos e informações obtidas em entrevistas, relativas às características dos grupos. Além destas, o estudo dos grupos também deve considerar as relações entre os grupos, pois, segundo Blau & Scott (1970), na análise das

organizações é interessante o estudo comunitário que focaliza a interdependência entre as partes no sistema social. O foco somente nos grupos individuais, se tomados como independentes, ignora as redes de relações entre indivíduos e grupos, a verdadeira essência do estudo da organização social. Devido a estes aspectos e ao fato de que podem surgir informações interessantes a partir da análise das relações entre grupos, citadas por Zekeri et al. (1994), Moxler & Proctor (1995) e O'Brien et al. (1991), foram incluídos no roteiro tópicos para o levantamento das relações intergrupais.

Segundo Bruyne et al.²⁷, citados por Zioni (1994), o método estudo de caso pode ser definido como:

“um estudo em profundidade de casos particulares, isto é, uma análise intensiva empreendida numa única ou em algumas organizações reais ... reúne informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível com vistas a apreender a totalidade de uma situação ... Por isso recorre à técnica de coleta de informações igualmente variadas (observações, entrevistas, documentos...). Alguns estudos têm o intento de exploração ... outros são essencialmente descritivos e tomam a forma de uma monografia ... e outros ainda perseguem um objetivo prático, seja porque visam estabelecer o diagnóstico de uma organização, ou fazer sua avaliação, seja porque procuram prescrever uma terapêutica ou mudar uma organização...” (Zioni, 1994, p. 65)

Devido à característica de especificidade, existe possibilidade de existência de vários tipos de estudo de caso, surgindo também a necessidade de classificá-los. Assim, existem estudos de caso quantitativos e qualitativos. Lüdke & André (1986) apresentam as principais características dos estudos de caso qualitativos:

“i) os estudos de caso visam à descoberta ...; ii) ... enfatizam a ‘interpretação em contexto’ ...; iii) ... buscam retratar a realidade de forma completa e profunda ...; iv) ... usam uma variedade de fontes de informação ...; v) ... revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. O pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas generalizações naturalísticas; vi) ... procuram representar os diferentes, e às vezes

²⁷ BRUYNE, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 7 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

conflitantes, pontos de vista presentes numa situação social ...; vii) os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa” (Lüdke & André, 1986, pp. 18-20).

Os estudos de caso podem ter várias finalidades. Autores como Medeiros (1992), Vilas Boas (1992) e Murad (1993) sugerem o teste de teorias; melhor compreensão dos fenômenos relativos às famílias, grupos, instituições sociais e comunidades; ilustração de generalizações estabelecidas e aceitas e mesmo conduzir a generalizações e também a formulação de novas hipóteses que possam originar novas pesquisas. A existência desta variedade de finalidades faz com que os estudos de caso tenham uso cada vez mais freqüente nas ciências sociais, em várias de suas áreas, embora ainda haja discussões a respeito de suas limitações.

As limitações dos estudos de caso estão ligadas ao fato de proporcionarem ou não generalizações. Segundo autores como Triviños²⁸, citado por Medeiros (1992):

“seu valor (do estudo de caso) está em fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, e seus resultados podem permitir a formulação de hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas. Por outro lado, o argumento de que os estudos de casos não proporcionam fundamentos para amplas generalizações baseia-se no fato de que este tipo de pesquisa não permite a utilização de grandes amostras” (Medeiros, 1992, p. 46).

Já Alencar²⁹, citado por Murad (1993, p. 30) “esclarece que o estudo de caso é uma categoria válida de pesquisa, porque permite ilustrar generalizações que foram estabelecidas e aceitas em diferentes contextos”.

Há ainda autores que, por considerarem a singularidade do estudo de caso, dispensam a preocupação com a possibilidade de generalização. Este é o caso de Lüdke & André (1986) que citam que:

“a preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único,

²⁸ TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

²⁹ ALENCAR, E. **An interpretative study of the agricultural cooperative as a mean for farmers to adapt to the social system: a case study in Southern Minas Gerais, Brazil**. Reading: University of Reading, 1986. 370 p. (Tese de Doutorado).

uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. Desse modo, a questão sobre o caso ser ou não ‘típico’, isto é, empiricamente representativo de uma população determinada, torna-se inadequada, já que cada caso é tratado como tendo um valor intrínseco” (Lüdke & André, 1986, p. 21).

Deve ser ressaltado que o ‘caso’ do presente estudo é um município, Vera Cruz. São comuns estudos de caso de cada tipo de grupo dentro dos agrupamentos de grupos mostrados no capítulo anterior. Blau & Scott (1970) mostram vários estudos de caso de organizações formais como sindicatos, fábricas, companhias de seguros e hospitais, entre outros. Uma análise pormenorizada e individualizada de um tipo específico de grupo dentro de um agrupamento, cada um com suas peculiaridades, foge ao propósito desta dissertação. Devido a isso é que foram levantadas informações de indicadores sócio-econômicos e características gerais intra e intergrupais, de modo a atingir os objetivos de avaliar a capacidade de atuação dos grupos formais existentes neste município para melhorar a qualidade de vida local. Esta é uma das razões que levou a uma abordagem de características que pudessem ser visualizadas em todos os grupos.

Quanto à questão das generalizações, acredita-se que ambas as preocupações sejam relevantes, mas há que considerar que as finalidades dos estudos de caso levantadas nos parágrafos anteriores justificam sua utilização. Preocupante seria se, repentinamente, todos os pesquisadores passassem a utilizar apenas estudos de caso deixando o teste de hipóteses de lado, o que não parece muito provável de ocorrer. Outro aspecto a ser levantado é o fato de que teorias não são testadas apenas com estudos amplos e que permitam generalizações. Os estudos de caso podem servir como testes pontuais para negação ou não da aplicabilidade da teoria, num processo que torna o desenvolvimento teórico, os testes empíricos amplos e os estudos de caso como elementos complementares, e não necessariamente antagônicos, no desenvolvimento da ciência. O estudo de caso, baseado nas características de análise intensiva de fenômenos específicos através do levantamento do maior número possível de informações sobre os mesmos, pode propiciar a obtenção de uma quantidade de informações que permitam atingir os objetivos do trabalho.

O presente trabalho apresenta características qualitativas e também quantitativas. Os aspectos quantitativos do mesmo estão relacionados ao fato de que, uma vez identificados os grupos sociais organizados, suas características e suas interações mútuas, são mostradas as freqüências relativas dos diversos aspectos/estados encontrados, além de que a análise dos indicadores sócio-econômicos é caracteristicamente quantitativa.

4.3 Obtenção das informações

As informações necessárias a este estudo consistiram de dados referentes aos grupos sociais organizados e a dados secundários de indicadores sócio-econômicos. O levantamento de dados primários referentes aos grupos sociais organizados foi feito através de entrevista com pessoas da população alvo que fazem parte destes grupos. No presente estudo, a entrevista se mostra mais adequada do que o questionário para a obtenção dos dados primários, devido a aspectos como os levantados por Thiollent (1982), citando Bourdieu³⁰, segundo o qual “o questionário mais fechado não garante necessariamente a univocidade das respostas, pelo simples fato de submeter todos os sujeitos a perguntas formalmente idênticas” Thiollent (1982, p. 49).

Também em relação à entrevista há divergências. Para Haguete³¹ citado por Seixas (1993) a entrevista:

“é um processo de interação social entre as pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a detenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações deverão ser ordenadas por meio de formulários ou roteiros de entrevistas, em que constem pontos de interesse para a pesquisa” (Seixas, 1993, p. 63).

Porém, segundo Thiollent (1982), há quem considere a entrevista como uma situação muito estruturada, sem a liberdade de uma conversação e onde os entrevistados devem ser submetidos à mesma formulação e à mesma ordem de perguntas. Os entrevistadores

³⁰ BOURDIEU, P. et al. **Le metiér de sociologue**. 2. ed. Mouton, Paris, Haia, 1973.

³¹ HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p.

são apenas executores passivos das instruções do questionário e descarregados de toda iniciativa ou esforço intelectual.

Acredita-se que o estudo de caso desta pesquisa se colocou num meio termo entre posições extremas pois, ao mesmo tempo que se imprimiu um caráter de camaradagem e descontração na relação entrevistador e entrevistado, com liberdade de seqüência e conversação, procurou-se seguir à risca os itens preparados e constantes do roteiro. O tipo de entrevista que se mostrou mais adequado a este trabalho foi a entrevista semi-estruturada que pode ser conduzida dentro de uma conversação informal, permite exploração mais ampla das questões e usa geralmente questões abertas. Segundo Oliveira (1992), vários autores consideram que este tipo de questão permite uma maior flexibilidade na interação entrevistador-entrevistado durante a coleta de dados. Entre estes autores podem ser listados Triviños³², citado por Medeiros (1992) e Galtung³³, citado por Murad (1993).

Em relação ao uso de entrevistas e roteiros, destacam-se as vantagens e desvantagens citadas em Marconi & Lakatos (1990). Dentre as vantagens da entrevista, tem-se a possibilidade de poder ser usada em todos os segmentos da população, o que neste caso teve importância vital e decisiva para o descarte de instrumentos como o questionário. Vale também citar a possibilidade de maior flexibilidade para o entrevistador no esclarecimento das perguntas e inclusive na confirmação da percepção das respostas. Como desvantagem, existe a possibilidade de influência pelo entrevistador (pode-se dizer que esta possibilidade de influência é mútua entre ambos os agentes), o fato de ocupar tempo para contatos, agendamentos e entrevista em si mesma e a possibilidade da retenção de informações pelo entrevistado (o que obviamente não é uma desvantagem somente deste instrumento).

O roteiro, definido por Nogueira³⁴, citado por Marconi & Lakatos (1990), como:

³² op. cit.

³³ GALTUNG, J. Data collection. in: THOMPSON, K. & TUNSTALL, J. eds. **Sociological perspectives**. London: Pequin Books, 1981. p. 518-41.

³⁴ NOGUEIRA, O. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

“uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer do interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz observações ou recebe respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação” (Marconi & Lakatos, 1990, p. 100)

também apresenta vantagens e desvantagens. Em relação às vantagens destacam-se a possibilidade de contato pessoal; a uniformidade dos símbolos utilizados, pois é preenchido pelo próprio entrevistador; a flexibilidade e a presença do entrevistador. Como desvantagens tem-se o risco de distorções pela influência do entrevistador (e também pela interpretação que o entrevistador pode fazer das respostas); o fato de ser demorado e o menor prazo que o entrevistado tem para responder (em relação ao questionário).

Finalizando a justificativa do uso do formulário, citamos autores como Stacey³⁵ e Galtung³⁶, citados por Vilas Boas (1992) que observam que, “tendo em vista a flexibilidade na formulação das questões, o roteiro de entrevistas constitui uma técnica apropriada para a coleta de informações que envolvem experiências, sentimentos, atitudes, razões e motivos” (Vilas Boas; 1992, p. 37) e Seixas (1993), segundo a qual:

“com a utilização de formulários, pode-se obter relativa uniformização no comportamento dos entrevistados, evitando distorções de interpretação e facilitando as técnicas de análise” (Seixas, 1993, p. 63).

Acredita-se que as características apresentadas da entrevista não-estruturada com o roteiro os colocaram como meio mais adequado para a obtenção do tipo de informação desejada. Isto se deve ao fato de terem que ser aplicadas à pessoas dos mais diferentes níveis culturais e financeiros, onde a flexibilidade do entrevistador se torna primordial. Outro aspecto a ser destacado é que, tanto as vantagens quanto as desvantagens são passíveis de maximização e minimização, respectivamente, o que se deve procurar fazer durante a pesquisa de campo. Para o presente estudo foi montado um roteiro para a entrevista³⁷, cujos tópicos propiciassem o levantamento de informações

³⁵ STACEY, M. *Methods of social research*. Oxford: Pergamon Press, 1977. 173 p.

³⁶ op. cit.

³⁷ O roteiro encontra-se nos apêndices.

quanto a várias das características dos grupos citadas no capítulo anterior e as relações destes grupos com outros tanto do mesmo município quanto com grupos de outros municípios.

4.3.1 A amostragem e o tratamento das informações

Como não existe fonte secundária que contenha informações sobre os grupos existentes, o espaço amostral e as informações relativas aos grupos foram levantados simultaneamente. Professores da USP ligados ao Projeto UNIR, tinham conhecimento de líderes da comunidade que poderiam fornecer informações a respeito dos grupos formais existentes em Vera Cruz. Isto realmente foi feito, mas não era esperado que fosse suficiente para conhecer o número total da população de grupos. A partir das informações iniciais, foi sendo tomado conhecimento de mais grupos pois o roteiro de entrevista contém um item relativo a quais grupos o entrevistado conhece no município. A amostra final foi formada tanto por grupos indicados pelos informantes iniciais quanto por grupos dos quais se tomou conhecimento a partir das entrevistas. A inclusão de instituições públicas na amostra está relacionada ao fato de que também são consideradas como grupos formais e ao fato de que o objetivo do presente estudo se relaciona à avaliação da sua capacidade de atuação em termos de suas características grupais.

Os tratamentos dos dados sócio-econômicos (secundários) e dos dados relativos aos grupos (primários) foram diferentes. Com os dados sócio-econômicos foram construídos gráficos de modo a permitir uma visualização do comportamento, individualmente e comparativamente, para os indicadores de Vera Cruz, do Estado de São Paulo e das Região Administrativa (RA) e Região de Governo (RG) de Marília. Também foram calculadas para todos os indicadores as taxas médias geométricas anuais e acumuladas no período de 1980 a 1993 e, dependendo do caso, foram calculadas as variações percentuais das diferenças entre os indicadores. O cálculo das taxas de crescimento teve por objetivo reduzir a subjetividade da comparação entre o comportamento, ao longo do período estudado, de um mesmo indicador para Vera Cruz e para os referenciais utilizados. Assim, considerou-se que um indicador teve

comportamento diferente entre duas unidades de análise quando as taxas de crescimento diferiram entre si em mais de 10% (valor escolhido arbitrariamente). Os comportamentos foram então classificados como: a) melhor ou pior para Vera Cruz (indicados por **m** e **p**, respectivamente), quando a evolução do indicador foi favorável ou desfavorável, respectivamente, a este município; e, b) semelhante (indicado por **s**), quando a diferença entre as taxas anuais de crescimento foram menores que 10%. Outro aspecto é que as informações obtidas com a análise dos indicadores sócio-econômicos foram, em alguns casos, complementadas com informações obtidas nas entrevistas com membros dos grupos.

Os dados relativos aos grupos foram tabulados para permitir o cálculo de frequências de ocorrência de características. De posse das entrevistas, foi montado um gabarito com características sociais e políticas dos grupos (descritas no item 4.3.2) sendo que, para cada característica foram consideradas as seguintes associações: a) número 1 quando a característica se verificava no grupo; b) número 0 quando a característica não se verificava; c) **na** nos casos em que a característica não se aplicava ao grupo em questão; e, d) **nr** quando não houve resposta relativa à característica em questão. Das associações feitas para cada grupo com base neste gabarito foi feita uma matriz³⁸ tendo nas linhas as respostas e nas colunas os itens da entrevista. Essa matriz foi então utilizada no cálculo das frequências de ocorrências de características³⁹, em relação a itens individuais ou agrupados (“cruzados”), de acordo com o interesse.

A consistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos dos grupos foi avaliada utilizando a chamada ‘Estrutura Lógica’. A ‘Estrutura Lógica’ é uma ferramenta gerencial que surgiu em função de dificuldades encontradas em relação à elaboração de projetos de desenvolvimento. Algumas dessas dificuldades se referiam a: a) o planejamento era impreciso (objetivos múltiplos, sem relação com as atividades do projeto); b) a responsabilidade da gerência não era clara (muitos fatores fora do controle

³⁸ O gabarito e a matriz com as respostas são apresentados nos apêndices.

³⁹ Os cálculos de frequências foram feitos utilizando o Statistical Analysis System.

e não definição de responsabilidades); e, c) a avaliação era conflitiva (devido à não existência de metas e de critérios únicos).

Para reduzir os problemas associados às dificuldades listadas no parágrafo anterior, a estrutura lógica propõe definição clara dos resultados, definição de responsabilidades e de relações entre elementos chave do projeto. Segundo a Management System International, a estrutura lógica "organiza a informação de uma tal maneira que se pode formular importantes perguntas e identificar falhas no projeto" - através da explicitação das incertezas que podem estar associadas a vários aspectos do projeto (Management System International, s. n. t., p. 3). Esta organização se dá pela construção de uma matriz onde são definidos nas linhas os níveis hierárquicos dos objetivos ou níveis de responsabilidade de um projeto (grupo) e, nas colunas, os elementos que permitem visualizar os aspectos que podem ser verificados e os que fogem ao controle do projeto. O quadro 3 mostra o esquema do arcabouço lógico para o resumo do desenho de um projeto.

Dadas as suas características, o Método da Estrutura Lógica pode ser usado em várias situações, sendo que uma delas, não citada pelos autores, pode ser a análise de grupos sociais organizados. Isso devido ao fato de que a definição dos níveis de responsabilidade (ou níveis hierárquicos dos objetivos) pode ajudar na avaliação da capacidade de atuação dos grupos. Os níveis de responsabilidade são⁴⁰ o fim: aspirações em relação ao projeto em relação às aspirações daqueles para quem essas ações não têm interesse específico; o propósito: razão pela qual se produz; os produtos: coisas que se está comprometido a produzir; e, os insumos: recursos e atividades. Os elementos que podem ser verificados são os Indicadores Objetivamente Verificáveis (IOV), ou seja, aquelas condições que estão tão estreitamente associadas a outra condição que a presença ou variação nas primeiras indica que há presença ou variação na segunda. Sua função é definir explicitamente o que indicará o êxito do projeto, eliminando interpretações ambíguas dos níveis de responsabilidade. Os próximos elementos de coluna são os Meios de Verificação, que definem como os IOV podem ser medidos, sua

⁴⁰ Os termos fim, propósito, produtos e insumos têm como sinônimos, respectivamente, missão, objetivo, metas e ações.

explicitação consiste num passo a mais para clarificar os objetivos. A última coluna corresponde aos pressupostos. Os pressupostos refletem o conhecimento de que existem fatores que estão além do controle, mas que são necessários para o êxito dos objetivos em todos os níveis dos objetivos. A importância dos pressupostos é a de que, uma vez conhecidos, permitem avaliar as probabilidades de êxito do projeto (tanto maiores quanto menos restritivos⁴¹ forem os pressupostos).

Quadro 3. Arcabouço lógico para o resumo do desenho lógico de um projeto.

Resumo narrativo	Indicadores Objetivamente Verificáveis	Meios de Verificação	Pressupostos importantes
Fim do programa: o objetivo mais amplo para o qual o projeto contribui			relacionados com o valor do programa no longo prazo
Propósito do projeto			que afetam a conexão propósito-fim
Produtos			que afetam a conexão produtos-propósito
Insumos: atividades e recursos			que afetam a conexão insumo-produto

Fonte: adaptado de Management System International (s. n. t., p. 10).

Os pressupostos, juntamente com os níveis hierárquicos dos objetivos, são os itens mais importantes da Estrutura Lógica. Isto se deve ao fato de que com eles são

⁴¹ Um pressuposto restritivo é aquele cuja probabilidade de contribuição positiva para o êxito do nível de objetivo é pequena.

montadas as chamadas “hipóteses em cadeia” que relacionam os níveis hierárquicos dos objetivos. Segundo estas hipóteses, se um nível inferior for realizado/alcançado e se os pressupostos não se mostrarem restritivos, então o nível imediatamente acima é alcançado. Em outras palavras, o êxito num nível inferior constitui-se numa condição necessária que, associada aos pressupostos, passa a constituir condição necessária e suficiente para o alcance do nível imediatamente acima. Esta formulação de hipóteses e incertezas pode ser visualizada na figura 3, onde as linhas tracejadas representam condições necessárias e linhas cheias condições necessárias e suficientes.

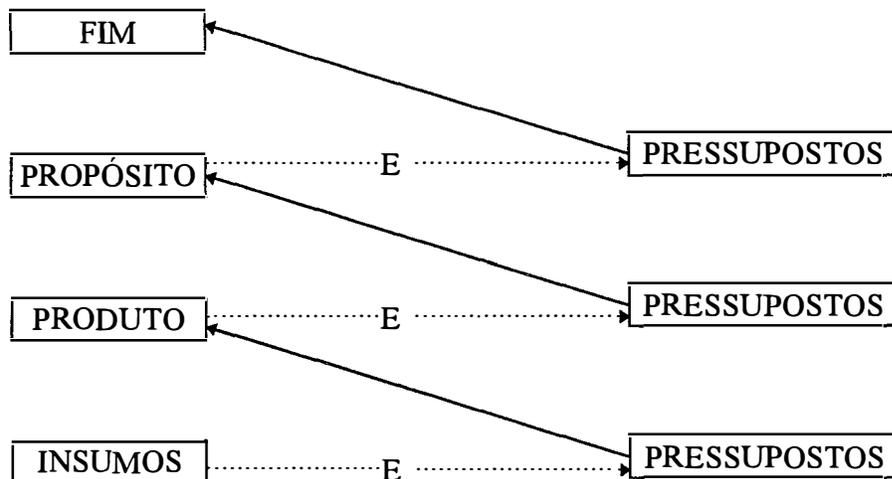


Figura 3 - Diagrama das hipóteses em cadeia nos relacionamentos entre os níveis hierárquicos dos objetivos (Management System International, s. n. t.)

Neste trabalho o método da Estrutura Lógica foi usado na análise dos grupos sociais organizados. Não foi feita análise de IOV e Meios de Verificação para os grupos individualmente pois não foi necessário em função dos objetivos deste trabalho. Dada sua importância (ver figura 3), neste trabalho basicamente foram identificados nos grupos os diferentes níveis hierárquicos dos objetivos (exceto o fim), pois cada um deles se constitui condição necessária para o nível imediatamente superior. Com essas informações foram analisadas, para cada grupo, a coerência/consistência entre os níveis declarados pelos respondentes. Caso um nível inferior apresente problemas para

contribuir para o nível superior, há problemas no grupo. Estes problemas constituem-se em limitações para atingir os objetivos do grupo o que, por sua vez, indica que há chances consideráveis de inadequação ou baixa eficiência do grupo para a realização das atividades a que se propõe.

O trabalho de campo constituiu-se em entrevistas com membros dos grupos. Foram entrevistados dois indivíduos por grupo social organizado, um da direção/coordenação e outro do corpo geral do grupo, numa tentativa de diminuir algum tipo de viés, embora este tipo de preocupação não seja encontrada em todos os trabalhos deste tipo, como no caso de Seixas (1993), em cuja pesquisa foram designados, como informantes:

“os executivos senior’s de cada instituição, de preferência o dirigente máximo e/ou adjuntos e coordenadores técnicos, no intuito de obter informações sobre a realidade funcional do processo interativo, na ótica de quem vivência os problemas no seu dia-a-dia” (Seixas, 1993, p. 61).

Ao final das mais de sessenta entrevistas realizadas, crê-se que houve uma aproximação em relação ao número total de grupos existentes, uma vez que as respostas ao conhecimento de grupos se tornaram repetitivas à medida que aumentou o número de entrevistados. Além disso, acredita-se que, apesar das limitações, esta amostragem não-probabilística possibilitou o levantamento adequado das informações pois a amostra foi grande em relação ao tamanho do espaço amostral (30 grupos, num total de 88 grupos identificados), o que também é importante para um estudo como este no qual foi necessário levantar uma quantidade relativamente grande de informações.

4.3.2 Definição das variáveis

A definição das variáveis foi feita com base no referencial teórico. Nos grupos sociais organizados, foram levantadas e analisadas informações tidas como importantes para a caracterização dos mesmos, como aspectos relativos à sua estrutura e comportamentos. Para permitir a análise de aspectos econômicos, sociais e políticos, os grupos foram estudados de acordo com alguns instrumentais analíticos para estes três eixos. Estes instrumentais, nos seus aspectos políticos, consistiram do levantamento de

informações referentes ao conhecimento pelos membros dos objetivos, das estratégias, organização, recursos disponíveis e necessários, do tipo de processo de tomada de decisão e a abertura para a entrada de novos membros. Dos aspectos sociais, foram estudadas a coesão do grupo, a motivação, estabilidade e existência de subgrupos representativos. Os aspectos econômicos referiram-se à análise da consistência entre aspectos como as ações, a disponibilidade e necessidade de recursos para implementar as ações e os objetivos do grupo.

No que diz respeito aos indicadores sócio-econômicos, Cano (1989) fez algumas considerações relevantes. Em relação à saúde, os indicadores mais aceitos são a esperança de vida ao nascer, o coeficiente de mortalidade geral e infantil, o número de médicos e o número de leitos hospitalares em relação à população. A Organização Mundial de Saúde (OMS) divide esses indicadores em três grupos: a) associados ao estado de saúde de pessoas ou grupos: razão de mortalidade proporcional, coeficiente de mortalidade geral e infantil, esperança de vida ao nascer, coeficiente de mortalidade por doenças transmissíveis; b) relacionados às condições ambientais: abastecimento de água, rede de esgotos, etc.; e, c) relacionados às atividades de saúde: número de leitos hospitalares e número de médicos em relação à população.

A escolha das variáveis sócio-econômicas ficou limitada, em função da disponibilidade de informações. As variáveis utilizadas foram, então, população, número de leitos gerais por mil habitantes, as taxas de natalidade e mortalidade (geral e infantil), matrículas escolares e taxa de evasão escolar, eletrificação rural e urbana, número de terminais telefônicos e valor adicionado (como indicativo do "produto ou renda bruta" do município). Segue-se uma definição destas variáveis, com base em SEADE (1995):

- população total: população residente, ajustada para 1 de julho de cada ano, considerando-se a taxa de crescimento observada entre 1980 e 1991;
- taxa de natalidade: nascidos vivos, residentes nos municípios, registrados durante o ano considerado, por mil habitantes;
- taxa de mortalidade geral: óbitos gerais, de residentes no município, ocorridos durante o ano considerado, por mil habitantes. Cano (1989) alerta para o fato que o coeficiente de mortalidade geral deve ser analisado considerando-se a distribuição etária da população

- e que este é um dos principais indicadores de variações das condições de saúde em uma mesma área ao longo do tempo;
- taxa de mortalidade infantil: óbitos de menores de um ano, residentes no município, ocorridos durante o ano considerado, por mil nascidos vivos no mesmo ano. Para Cano (1989), diferenças neste índice entre regiões indicam diferenciação do desenvolvimento econômico e social;
 - leitos gerais: referem-se a leitos gerais de planejamento que são autorizados pela fiscalização sanitária, podendo corresponder, ou não, ao número de leitos em funcionamento. Estão localizados em hospitais gerais, que se destinam a prestar assistência a pacientes em várias especialidades. O parâmetro ideal estabelecido pela OMS é de 4,5 leitos por mil habitantes;
 - matrículas escolares: número de matriculados até 30 de março do ano letivo considerado, inclusive das escolas unidocentes;
 - taxa de evasão imediata (em porcentagem): relação entre o número de alunos evadidos de um grau de ensino, durante o ano letivo, e a matrícula total desse grau, no mesmo ano, subtraídos os alunos transferidos. Inclui dados das escolas unidocentes para o caso do 1º grau;
 - consumidores e consumo residencial de energia elétrica: unidades residenciais urbanas, incluídas as instalações de uso comum de prédio ou conjunto em que predomine este tipo de unidade e seu respectivo consumo;
 - consumidores e consumo rural de energia elétrica: unidades que desenvolvem exploração econômica da agricultura e/ou da pecuária, incluídas as residências ali situadas; cooperativas de eletrificação rural; indústrias rurais, situadas fora do perímetro urbano e que desenvolvem atividades de transformação e/ou beneficiamento de produtos da agricultura e/ou pecuária, com capacidade em transformadores não superior a 75 KVA; coletividades rurais; serviços públicos de irrigação; escolas agropecuárias e seu respectivo consumo;
 - terminais telefônicos (por mil habitantes): consideram-se os terminais em serviço, ligados a centrais locais e gerando receita operacional. Incluem os residenciais, não-residenciais, troncos e terminais de uso público;

- valor adicionado: corresponde, para cada município, ao valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor da entrada de mercadorias, em cada ano civil.

Os dados sócio-econômicos são os de uma publicação eletrônica do SEADE, a qual contém dados levantados por várias outras instituições como FIBGE, Secretaria da Educação/Centro de Informações Educacionais - CIE, Centro de Informações da Saúde - CIS, Sistema Único de Saúde de São Paulo - SUS/SP, Companhia Energética de São Paulo - CESP, Telecomunicações Brasileiras S. A. - TELEBRÁS, Secretaria da Fazenda e o próprio SEADE (SEADE, 1995). Os dados referem-se ao período desde 1980 até 1993. Os referenciais utilizados no estudo foram a média do Estado de São Paulo, das Regiões Administrativa e de Governo de Marília, num intento de se ter um elemento comparativo cada vez mais aproximado do objeto deste estudo.

A análise das variáveis sócio-econômicas constituiu-se de comparações entre regiões e entre épocas diferentes. A análise entre diferentes locais serve para a verificação da dimensão relativa do desenvolvimento, isto é, se as melhoras ocorridas em Vera Cruz são melhores ou piores do que as dos referenciais utilizados. A análise em diferentes épocas permite verificar se a evolução dos indicadores é ou não positiva/favorável. Uma junção destas análises resulta numa terceira, que visa avaliar o comportamento ao longo do tempo entre Vera Cruz e os referenciais, para identificar se a primeira se desenvolveu em relação aos últimos. Isto é importante pois o fato de melhorar pode ser positivo em valores absolutos, mas não necessariamente implica em desenvolvimento. A melhora pode se dar a taxas menores que as dos referenciais, podendo mostrar inclusive tendência de piorar a situação em valores relativos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Evolução dos indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz

Neste item são tratados aspectos relativos à evolução dos indicadores sócio-econômicos. Apesar do fato de que dados de corte seccional destes indicadores podem ter significação quando comparados a padrões, acredita-se que a análise da evolução ao longo do tempo possa ser ainda mais interessante, pois permite avaliar as tendências de comportamento dos dados, indicando se houve ou não melhoras num determinado período. Essa análise da evolução permite, assim, avaliar os níveis de qualidade de vida e, de acordo com exposição prévia neste trabalho, permite avaliar o desenvolvimento de um determinado local. Como nos parágrafos a seguir são feitas alusões ao comportamento do crescimento populacional, este é mostrado na tabela 4. Apesar da tendência de crescimento do Oeste Paulista e da área central do estado, mostradas no capítulo 2, e que se confirmam na tabela 4 pelas colunas relativas à Região Administrativa de Marília e à Região de Governo de Marília, o município de Vera Cruz teve diminuição de sua população. Isto tem implicações na análise de certos indicadores, como será visto adiante.

Tabela 4 - População no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 número de habitantes

Ano	Estado de São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	24.953.238	679.342	236.176	11.433 ^P
1985	27.715.306 ^P	726.765 ^P	252.677 ^P	11.288 ^P
1988	29.517.213 ^P	756.468 ^P	263.099 ^P	11.173 ^P
1989	30.143.516 ^P	766.556 ^P	266.652 ^P	11.130 ^P
1990	30.783.108 ^P	776.717 ^P	270.241 ^P	11.084 ^P
1991	31.436.273 ^P	786.962 ^P	273.869 ^P	11.035 ^P
1992	32.103.295	797.279	277.528	10.984
1993	32.669.104	805.009	280.325	10.925

Fonte: SEADE (1995)

^P Dados preliminares do Censo Demográfico de 1991

5.1.1 Indicadores de saúde

Primeiramente, considere-se o coeficiente de leitos gerais por mil habitantes. Em Vera Cruz este indicador se manteve estável ao longo do período estudado (ver figura 4⁴² e tabela 5), indicando que a oferta diminuiu a taxas semelhantes às da população. Deve ser destacado que, apesar de estável, esteve acima do mínimo recomendado pela OMS em todos os anos. Numa comparação com os referenciais escolhidos, houve uma melhora em relação ao Estado de São Paulo, uma vez que neste o referido coeficiente diminuiu ao longo deste período (e esteve abaixo do mínimo recomendado em todos os anos). Houve também melhora em relação à Região de Governo de Marília e, em relação à Região Administrativa de Marília, o comportamento deste indicador foi pior para Vera Cruz.

Tabela 5 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) dos coeficientes de leitos gerais por mil habitantes, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	-10,57	-0,86	-966,75
RA Marília	5,77	0,43	337,50
RG Marília	-6,98	-0,56	-662,05
Vera Cruz	1,29	0,10	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

⁴² Os valores numéricos das variáveis das figuras deste capítulo são mostrados em tabelas nos anexos.

Há que se considerar que a informação puramente numérica apresenta deficiências. Essas deficiências, citadas por Cano (1989b), referem-se a aspectos de tipo e qualidade dos leitos, quantos estão efetivamente sendo ofertados e a acessibilidade que se tem aos mesmos. As entrevistas com grupos ligados à área de saúde permitiram verificar que há problemas sérios quanto ao atendimento hospitalar em relação ao número de médicos especialistas, acesso noturno e condições financeiras de manutenção das internações. Quanto à especialização, existe o problema de deslocamento para Marília nos casos que não podem ser atendidos em Vera Cruz. Esta é uma situação que, embora aparentemente minimize os problemas de Vera Cruz, provoca problemas em Marília, uma vez que este município responde por grande parte dos leitos gerais e especializados da região (61% e 30%⁴³, respectivamente, segundo Arradi (1989)). Porém, esta proximidade a Marília e a minimização dos problemas relativos a este indicador pode ser vista como uma vantagem comparativa para este último município.

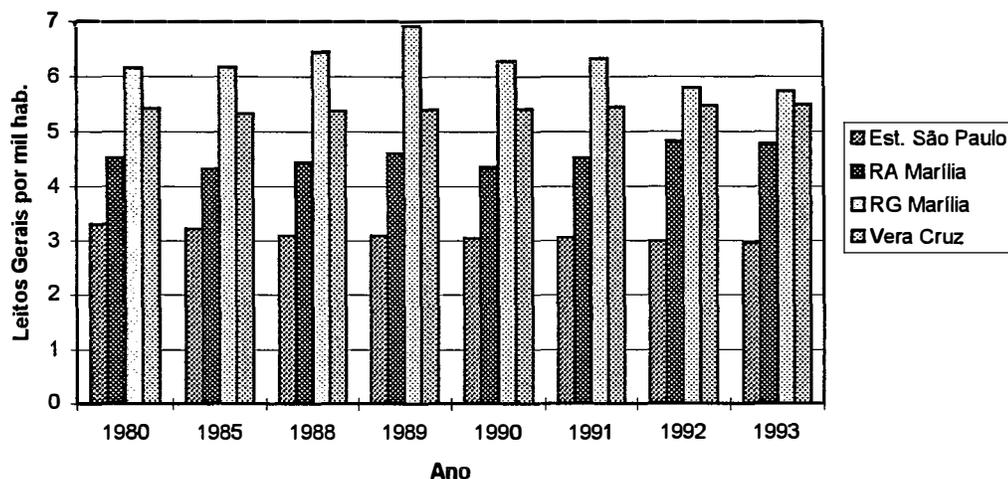


Figura 4 - Coeficientes de leitos gerais por mil habitantes no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993.
Fonte: SEADE (1995)

O comportamento da taxa de mortalidade geral no município de Vera Cruz foi variado ao longo do período estudado. Apesar da variação, que dificulta a

⁴³ Os outros 70% referem-se a leitos psiquiátricos localizados no município de Garça.

inferência sobre alguma possível tendência, a figura 5 mostra que os valores iniciais e finais são semelhantes (ver também a tabela 6). Esta informação deve ser vista com cuidado, em função da diminuição da mortalidade infantil (a ser tratada adiante). Tais informações, se tomadas de forma isolada, não permitem evidenciar resultados positivos ou negativos no município de Vera Cruz. Contudo, a redução da mortalidade infantil colaboraria para a redução no número de óbitos ocorridos na área, levando à conclusão de que, de forma geral, o comportamento do coeficiente de mortalidade geral não foi favorável no período considerado. Um fato interessante é que em 4 dos 7 subperíodos (tempo compreendido entre os anos para os quais se teve acesso aos dados) da análise, o indicador teve, para Vera Cruz, comportamento oposto ao dos referenciais os quais, por sua vez, tiveram comportamentos semelhantes em todos os subperíodos. Isto faz com que seja difícil fazer comparações com os referenciais pois estes, apesar de uma menor variação entre os subperíodos, não apresentaram uma tendência definida ao longo do período total. Deve ser notado, no entanto, que todos os referenciais apresentaram redução nas taxas de mortalidade geral, sendo que Vera Cruz teve a menor redução de todas (2% para Vera Cruz, 5%, 4% e 9% para o Estado de São Paulo, RA e RG de Marília, respectivamente). Na comparação com os referenciais, a figura 5 e a tabela 6 mostram que não houve grandes alterações no período estudado. Em relação ao Estado de São Paulo houve uma piora com posterior decréscimo, quando indicadores voltaram a se equiparar. Percebe-se um pior comportamento em relação aos valores da Região Administrativa de Marília e da Região de Governo de Marília. Isto se deu, contudo, mais em função da queda nas taxas dessas regiões.

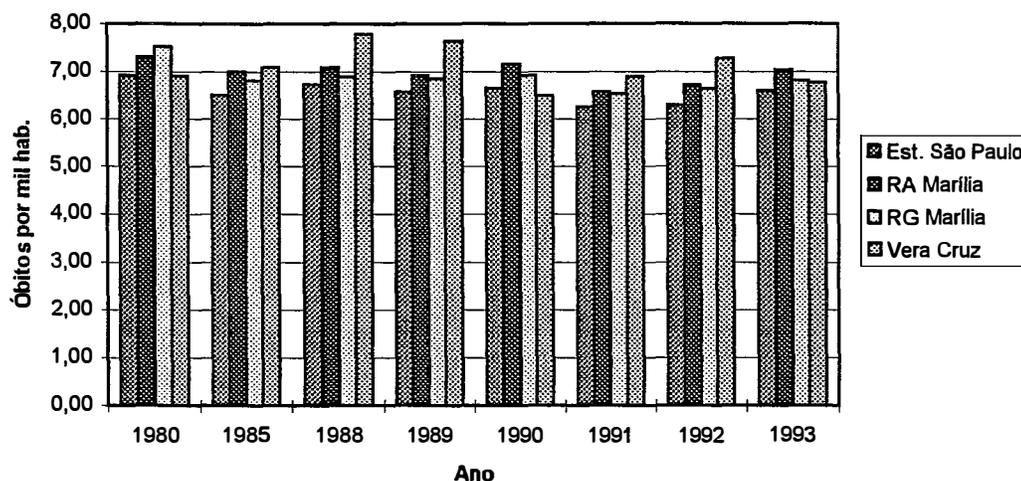


Figura 5 - Taxa de mortalidade geral no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (óbitos por mil habitantes).
Fonte: SEADE (1995)

Tabela 6 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) da taxa de mortalidade geral, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	-4,62	-0,36	131,07
RA Marília	-3,69	-0,29	83,75
RG Marília	-9,44	-0,76	383,06
Vera Cruz	-2,03	-0,16	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

A pequena variação nos coeficientes de mortalidade geral não é condizente com desenvolvimento. Isto porque o desenvolvimento envolve melhoras tanto relativas a referenciais quanto a períodos anteriores. Essa afirmação fica compreensível quando se observa a afirmação de Cano (1989a) de que a melhoria nestes coeficientes verificadas nos municípios que ele estudou deve-se a: a) aumento na população urbana com mais informação e recursos relativos à higiene e saúde; b) expansão das redes de água e esgoto e coleta de lixo; e, c) criação e ampliação de serviços assistenciais e de saúde. Em Vera Cruz, aumentou a urbanização, o número de

leitos ficou estagnado (e não foram encontrados dados relativos a economias residenciais de água e esgoto, isto é, relativas às unidades registradas como usuárias destes serviços). Seria claramente esperado uma redução na taxa de mortalidade geral no caso de aceitação das explicações dadas por Cano (1989a), além da redução na mortalidade infantil. Volta então a questão de que uma das explicações é a baixa eficácia dos serviços prestados à população, o que foi verificado por Adorno et al. (1996), cuja análise de morbidade mostrou indícios de precariedade no serviço materno-infantil e demanda por atendimento especial à população idosa. Vera Cruz apresentou, ainda, elevado número proporcional de morte devido a doenças crônicas degenerativas, refletindo o envelhecimento da população devido ao aumento da esperança de vida. Pode-se dizer que, em termos absolutos, a influência do indicador mortalidade geral sobre a qualidade de vida permaneceu constante, mas caiu em termos relativos.

A taxa de mortalidade infantil é um indicador que melhorou em Vera Cruz, mas em termos relativos o comportamento foi sofrível. Neste caso, o comportamento do indicador no município de Vera Cruz é pior do que em todas as referências aqui utilizadas. No período 1980-1993, o número de óbitos por cada mil indivíduos nascidos vivos diminuiu de 51,21 para 26,19 na média do Estado de São Paulo, de 53,83 para 25,34 na Região Administrativa de Marília, de 61,25 para 27,34 na Região de Governo de Marília e, finalmente, de 46,36 para 26,31 em Vera Cruz, como pode ser visualizado na figura 6 (ver também a tabela 7). Deve ser notado, no entanto, que os valores finais não são muito distintos, que as maiores variações entre os anos identificados são verificadas nos dados referentes a Vera Cruz, e também que os valores absolutos para este município apresentaram um decréscimo de 42% no período considerado. Este número é inferior aos decréscimos de 49%, 53% e 55%, respectivamente, verificados para o Estado de São Paulo e as Regiões Administrativa e de Governo de Marília.

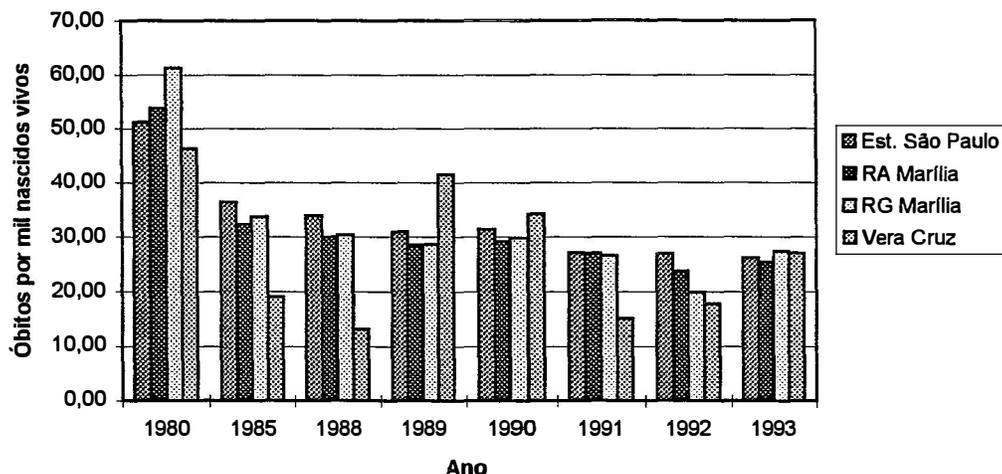


Figura 6 - Taxa de mortalidade infantil na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (óbitos de menores de um ano, por mil nascidos vivos).

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 7 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) da taxa de mortalidade infantil, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	-48,86	-5,03	22,68
RA Marília	-52,93	-5,63	37,41
RG Marília	-55,36	-6,02	46,81
Vera Cruz	-41,95	-4,10	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Quando se estuda a taxa de mortalidade infantil, em valores absolutos, Vera Cruz apresenta-se, em 1993, em estágio semelhante ao das regiões utilizadas para comparação. No entanto, a diminuição das taxas de mortalidade infantil em Vera Cruz se deu a taxas menores que nos outros casos, o que, aliado à grande variação nos dados, mostra que, em termos relativos, a evolução desse indicador é problemática. Isto se aplica à qualidade de vida pois, de acordo com Cano (1989b), a taxa de mortalidade infantil expressa a interação entre diversas variáveis como renda familiar, condições de habitação, escolaridade dos pais, saneamento do meio, acesso e qualidade de assistência

médica, etc. Percebe-se que algumas evidências vão se ajustando e as informações contidas nos indicadores se associam para mostrar que a evolução da qualidade de vida, e o desenvolvimento de Vera Cruz, têm sido problemáticos, não somente quanto aos aspectos relacionados especificamente à saúde, como os vistos até agora, mas já indicando alguns problemas de renda, educação e qualidade de serviços prestados à população. Isto pode ser verificado em Adorno et al. (1996), segundo os quais há perda de funcionários nos serviços de saúde devido a baixos salários, há falta de treinamento para agentes de saneamento e visitantes sanitários, há dificuldades de acesso pelos moradores da zona rural e dificuldades em conseguir consultas (com tempo longo de espera) e falta de relacionamento entre os grupos ligados à saúde.

As entrevistas com membros de grupos relacionados à área de saúde também mostraram problemas relacionados aos indicadores gerais de saúde. Um dos entrevistados avaliou os resultados de seu grupo como “75 em 100 em relação aos problemas que são muitos e têm aumentado e há necessidade de mais pessoas para ajudar”; outro entrevistado relatou que seu grupo realiza visitas, reuniões e “dão conselhos às mães” na tentativa de reduzir a mortalidade infantil; de acordo com um terceiro, o número de pessoas para trabalhar é apertado pois a demanda aumentou. Com isso, é possível destacar problemas de recursos e confirmar que a formação dos pais é problema que precisa ser atacado em Vera Cruz. Permite também inferir que há problemas estruturais pois a população e a mortalidade infantil estão diminuindo, a mortalidade geral e o número de leitos por mil habitantes estão estagnados, e é relatado aumento de demanda por serviços relacionados à área de saúde. Estes fatos apontam para uma contradição pois a consequência esperada dos primeiros seria uma redução na demanda pelos serviços de saúde.

5.1.2 Indicadores de educação

As matrículas na pré-escola aumentaram no período considerado. Entre 1980 e 1993, o número de matrículas iniciais na pré-escola passou de 154 a 395, o que se torna mais significativo quando associado à queda da natalidade no período, à diminuição e ao envelhecimento da população (mostrados por Adorno et al. (1996)),

indicando que o crescimento proporcional é maior que o absoluto. Em relação aos referenciais, o crescimento em Vera Cruz (156%) foi maior que o do Estado de São Paulo (122%), mas esteve abaixo da Região Administrativa de Marília (230%) e da Região de Governo de Marília (201%), como pode ser visto na figura 7 (ver também a tabela 8).

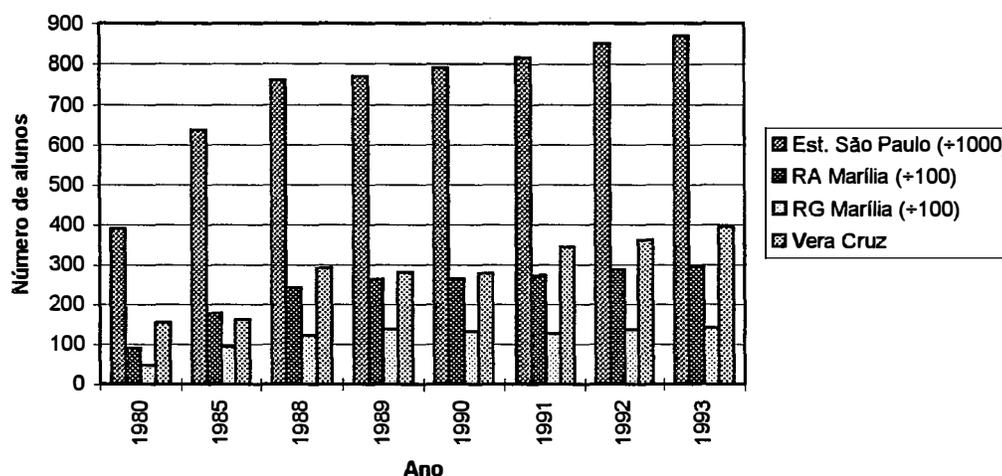


Figura 7 - Matrícula inicial na pré-escola, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (número de alunos).

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 8 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) da matrícula inicial na pré-escola, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	122,27	6,34	-15,68
RA Marília	230,12	9,62	28,04
RG Marília	201,13	8,85	17,77
Vera Cruz	156,49	7,51	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Também cresceram as matrículas no 1º e 2º graus. Nestes casos, além do crescimento ter sido menos expressivo, houve maiores variações ao longo do período. No caso do 1º grau, a situação é inferior à dos referenciais. Para o 2º grau, a situação é

semelhante à da Região Administrativa de Marília e Região de Governo de Marília e inferior à do Estado de São Paulo (ver figura 8 e tabela 9).

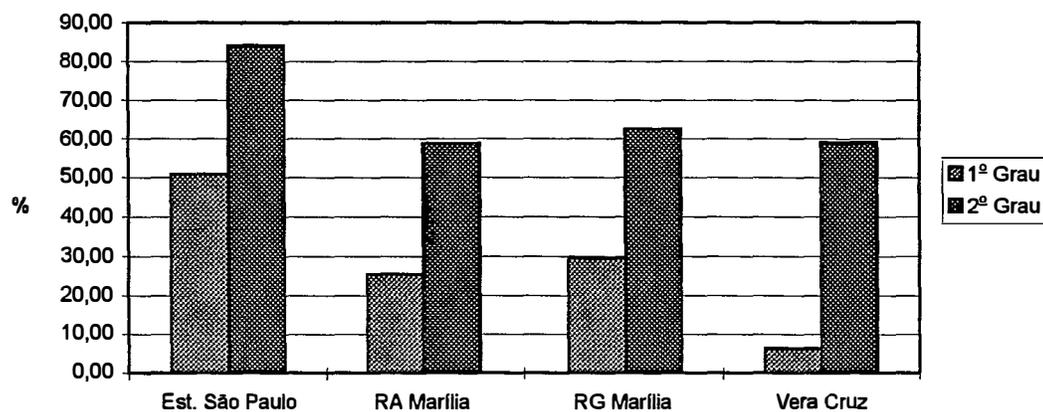


Figura 8 - Variações percentuais no número de matrículas iniciais no 1º e 2º graus, entre 1980 e 1993.

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995).

Tabela 9 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) da matrícula inicial no ensino público de 1º e 2º grau, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Matrícula Inicial no 1º Grau			
Est. São Paulo	50,8714842	3,21	580,74951
RA Marília	25,3372397	1,75	271,158695
RG Marília	29,4823998	2,01	325,165701
Vera Cruz	6,31475086	0,47	
Matrícula Inicial no 2º Grau			
Est. São Paulo	84,0554837	4,80	32,2559344
RA Marília	58,6787911	3,62	-0,4792925
RG Marília	62,4543738	3,80	4,68455742
Vera Cruz	59,025788	3,63	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

As taxas de evasão diminuíram apenas no 1º grau. O número de alunos evadidos do 1º grau caiu de forma expressiva no período estudado em Vera Cruz (em 1993 foi 38% menor que em 1980), dado este que, associado aos aumentos nas

matrículas, é considerado positivo. Além disso, o comportamento foi mais favorável em Vera Cruz do que em todos os outros referenciais. Já para o 2º grau, as taxas de evasão tiveram variações semelhantes para Vera Cruz, Estado de São Paulo, Região Administrativa de Marília e Região de Governo de Marília ao longo do período. Apesar destas variações, nota-se que os valores cresceram a partir de 1989. Como a taxa de evasão é relativa ao número de matriculados, há indícios de confirmação de que a mesma aumentou para o 2º grau no período considerado para Vera Cruz (ver figuras 9 e 10). A tabela 10 mostra que, no período como um todo, o comportamento deste indicador foi pior para Vera Cruz em relação às RA e RG de Marília e semelhante em relação ao Estado de São Paulo.

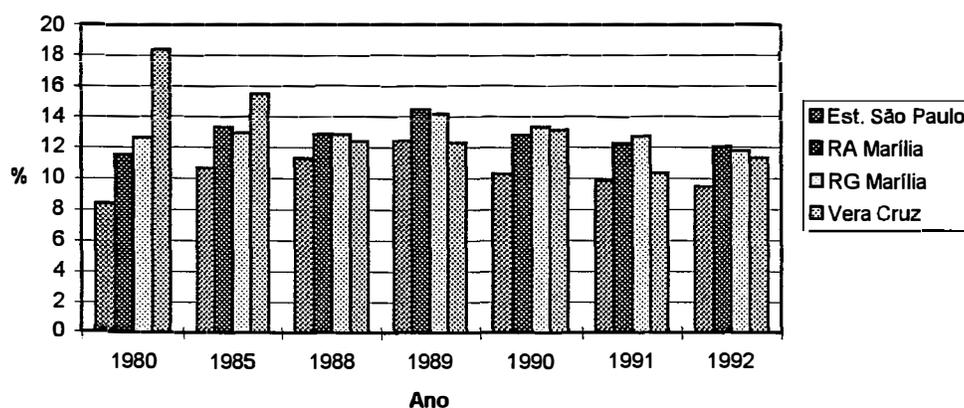


Figura 9 - Taxa de evasão do ensino público de 1º grau na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1992 (porcentagem do número de alunos evadidos em relação ao número de alunos matriculados).

Fonte: SEADE (1995)

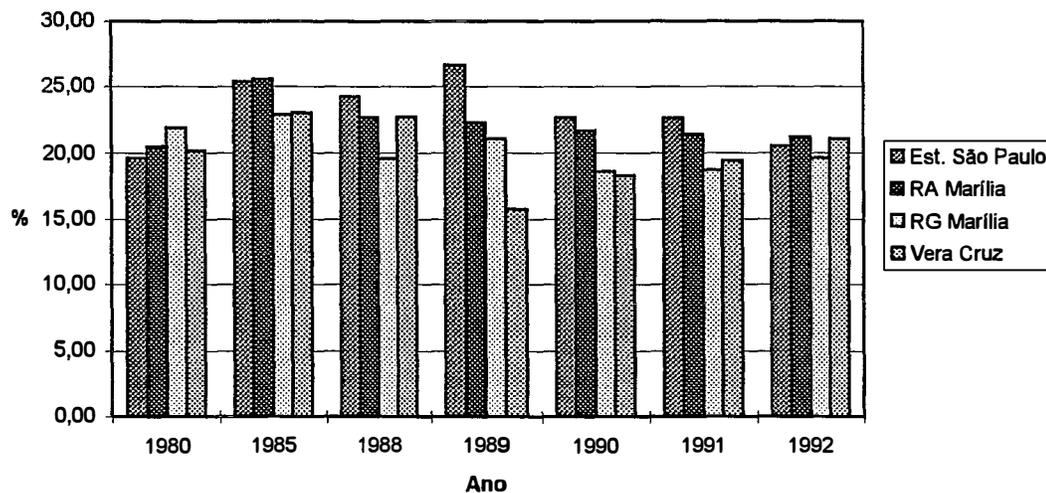


Figura 10 - Taxa de evasão do ensino público de 2º grau na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1992 (porcentagem do número de alunos evadidos em relação ao número de alunos matriculados).

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 10 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) da taxa de evasão do ensino público de 1º e 2º grau, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1992.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
taxa de evasão do ensino público de 1º grau			
Est. São Paulo	13,01	0,95	-126,06
RA Marília	4,51	0,34	-109,37
RG Marília	-6,88	-0,55	-84,93
Vera Cruz	-38,14	-3,63	
taxa de evasão do ensino público de 2º grau			
Est. São Paulo	4,84	0,36	3,76
RA Marília	3,56	0,27	-23,29
RG Marília	-10,41	-0,84	-339,80
Vera Cruz	4,66	0,35	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

As informações sobre educação revelam alguns problemas importantes. O primeiro deles é o pequeno crescimento relativo das matrículas do 1º e 2º graus, que aponta para uma tendência de redução proporcional de pessoas com esta graduação no município de Vera Cruz (desconsiderando obviamente a migração). Isto é

particularmente problemático quando associado à evasão, principalmente do 2º grau, pois, como visto, problemas na educação podem ter implicações no campo da saúde pública, além de renda, produtividade do trabalho, etc. Aliado a isto, existe o problema de qualidade do ensino, prejudicada pela falta de consistência entre níveis hierárquicos de objetivos nos estabelecimentos e pela falta de motivação dos funcionários do setor, demonstradas em entrevistas (o que pode ser visto no item 5.2.2).

5.1.3 Outros indicadores

Finalizando o item de indicadores sócio-econômicos, aqui utilizados como indicadores de qualidade de vida, são apresentados dados referentes a consumo de energia elétrica, terminais telefônicos e valor adicionado. O consumo de energia elétrica cresceu em Vera Cruz. Tanto nas residências urbanas quanto nas unidades rurais houve aumento no consumo, de 124% e 49%, respectivamente, entre 1980 e 1993. No entanto, ao verificar as relações consumo por tipo de consumidor⁴⁴, a evolução não é tão favorável. Neste caso, os valores de aumento de consumo passam a ser, na zona urbana (por residência), de 53% e na zona rural (por unidade), de 31%.

Na comparação do consumo de energia elétrica com os referenciais, as diferenças são favoráveis no caso urbano. Isto por dois motivos, quais sejam o consumo em si e a urbanização. Durante o período considerado, a diferença entre Vera Cruz e os Estado de São Paulo diminuiu de 40% para 17%. Além disso, Vera Cruz superou o consumo por residência urbana da Região de Governo de Marília e se equiparou ao da Região Administrativa de Marília. Considerando o aumento na taxa de urbanização, o efeito benéfico foi mais amplo pois este aumento se refere à maior proporção dos residentes, na sede do município (ver figura 11 e tabela 11).

⁴⁴Unidades residenciais urbanas e unidades rurais.

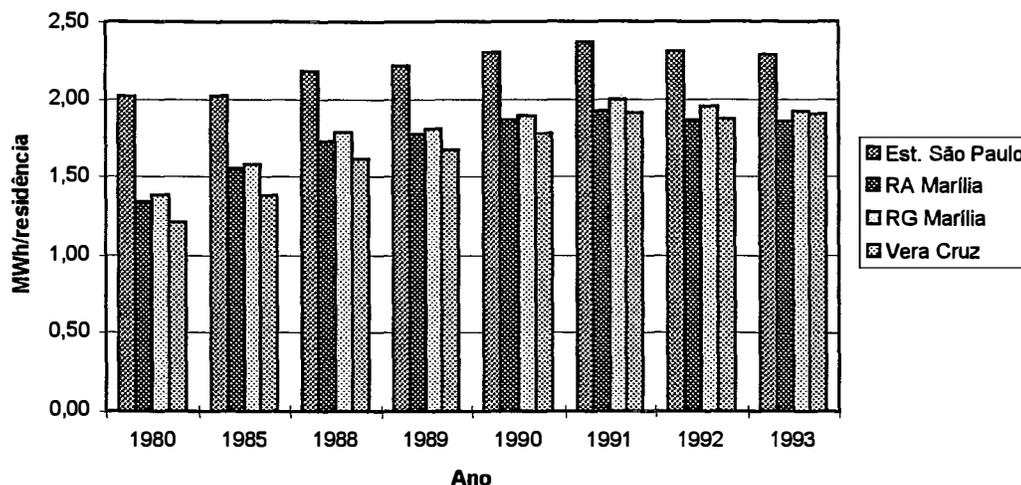


Figura 11 - Consumo de energia elétrica por residências urbanas (MWh/resid.) - 1980, 1985, 1988 a 1993.

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995).

Tabela 11 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) do consumo de energia elétrica por residências urbanas, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	13,17	0,96	-72,89
RA Marília	38,38	2,53	-28,24
RG Marília	39,09	2,57	-27,09
Vera Cruz	56,90	3,53	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Quanto ao consumo rural de energia elétrica, a situação é mais problemática. No período considerado, a diferença em relação à média de consumo por unidade rural do Estado de São Paulo caiu de 17% para 6%. No entanto, em relação à Região Administrativa de Marília, a diferença aumentou de 9% para 22%. Mesmo assim, este efeito é atenuado pelo aumento da urbanização já citado. O comportamento foi semelhante (embora com variações) em relação à Região de Governo de Marília (ver figura 12 e tabela 12). Não se pode esquecer, no entanto, dos valores absolutos, que

continuam a ser menores que os dois primeiros referenciais citados neste parágrafo, embora sejam valores semelhantes aos da Região de Governo de Marília.

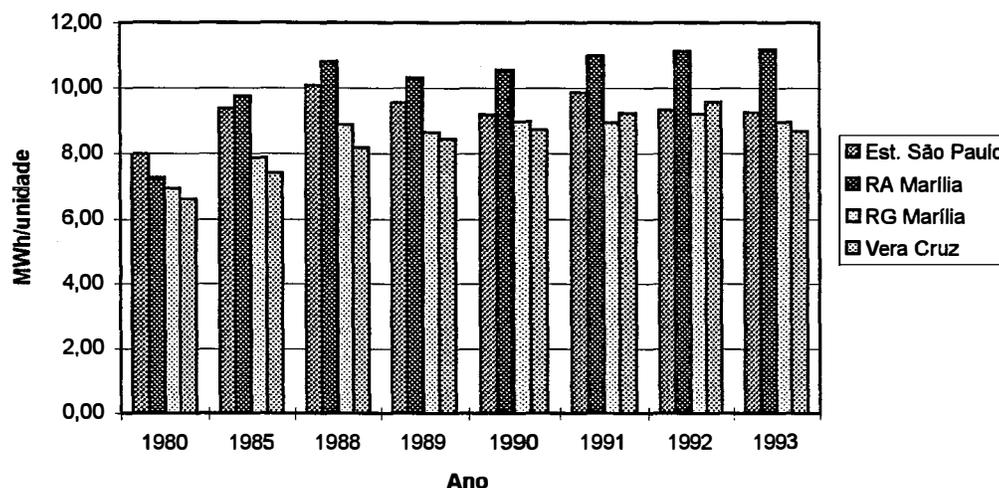


Figura 12 - Consumo de energia elétrica por unidade rural (em MWh/unidade) - 1980, 1985, 1988 a 1993.

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995).

Tabela 12 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) do consumo de energia elétrica por unidade rural, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	16,04	1,15	-45,56
RA Marília	53,97	3,38	59,71
RG Marília	29,23	1,99	-5,75
Vera Cruz	31,25	2,11	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

O número de terminais telefônicos por mil habitantes também teve comportamento problemático para Vera Cruz. Neste município, o número de terminais cresceu 79%. Este aumento é expressivo, mas perde importância quando comparado à evolução ocorrida nos referenciais utilizados no presente estudo. Em relação aos

referenciais e ao período analisado, Vera Cruz sempre teve proporção menor de terminais. No entanto, as diferenças aumentaram no período considerado em relação à Região de Governo de Marília, se mantiveram semelhantes em relação à RA de Marília e diminuíram em relação ao Estado de São Paulo. Essas informações são mostradas na figura 13 e na tabela 13.

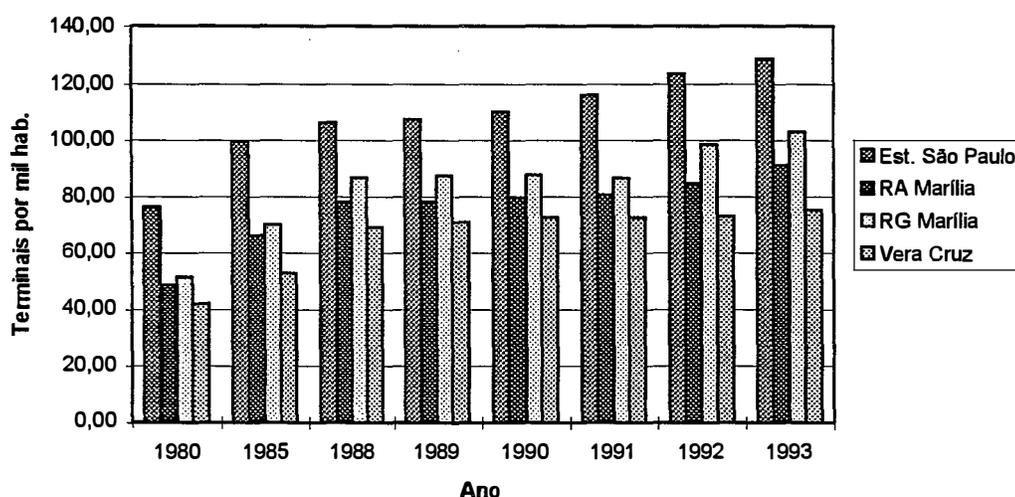


Figura 13 - Terminais telefônicos por mil habitantes na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993.

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 13 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) do número de terminais telefônicos por mil habitantes, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	68,44	4,09	-10,85
RA Marília	86,50	4,91	6,98
RG Marília	99,42	5,45	18,79
Vera Cruz	79,23	4,59	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

O valor adicionado per capita teve comportamento variado no período. Para Vera Cruz houve um aumento no período 1980-1985, seguido de queda até 1992, apresentando uma reação em 1993. Esta reação fez que houvesse uma diminuição da

diferença entre Vera Cruz e todos os outros referenciais utilizados em 1993, com relação a 1992. Analisando a evolução deste indicador (ver figura 14 e tabela 14), vê-se que, a partir de 1990, Vera Cruz teve menor valor adicionado per capita do que todos os referenciais, além de que as diferenças apresentaram tendência de aumento de 1985 até 1992. Assim, tem-se que a situação da renda não foi favorável a Vera Cruz na maior parte do período estudado, tanto interna quanto comparativamente. Apesar das limitações deste indicador, seu comportamento mostra uma associação positiva com as pioras de qualidade de vida reveladas pelos outros indicadores aqui listados. Em alguns casos específicos, como educação e saúde, também pode-se dizer que há uma correlação positiva entre seu mau desempenho e pioras na qualidade de vida, uma vez que problemas nos índices têm relação com os problemas do grupos a eles ligados, problemas estes relatados em entrevistas realizadas no município.

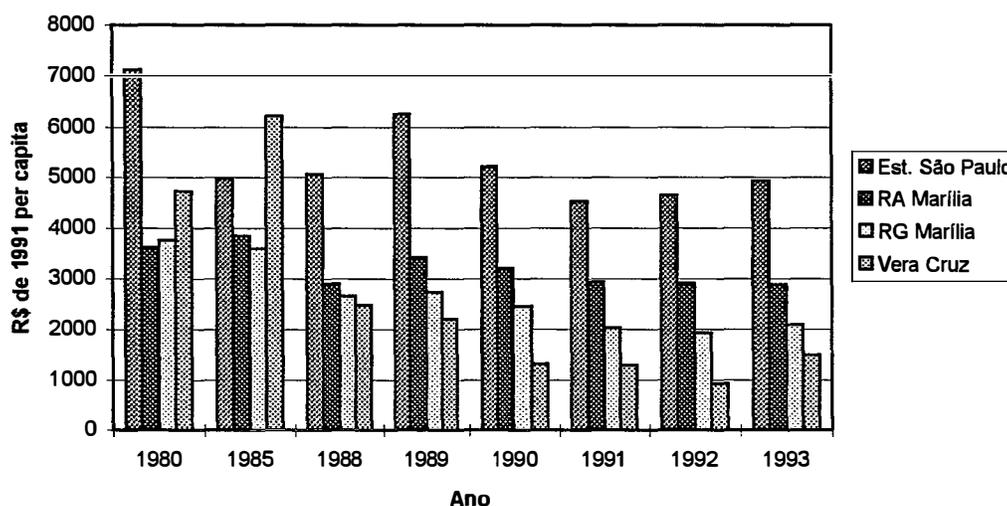


Figura 14 - Valor Adicionado per capita (R\$ de 1991 per capita) na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993.

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995).

Tabela 14 - Taxas de crescimento acumulada (% ac.), taxas médias anuais de crescimento (% a. a.) e diferença nas taxas médias anuais de crescimento em relação a Vera Cruz (dif. tx. a. a. (%)) do valor adicionado per capita, no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980 a 1993.

Local	% ac.	% a. a.	dif. tx. a. a. (%)
Est. São Paulo	-30,75	-2,79	-67,23
RA Marília	-20,45	-1,74	-79,49
RG Marília	-44,25	-4,39	-48,34
Vera Cruz	-68,52	-8,51	

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Em linhas gerais, Vera Cruz teve menor desenvolvimento do que os referenciais regionais. A tabela 15 apresenta um resumo dos comportamentos dos indicadores sócio-econômicos para Vera Cruz e os referenciais utilizados - Estado de São Paulo, RA e RG de Marília. As colunas dos referenciais possuem as comparações dos comportamentos dos indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz em relação a estes referenciais. As letras **m**, **p** e **s** indicam, respectivamente, comportamento melhor, pior e semelhante para Vera Cruz, de acordo com os critérios apresentados no item 4.3.1. Na coluna referente a Vera Cruz, **m**, **p** e **s** indicam o comportamento neste município, no período de análise, sem comparações com referenciais. Ao longo do período, verificou-se comportamento positivo, em Vera Cruz, para 8 dos 12 indicadores utilizados (ver a coluna de Vera Cruz). Esta informação indica que, internamente, houve melhora na qualidade de vida e, conseqüentemente, poderia ser dito que houve desenvolvimento. Contudo, desenvolvimento é um conceito que, preferencialmente, não se aplica somente a um objeto isolado. A mesma tabela 15 mostra a importância da comparação com referenciais, uma vez que desenvolvimento é um conceito relativo a padrões ou a referenciais. É neste ponto que se mostram os problemas de Vera Cruz. Houve um comportamento pior do que o do Estado de São Paulo em 5 indicadores e pior do que o das RA e RG de Marília em 8 e 7 indicadores, respectivamente. Comportamento melhor que o do Estado de São Paulo foi verificado para 6 indicadores, melhor que o das RA e RG de Marília para 2 e 3 indicadores sócio-econômicos, respectivamente. Isto indica que, no período analisado, Vera Cruz teve resultados sofríveis em relação aos demais

referenciais, confirmando, agora de uma forma mais generalizada, as inferências feitas a partir da análise dos indicadores individualmente.

O item 5.1 permite visualizar a necessidade de estímulo ao desenvolvimento em Vera Cruz. Além de mostrar que o comportamento dos indicadores podem ter relação com as características dos grupos que atuam sobre os mesmos, o item 5.1 serve para mostrar que Vera Cruz tem problemas de desenvolvimento que podem ser atacados. Isto tem duas conseqüências que são a confirmação da necessidade de iniciativas de estímulo ao desenvolvimento e outra, que é a confirmação da necessidade de conhecimento das características e de possível atuação, quando for o caso, junto a estes grupos para que eles possam ser agentes efetivos na melhoria da qualidade de vida local.

Tabela 15. Comportamento dos indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz em relação aos comportamentos dos indicadores dos referenciais utilizados (Estado de São Paulo, RA e RG de Marília) e em relação ao comportamento interno de Vera Cruz, no período de 1980 a 1993.

Indicadores	Estado de São Paulo	RA de Marília	RG de Marília	Vera Cruz*
Coefficientes de leitos gerais (por mil habitantes)	m	p	m	s
Taxa de mortalidade geral	p	p	p	p
Taxa de mortalidade infantil	p	p	p	m
Crescimento nas matrículas iniciais na pré-escola	m	p	p	m
Crescimento nas matrículas iniciais no 1º grau	p	p	p	m
Crescimento nas matrículas iniciais no 2º grau	p	s	s	m
Redução na evasão do ensino público de 1º grau	m	m	m	m
Redução na evasão do ensino público de 2º grau	s	p	p	p
Consumo de energia elétrica por residências urbanas	m	m	m	m
Consumo de energia elétrica por unidades rurais	m	p	s	m
Número de terminais telefônicos (por mil habitantes)	m	s	p	m
Valor Adicionado per capita	p	p	p	p

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Notas:

m, p e s representam, respectivamente, comportamento melhor, pior e semelhante do indicador de Vera Cruz, quando comparado ao do referencial.

* a coluna de Vera Cruz se refere ao comportamento do indicador ao longo do período neste município.

5.2 Grupos sociais organizados

A análise dos grupos sociais organizados foi dividida em duas etapas. Na primeira são analisadas características sociais, políticas e econômicas⁴⁵ dos 30 grupos amostrados, para que se tenha uma visão geral dos grupos do município de Vera Cruz. As entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril de 1996. As respostas, mesmo qualitativas, foram associadas à presença ou não de diversas características dos grupos (incluídas no roteiro de entrevistas) e, dessas características, foram medidas as frequências de ocorrência. Na segunda parte, os grupos foram separados em classes de atividades, de modo a permitir uma caracterização mais detalhada dos mesmos. A divisão em classes (grupos de grupos) tem o objetivo de facilitar tanto a análise quanto a compreensão por parte do leitor, devendo ser ressaltado que a divisão e nomenclatura das classes foi arbitrária, estando relacionada somente ao tipo de atividade realizada por cada grupo. É nesta etapa que foi utilizado o método da Estrutura Lógica para a análise da consistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos dos grupos. Estas análises, de frequência e consistência, permitem uma caracterização dos grupos sociais organizados de Vera Cruz. Assim, é possível avaliar sua adequação ou capacidade potencial de atuação na melhoria de qualidade de vida neste município.

Foram identificados 88 grupos no município de Vera Cruz, dos quais 30 tiveram membros entrevistados. No parágrafo seguinte são mostrados todos os grupos identificados, sendo que aqueles grupos que foram abordados estão destacados (em negrito)⁴⁶. Os grupos foram agrupados em oito classes, a saber: 1) Grupos que têm atividades relacionadas à agricultura: **Associação de Fruticultores de Vera Cruz (AFRUVEC)**, **Casa da Agricultura**, Cooperativa de Cafeicultores da Zona de Vera Cruz Paulista, Cooperativa de Transportadores (TRANSVEC), **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz**, **Sindicato Rural de Vera Cruz**; 2) grupos ligados à área de educação: Associação de Pais e Mestres, Cooperativa dos Alunos da ETA “Paulo Guerreiro Franco”, EEPG Castro Alves, **EEPSG Prof. “Dirce Belluzzo de**

⁴⁵ Estas variáveis foram definidas no capítulo 4.

⁴⁶ Nos casos destacados e que aparece indicado mais de um grupo com a mesma denominação, somente um foi abordado.

Campos”, **Escola Municipal de Educação Infantil, ETA “Paulo Guerreiro Franco**”, Grêmio Estudantil da EEPSG Prof. “Dirce Belluzzo de Campos”; 3) partidos políticos: PDT, PFL, **PMDB**, PRN, PRP, PSC, PSD, **PSDB**, PT, PTB; 4) grupos de atividade religiosa: **Apostolado da Oração**, Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Conselho Pastoral Paroquial, dois grupos “Coral de Adultos”, **Coral de Crianças**, Cursilho, Encontro de Casais com Cristo, **Grupo de Catequese**, **Grupo de Crisma**, **Grupo de Liturgia**, **Grupo de Ministros**, **Grupo de Oração da Renovação Carismática Católica**, Grupo de Setores, Grupo de Setores, Grupo de Teatro, dois **Grupos de Trabalhos Espirituais do Centro Espírita “Trilha da Verdade”**, Igreja Batista, Igreja Brasil Para Cristo, Igreja Deus É Amor, Igreja Só Jesus É O Senhor, três grupos da **Legião de Maria**, **Pastoral da Família**, Pastoral da Juventude, Pastoral do Batismo, Pastoral do Menor, Pastoral Vocacional, Shalom, Testemunhas de Jeová; 5) grupos ligados à área da saúde: **Centro de Saúde**, **Conselho Municipal da Saúde**, **Hospital Beneficente São Vicente de Paula**, **Rede Feminina de Combate ao Câncer**, Pastoral da Saúde; 6) grupos de prestação de serviços: Casa da Amizade, Conselho da Assistência Social, Conselho da Criança, Creche, **Grêmio Infante Juvenil**, Legião Mirim, **Lyons Clube**, **Rotary Club**; 7) grupos que prestam serviços assistenciais diretamente à comunidade: Abrigo Noturno “São Francisco de Assis”, Asilo, **Casa da Vovó “Maria de Nazaré”**, **Departamento de Assistência Social do Centro Espírita “Trilha da Verdade”**, Grupo de Apoio à Recuperação de Drogados, **Grupo de Jovens Vicentinos**, **Pastoral da Criança**, seis grupos da **Sociedade São Vicente de Paula**; e, 8) grupos com atividade recreativa: Clube da Terceira Idade, Clube de Rodeio, Vera Cruz Tênis Clube.

5.2.1 Caracterização geral dos grupos sociais organizados de Vera Cruz

O surgimento de grupos sociais organizados em Vera Cruz retomou o crescimento a partir de 1981. Neste município, foram entrevistados dois membros de cada um dos 30 grupos abordados, de um total de 88 grupos identificados durante a pesquisa. Para os casos envolvidos nesta pesquisa, observou-se que após um período de

diminuição no número de grupos surgidos por ano, este número voltou a aumentar a taxas crescentes após 1981. Isto pode ser visto na tabela 16 .

Quanto à estrutura dos grupos sociais, os resultados indicam que a maioria dos grupos tem um organograma e/ou divisão de cargos. A existência de estrutura foi relatada por 98% dos entrevistados⁴⁷, sendo que 97% destes conseguiram indicar uma a estrutura do respectivo grupo (indicação de estrutura semelhante pelos dois entrevistados dos grupos ocorreu em 93% dos grupos), o que pode ser um indicativo da percepção do membro enquanto parte de um grupo. No entanto, das respostas positivas em relação à existência de uma estrutura definida nos grupos, 61% são de indivíduos pertencentes a grupos que são parte de instituições/organizações organizadas em instâncias superiores ao município⁴⁸, o que pode então ter influenciado este padrão de resposta.

A entrevista permitiu identificar algumas características relativas à centralização das atividades nos grupos. Em 47% dos grupos a divisão das tarefas é feita pelo coordenador, ou seja, é ele quem designa quem irá executar determinada atividade. Em 20% dos casos esta divisão é feita conjuntamente com o grupo (mas não envolvendo todos os membros) e em 23% dos casos a divisão das tarefas é feita por todo o grupo. Deve ser ressaltado que, em parte, este tipo de frequência pode estar associado ao fato de que os grupos podem estar ligados a organizações maiores, que determinam a existência de cargos e limita a participação dos membros na divisão das tarefas. De qualquer forma, a alta frequência de divisão feita somente pelo coordenador/diretor do grupo é um indicador de centralização no grupo.

⁴⁷ Entrevistados ou respondentes. Destaca-se este termo ao longo do capítulo pois as porcentagens apresentadas se referem ao total de respostas obtidas, uma vez que em algumas entrevistas não foram obtidas respostas para certas questões.

⁴⁸ São grupos que pertencem a organizações maiores, que existem tanto regional como estadual e nacionalmente.

Tabela 16 - Frequência de grupos sociais organizados, agrupados por faixa de tempo de existência.

tempo de existência (anos)	Grupos	Acumulado
> 35	6	6
> 30 a 35	4	10
> 25 a 30	2	12
> 20 a 25	2	14
> 15 a 20	1	15
> 10 a 15	2	17
> 5 a 10	5	22
até 5	8	30

Fonte: dados da pesquisa

Outra característica interessante se refere ao conhecimento que os membros têm dos objetivos do grupo. Neste caso, 88% dos respondentes disseram que os membros do grupo em geral conhecem os objetivos. No entanto, em 14 grupos, ou seja, 47% dos grupos abordados, os objetivos mencionados pelos dois membros foram diferentes. Este é um típico caso onde a opção de entrevistar dois membros do grupo se mostrou importante. As respostas divergentes indicam que, em grande parte dos grupos entrevistados, não existe suficiente conhecimento pelos membros a respeito dos objetivos do grupo. Isto pode se constituir num problema, pois membros que compreendem objetivos diferentes podem atuar de forma divergente, não colaborando para aquele que seria o verdadeiro objetivo do grupo como um todo.

Quanto ao planejamento das atividades, 70% dos respondentes disseram que existe esta atividade em seus grupos. No entanto, 49% dos respondentes disseram que há participação dos membros nesta atividade e, além disso, somente 21% citaram que todos participam. Apenas 4% dos respondentes disseram que os usuários/beneficiários participam do planejamento das atividades de seus grupos. Outra informação importante é que, nos casos em que há participação, mas não de todos os membros, é comum a atividade ser realizada apenas por uma parte restrita dos membros (o coordenador e mais uma “diretoria”), o que indica também a existência de

características centralizadoras. Exemplos disso são as citações: “do planejamento participam “X”, “Y”⁴⁹ e alguns jovens” de um dos maiores grupos com que se teve contato; “tem um grupo de pessoas mais ativas que planeja e o resto bate palma”; “o planejamento é feito pela diretoria”, citado por membros de dois grupos; em outro grupo o planejamento se dá “através da reunião da diretoria, que toma as decisões e comunica aos demais membros”.

Em relação à existência de avaliação, 45% dos respondentes disseram não existir este tipo de atividade nos seus grupos, ao passo que 52% disseram que a mesma existe. Deve ser ressaltado, entretanto, que na maioria dos casos observou-se que a mesma não é feita segundo critérios pré-definidos, ou seja, avaliam-se os acontecimentos, sem a comparação com parâmetros definidos num momento anterior ao exercício: “avaliação sistemática não existe. Existe é um tipo de relatório de atividades”; “existe avaliação na forma de comentários, conversas”; “faz reunião de avaliação, sem periodicidade definida e em função das ocorrências”. Por outro lado, é necessário lembrar que avaliações sem critérios preestabelecidos (estes critérios normalmente se referem às metas) são um reflexo da ausência de planejamento, no mínimo de planejamento bem feito, nos grupos estudados. Esta informação serve como um alerta para o leitor em relação ao grande número de respostas positivas quanto à existência de planejamento nos grupos citada acima.

Partindo para o campo das estratégias de atuação, foram levantados dados quanto ao relacionamento com os usuários em aspectos como a demanda e qualidade dos serviços prestados pelos grupos. Somente 17% dos respondentes disseram que em seus grupos existe preocupação com a identificação das demandas por suas atividades e com a qualidade das mesmas. Interessante é o fato de que as respostas apontam para uma maior preocupação com a qualidade do que com a demanda por seus serviços. Isto pode ser quantificado pelas respostas a estas perguntas. No caso da preocupação com a qualidade dos serviços, 54% dos respondentes disseram que não existe, contra 46% que responderam positivamente. Já a situação da demanda é mais complicada, uma vez que 73% dos respondentes referiram não existir preocupação com

⁴⁹ X e Y substituem nomes de pessoas ligadas aos grupos em questão.

a demanda, contra 27% que responderam positivamente. Outro fato evidenciado nas entrevistas e que aponta para um baixo nível de relacionamento com os usuários é o de que, além da baixa participação destes no planejamento (já citada anteriormente), nos casos em que ocorre são em grupos que não expressaram preocupação com a demanda pelos seus serviços (o coeficiente de correlação de Pearson entre a participação no planejamento e a preocupação com a demanda é de -0,193, embora não significativo ao nível de 5% de significância).

Estas características centralizadoras não se refletem, porém, no processo de tomada de decisão dentro dos grupos. Em relação a este processo, em 68% das respostas foi citado que existe participação e discussão e 43% dos respondentes mencionaram a existência de votação. Um dado a destacar é que 12 dos respondentes disseram que em seus grupos não existe participação e discussão nem votação, quando se trata das decisões. Outro aspecto é que as frequências acima não permitem concluir se o baixo número de indicações de votação se deve a processos que envolvem consenso ou consentimento espontâneo ou se há algum tipo de “imposição” por algum líder influente no grupo. De qualquer forma, a informação de participação e discussão indica ao menos que os membros têm espaço para a expressão de suas opiniões dentro dos grupos.

Quanto à participação nos grupos, foi apresentado no capítulo anterior que ela pode se dar por vários motivos. Isto está refletido nesta pesquisa através dos seguintes números: 95% dos respondentes citaram que as relações pessoais nos grupos podem ser consideradas boas e 86% acreditam que o trabalho em grupo lhes propicia algum tipo de desenvolvimento pessoal, seja no desenvolvimento de habilidades para executar determinadas tarefas, seja na melhoria no relacionamento pessoal/grupal. Algumas respostas expressam isso: “para mim, eu cresci muito como pessoa humana, como cristã, em termos políticos, sociais e morais. Na TV parecem distantes (as realizações de outras pessoas), mas quando vê na prática percebe que pode fazer algo”; “passando a participar, passa a ter experiências novas, melhora a desenvoltura”; “pessoas fechadas estão mais abertas, com maior liberdade de expressão”; “a gente que trabalha nesta área (a mesma de atuação do grupo) passa a aprender e conhecer a realidade do

município. A participação num encontro em Marília propiciou mais conhecimentos na área, o que não ocorreria se não existisse o grupo”.

As informações sobre participação nos grupos contrastam com outras. Por exemplo, daqueles respondentes que disseram que seus grupos são abertos à entrada de novos membros (78% dos respondentes), apenas 29% disseram que seus grupos estão crescendo em número de integrantes. Ainda com relação à estabilidade dos grupos, as entrevistas mostraram que, do total de respondentes, 37% referiram que seus grupos estão crescendo e 27% disseram que seus grupos estão estáveis em número de membros.

As informações a respeito das motivações para participar dos grupos - desenvolvimento pessoal - podem ser vistas como problemáticas para o desenvolvimento da comunidade. Se os retornos forem apenas individuais, a função benéfica de existência de grupos sociais organizados continua a existir, mas sua relação com a qualidade de vida ficaria bem mais limitada. Isto corresponde ao que Molina (1986) chama de satisfação de necessidades básicas do indivíduo, sem implicar na existência de interesses e/ou ações dirigidas para a coletividade. Houve indícios, embora fracos, de correlação entre a motivação dos integrantes e a opinião sobre o fato de o grupo propiciar algum tipo de desenvolvimento pessoal para os integrantes (o coeficiente de correlação de Pearson calculado foi de 0,174, embora não significativo ao nível de 5% de significância), um aspecto que está de acordo com as proposições de Trecker & Trecker (1968). Apesar disso, respostas divergentes quanto a estes dois itens ocorreram em 25% das respostas.

A existência de subgrupos foi constatada em 30% das respostas. Essa informação não se constitui em característica problemática em relação aos grupos pois somente dois respondentes se referiram ao fato dos subgrupos existentes em seus grupos serem problemáticos. A maioria das respostas classificou os subgrupos existentes como sendo normais, os mesmos tendo origem na maior ou menor afinidade entre alguns membros e, portanto, não afetando as atividades do grupo.

As questões referentes aos relacionamentos entre os grupos também propiciam alguns dados importantes. Quanto às realizações de atividades em conjunto com outros grupos, 42% dos respondentes disseram que elas não existem nem com

grupos do mesmo município, nem com grupos de fora do mesmo. No entanto, 52% referiram que elas ocorrem com grupos do mesmo município, proporção que cai quando se trata de atividades com outros grupos de fora do município, para 22%. Em um nível menos específico, ou seja no caso dos intercâmbios, 61% dos respondentes disseram que existe algum tipo de relação com grupos de fora do município, mas somente 19% disseram haver troca de informações/experiências com grupos do mesmo local. Há inclusive indícios de que a não existência de relacionamentos com outros grupos no mesmo município não se deve a aspectos como rivalidade ou algo neste sentido, uma vez que 88% dos respondentes referiram que existe participação de membros de seus grupos em outros do local (o que ocorre muito pouco em relação a grupos de fora do município, onde apenas 5% das respostas indicam este tipo de participação). Como poderá ser visto adiante, esse padrão de respostas, associado a algumas características favoráveis nos grupos, mostra-se desejável.

Também foi possível montar um esquema de visualização do grupo como um todo. Com base nos resultados das entrevistas e em algumas características levantadas nas mesmas as quais, segundo Trecker & Trecker (1968), representam aspectos favoráveis quanto aos grupos, foi feita uma comparação entre os trinta grupos que tiveram seus membros entrevistados. As características selecionadas foram: 1) existência de atmosfera positiva (onde as divergências não sejam obstáculos ao trabalho do grupo); 2) objetivos compreendidos pelos membros dos grupos; 3) participação dos membros no planejamento; 4) participação e discussão na tomada de decisão; 5) ambiente livre; e, 6) utilização de energias através de métodos organizados (planejamento). O critério adotado foi o de considerar o item positivo para o grupo somente quando os dois respondentes forneceram a mesma resposta. A tabela 17 mostra as frequências de ocorrência das características acima nos grupos estudados.

Tabela 17 - Número de características favoráveis e suas frequências encontradas por grupo.

Número de Características	Frequência (nº de grupos)	Percentual (em relação ao total de grupos)	Percentual acumulado
1	0	0	0
2	4	13,30	13,30
3	13	43,30	56,60
4	5	16,70	73,30
5	2	6,70	80,00
6	6	20,00	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Como ressaltado por Maximiliano (1986), apesar do efeito sinérgico, existem vários motivos para explicar o insucesso na atuação de grupos. Os resultados das entrevistas mostram que nos grupos sociais organizados de Vera Cruz existem várias características que comprometem resultados expressivos nas atuações destes grupos. Existe número relativamente alto de casos de centralização de atividades, de não conhecimento dos objetivos do grupo, de pouca participação no planejamento de atividades, de pouca preocupação com a demanda pelos serviços prestados pelo grupo. Essas observações são confirmadas analisando-se a tabela 17. Dentre seis características favoráveis escolhidas, 57% dos grupos apresentam menos de quatro e quase três quartos dos grupos apresentam somente até quatro delas.

Cabe mostrar também algumas frequências relativas ao somatório das características favoráveis por grupo cruzadas com algumas outras características. Estas informações estão bastante associadas àquelas referentes aos relacionamentos verticais e horizontais dos grupos (relacionamentos com grupos de fora do município e do próprio município, respectivamente). Como primeiro aspecto tem-se o cruzamento das informações de número de características favoráveis e da realização de atividades em conjuntos com outros grupos, tanto de Vera Cruz como de outros municípios. Neste caso, as entrevistas mostraram que, nos grupos com 2 a 4 características favoráveis, houve maior frequência de ocorrência de grupos que não realizavam atividades em

conjunto com outros grupos. Já nos grupos com 5 e 6 características favoráveis, as frequências de grupos que realizavam atividades em conjunto se igualam à de grupos que não realizavam, embora com frequências baixas. As informações de que o número de frequências de grupos cresce com o crescimento do número de características favoráveis por grupo permitem uma indicação de que estes aspectos se correlacionam positivamente.

A importância dos relacionamentos verticais e horizontais se expressa de maneira melhor quando se avalia a frequência de características favoráveis cruzadas com as informações em relação aos intercâmbios realizados pelos grupos. Para 2 a 4 características favoráveis por grupo, as frequências foram maiores nos casos de não existência de intercâmbios. As frequências se igualam para um número de 5 características favoráveis e, no caso de número de características favoráveis igual a 6, há mais casos de grupos que realizam algum tipo de intercâmbio, seja com outros grupos de Vera Cruz ou de outros municípios. Estas variáveis mostraram uma tendência de correlação maior do que no caso anterior, embora relativamente baixa. Com relação ao cruzamento entre as informações relativas ao número de características favoráveis por grupo e a ocorrência de participação de membros destes grupos em outros, a tendência de relação permanece a mesma. Em todos os níveis de número de características favoráveis, as maiores frequências ocorrem nos grupos nos quais existem membros que participam de outros grupos. As correlações calculadas entre as variáveis mostradas neste parágrafo e no anterior são mostradas na tabela 18.

Tabela 18 - Correlações calculadas entre o número de características favoráveis encontradas nos grupos e as variáveis relativas aos relacionamentos intergrupais.

Correlação entre	coeficiente de correlação de Pearson
número de características favoráveis encontradas nos grupos e número de grupos que realizam atividades em conjunto com outros grupos	0,164*
número de características favoráveis encontradas nos grupos e número de grupos que realizam intercâmbio com outros grupos	0,314*
número de características favoráveis encontradas nos grupos e número de grupos que tem membros que participam de outros grupos	0,234*

Fonte: dados da pesquisa.

* não significativo ao nível de 5% de significância.

De forma resumida, tem-se que a maior parte dos problemas encontrados até aqui nos grupos sociais organizados de Vera Cruz são referentes aos aspectos políticos avaliados nos mesmos. A centralização da divisão das tarefas foi citada em quase metade das respostas; objetivos diferentes citados pelos membros citados em quase metade dos grupos; mesma proporção (metade) dos respondentes citaram que há participação no planejamento das atividades de seus grupos; a avaliação só existe na metade dos grupos e sem critérios pré-definidos, reflexos de mal planejamento. Somente um terço dos respondentes indicaram preocupação com a demanda e metade que se preocupam com a qualidade dos serviços prestados pelos seus grupos. O caso das decisões é menos problemático, pois em dois terços das respostas foi citado que existe participação e discussão neste processo. Finalmente, tem-se que poucos grupos abertos estão crescendo, isto é, pode haver problemas em possíveis expansões de atividades e na continuidade dos trabalhos.

As características sociais estudadas nos grupos apresentaram menor número relativo de problemas. As motivações para participação nos grupos

principalmente por desenvolvimento pessoal pode ser problemática para o desenvolvimento da comunidade. Não foram relatados problemas com subgrupos. As atividades em conjunto são maiores com grupos do municípios e os intercâmbios são maiores com grupos de fora do município. Também há grande participação em mais de um grupo no município. Os relacionamentos verticais e horizontais apresentaram indícios de correlação positiva com a presença de características favoráveis nos grupos.

5.2.2 Caracterização dos grupos sociais organizados de Vera Cruz segundo classes de agregação

Como foi citado no capítulo anterior, um aspecto importante a ser analisado em relação aos grupos é a consistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos destes mesmos grupos. Assim, foram incluídas no roteiro de entrevista questões que pudessem auxiliar na identificação deste tipo de característica. A descrição que se segue não deve ser vista como negativista. Ocorre que o Método da Estrutura Lógica aponta claramente para o fato de que o encadeamento ou passagem para níveis hierárquicos superiores dos objetivos do grupo dependem da própria existência de níveis hierárquicos inferiores (condições necessárias) e de certos pressupostos. Com isso, a indicação de falhas tanto na existência dos níveis hierárquicos quanto na de pressupostos restritivos pode ser tida como indicador de que as chances de sucesso efetivo do grupo são reduzidas. Deve, contudo, ser ressaltado que o método da Estrutura Lógica indica como sendo importante a identificação do fim ou missão do grupo, o que, para ser feito, exigiria um tempo muito maior do que o pretendido para a pesquisa de campo do presente estudo. Assim, nos casos em que a missão não está definida (a maioria absoluta), não foi despendido esforço para explicitá-la pois dificilmente se chegaria à mesma num tempo “hábil”.

Outra informação importante é que a divisão em classes é arbitrária e de certa forma didática. Seu objetivo é facilitar a visualização mais precisa dos grupos, para que o trabalho não se restrinja somente à apresentação de resultados agregados. Outra observação é que as classes são conjuntos que podem ter regiões de interseção, ou seja, haveria possibilidade de um grupo se adequar a mais de uma classe proposta. No

entanto, para não haver duplicação de exposição de análise, cada grupo foi atribuído a somente uma classe.

Como informação preliminar, tem-se que os resultados da pesquisa apontam os seguintes dados em relação a todos os 30 grupos abordados: 67% dos grupos apresentam algum problema de pressuposto e/ou de inconsistência entre recursos, ações e objetivos, contra 33% que apresentam consistência entre estes três aspectos. Em relação aos problemas, tem-se que 53% dos grupos apresentam problemas de inconsistência entre ações e recursos e 13% apresentam problemas entre ações e objetivos. Estas informações mostram que as maiores restrições se referem a problemas de recursos, que então limitam as ações e restringem o potencial dos grupos de alcançar seus objetivos. Isto se deve ao fato de que, como os níveis inferiores são condições necessárias, inconsistência entre recursos e ações já representa problemas para o grupo.

A primeira classe de grupos é a que chamou-se de grupos de prestação de serviços. Nesta classe estão Lyons Clube, Rotary Club e Grêmio Infante Juvenil. Os dois primeiros grupos são exemplos daqueles que pertencem a organizações que transcendem os limites do município, nestes casos até mundialmente, o que ajuda a explicar a boa estruturação dos grupos em termos de conhecimento de objetivos e divisão das tarefas. Eles têm duas funções básicas, que são atividades internas, cujos beneficiários são os próprios membros, e atividades externas, cujos beneficiários são a comunidade geral e algumas instituições específicas do município de Vera Cruz.

O primeiro deles, o Lyons Clube, é um grupo que apresenta inconsistência entre um dos dois objetivos (a atuação externa) e os recursos humanos disponíveis para atingi-lo. Este problema se apresenta não na forma de falta de conhecimento técnico específico dos membros, mas sim na falta de motivação. De acordo com os entrevistados, não existe mais nos membros o entusiasmo de tempos passados, fazendo com que os mesmos dediquem pouco tempo às atividades do grupo. Isto se constitui numa restrição que pode ser considerada séria, pois as atividades externas do grupo, de campanhas de informação sobre aspectos de saúde e arrecadação de fundos para ser doado a entidades necessitadas do município, como hospital e creche, demandam participação efetiva dos membros. Exemplo disso é o fato citado de que já houve casos

de não realização de atividades por falta de recursos e que atualmente as atividades estão mais limitadas. O grupo é bem organizado internamente e apresenta boa organização e estrutura física para as atividades internas.

O segundo grupo, o Rotary Club, é um dos que apresentou várias características favoráveis, bem estruturado e com divisão de tarefas. Os propósitos são plausíveis e com função definida na comunidade. Mostrou ter recursos físicos e financeiros disponíveis e adequados. Contudo, tem problemas sérios e semelhantes aos do grupo anterior e que têm relação com as tarefas do grupo. É o desânimo dos integrantes, que “poderiam fazer mais”, sendo que atuar “pouco” na comunidade, neste caso, fere diretamente os princípios do grupo, como no caso anterior.

O terceiro grupo presta serviços de atividades esportivas com objetivo de “tirar crianças das ruas” dando-lhes uma ocupação. É somente destinado a crianças do sexo masculino, o que foi apontado como uma limitação séria por um dos entrevistados. Neste grupo foram identificados dois problemas básicos, que são a falta de recursos materiais para as atividades e também a falta de conjunto das atividades. Esta falta de recursos citada pelos entrevistados constitui-se numa séria restrição para o alcance dos objetivos do grupo. Outro problema é que os membros decidem individualmente o que vão fazer e avaliam individualmente os trabalhos, o que “descaracteriza” o trabalho em grupo e diminui a possível existência de vantagens de sinergismo que o mesmo poderia trazer. Apesar destes problemas, os resultados são considerados favoráveis pelos entrevistados.

A próxima classe de grupos é a daqueles que prestam serviços assistenciais diretamente à comunidade. Nesta classe está o grupo de pessoas responsável pela idealização e construção de um asilo para senhoras: a Casa da Vovó “Maria de Nazaré”, o Grupo de Jovens Vicentinos, a Sociedade São Vicente de Paula, o Departamento de Assistência Social do Centro Espírita “Trilha da Verdade” e a Pastoral da Criança.

O primeiro destes grupos, o da Casa da Vovó, é um caso onde há uma relação muito alta entre recursos, atividades e objetivos, na primeira fase de atividades (a construção do prédio onde se realizarão as atividades). Isso é mostrado pelo fato de que

os objetivos de curto prazo estão muito próximos de serem alcançados, para o que necessariamente os recursos e atividades foram e estão sendo não somente necessários, mas também suficientes (dentro da esfera de controle do grupo). Um problema deste grupo é que na fase de construção do prédio houve grande concentração de atividades em poucos indivíduos. Isto evidencia falta de percepção de alguns elementos enquanto membros do grupo, como por exemplo o fato de um dos entrevistados citar: “acho que sou presidente do conselho deliberativo ...”. Este problema pode ser sério quando for o momento de iniciar a atuação propriamente dita, pois pode haver escassez de pessoas para o trabalho, um pressuposto restritivo.

Os próximos dois grupos desta classe, o dos Jovens Vicentinos e a Sociedade São Vicente de Paula, apesar de serem parte de uma mesma sociedade, foram abordados separadamente. Isto ocorreu devido ao fato de que o grupo de jovens é mais recente, além de ser um exemplo das atividades específicas realizadas pelas diferentes conferências (subdivisões da sociedade no município).

O Grupo de Jovens Vicentinos é um grupo com atividades bem direcionadas ao alcance dos objetivos. As atividades deste grupo consistem na arrecadação de bens, ou arrecadação de recursos para a aquisição destes bens, e a sua distribuição, o que está de acordo com os objetivos de dar assistência material (e também espiritual) a algumas famílias. Apesar deste encadeamento entre atividades e objetivos, existe um problema sério de inconsistência. Foi citada a falta de recursos, tanto humanos quanto físicos e financeiros o que, apesar de não inviabilizar as atividades, dificulta o alcance dos objetivos. Um fato que comprova isto é que um dos respondentes referiu ser comum não realizar atividades por falta de recursos financeiros.

A Sociedade São Vicente de Paula é um grupo onde existe relação bem definida entre objetivos e ações. O principal objetivo é combater a fome e a principal atividade, arrecadar mantimentos para distribuir às famílias carentes. Porém, isto tem uma implicação direta de que os objetivos são amplos em relação aos recursos, se bem que um dos entrevistados citou que a colaboração da comunidade é muito boa. O fato de atuar na comunidade combatendo efeitos de causas que fogem ao seu controle ocasiona problemas de recursos, principalmente financeiros. Isto se deve à demanda instável por

suas ações, uma vez que o problema da pobreza no município está ligado, entre outras coisas, à oferta sazonal de emprego no setor agrícola, conforme relatado por Mattos (1994). Devido ao fato do planejamento interno ser influenciado e dificultado pelas características exógenas, pode-se dizer que, nas situações normais de demanda por seus serviços, a seqüência recursos, ações e objetivos é adequada. Já nos picos de demanda houve inclusive casos de não atendimento das necessidades dos beneficiários.

O Departamento de Assistência Social do Centro Espírita “Trilha da Verdade” é um grupo que tem objetivos semelhantes aos dos grupos anteriores. As atividades são condizentes com os objetivos, ficando o problema por conta da falta de recursos físicos e financeiros. Para os trabalhos, assim como no caso anterior, após a identificação da necessidade são feitas triagens para avaliar o grau de necessidade das famílias. Também neste caso, os objetivos do grupo são amplos em relação aos recursos disponíveis. As limitações de ordem financeira são contornadas com a realização de campanhas e arrecadações, mas um dos entrevistados citou que o número de doadores diminuiu. A falta de espaço físico fez inclusive com que fosse interrompida uma das principais atividades do grupo, que era uma distribuição semanal de sopa a pessoas carentes.

O último grupo desta classe de prestação de assistência direta à comunidade atua na área de saúde infantil, a Pastoral da Criança. A primeira característica problemática que este grupo apresenta é o baixo número de integrantes para objetivos amplos e grande número de atividades. As atividades realizadas pelo grupo são prevenção de desnutrição, incentivo ao uso do soro caseiro para reidratação oral, acompanhamento do desenvolvimento gestacional, acompanhamento mensal do desenvolvimento de crianças e incentivo à imunização. Há incompatibilidade entre objetivos e recursos pelo fato de que nas entrevistas foi citado que falta instalação (“um barracão”) e falta de equipamento para exercer as atividades. Também foi citado na entrevista que “se descuidar, logo aparece problema”, evidenciando que existe uma dependência dos beneficiários em relação aos agentes do grupo. Outro aspecto citado é a falta de terreno para o desenvolvimento de mais uma atividade (uma horta comunitária). Embora esta nova atividade esteja de acordo com os objetivos e como estes últimos já

implicam em grande número de atividades, há problemas pois o número de pessoas para o trabalho já é limitado. Conseguir mais pessoas mostra-se como um pressuposto restritivo.

A terceira classe de grupos inclui aqueles que têm atividades relacionadas à agricultura. São eles a Casa da Agricultura, a Associação de Fruticultores de Vera Cruz (AFRUEVC), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato Rural (patronal). Todos eles têm como atividade básica a prestação de serviços a produtores e trabalhadores rurais, sendo que somente a AFRUEVC não pertence a instituições organizadas além do município.

O primeiro destes grupos, representado pela Casa da Agricultura é um dos grupos onde os três níveis hierárquicos dos objetivos são consistentes. Os objetivos são definidos: assistência técnica para aumentar a renda dos produtores rurais. As atividades contribuem para os objetivos, uma vez que consistem em projetos relacionados às culturas, à conservação de solo e à capacitação de mão-de-obra rural. Os recursos foram citados por ambos os entrevistados como sendo suficientes. As atividades realizadas de acordo com projetos espelham um bom planejamento das atividades, cujo reflexo é a coerência entre os aspectos acima.

A AFRUEVC é um grupo bem organizado. Seu objetivo basicamente consiste em otimizar a comercialização do maracujá. Esta atividade mostrou-se necessária pois esta cultura se tornou importante no município e havia muita exploração dos agricultores por parte de intermediários de comercialização. A cultura do maracujazeiro responde pela maior renda agrícola do município, com R\$ 3 milhões por ano, segundo o secretário municipal de agricultura. As atividades são condizentes com os objetivos e consistem tanto da comercialização em si quanto da promoção de reciclagem dos produtores para garantir a qualidade do produto. Foram citados problemas com recursos físicos como as instalações para acondicionamento e despacho e financeiros, estes, de acordo com um dos entrevistados, devido à pequena taxa cobrada pelos serviços para a manutenção da estrutura. Neste grupo nunca foram deixadas de ser realizadas atividades por falta de recursos, “mas pode acontecer”, segundo um dos entrevistados.

Um exemplo de grupo que também apresenta problemas de recursos é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, embora as ações sejam condizentes com os objetivos. Suas atividades consistem na prestação de serviços na defesa dos direitos dos membros, os quais se encarregam da manutenção financeira do grupo. No entanto, o recurso financeiro é citado como insuficiente. Uma outra restrição importante é o fato da pouca participação dos membros nas atividades do grupo, o que coloca em choque a proposição de defesa dos interesses dos membros com a possível falta de expressão desses interesses pelos próprios.

O Sindicato Rural é um grupo com boa estruturação. Seus objetivos são prestação de serviços e defesa dos direitos legais dos produtores. Para tanto, o grupo faz serviços de contabilidade para os pequenos proprietários, promove cursos de reciclagem e informa sobre aspectos legais, atividades estas condizentes com os objetivos. No entanto, existe o problema da falta de sentimento de grupo nos membros, que somente se voltam ao mesmo em função de necessidades pessoais. Outro problema citado é o de recursos financeiros, que melhoraria as atividades, mas não chega a ser restritivo segundo os entrevistados. Porém, os próprios entrevistados se referiram a casos em que não foram realizadas algumas atividades por falta destes recursos. Assim como no caso do grupo anterior, este grupo dispõe de instalações e pessoal adequado para exercer as funções.

Foi possível montar uma classe com grupos ligados à área de educação. Desta classe fazem parte uma pré-escola, uma escola de primeiro e segundo grau e uma escola técnica. Uma característica desta classe é o fato de todos os grupos pertencerem a serviços públicos, municipal no primeiro caso e estadual nos demais. Este fato não os descaracteriza como grupos, o mesmo vale para a Casa da Agricultura e o Grêmio Infante Juvenil já citados, pois o que interessa para a análise é a capacidade de um conjunto de pessoas de atuarem como uma equipe para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, análise que é perfeitamente cabível nestes casos e em outros a serem tratados adiante.

A pré-escola é a Escola Municipal de Educação Infantil. Este grupo tem como objetivo preparar as crianças para a vida escolar a partir da 1ª série do primeiro

grau. A inconsistência neste grupo ocorre em relação aos objetivos e um problema citado de recurso físico. As atividades necessárias ao alcance dos objetivos precisam ser desenvolvidas em ambientes/instalações específicos, que não estão disponíveis. Já houve casos de não realização de atividades, embora não frequentemente. Atualmente o planejamento é feito considerando as limitações. É fornecido material para os beneficiários mais carentes, e não foram citados problemas de recursos financeiros para tanto. Os recursos humanos são considerados bons.

Na escola de 1^o e 2^o grau o problema básico é o financeiro. Este problema se refere à remuneração dos recursos humanos, pois os elementos do grupo passam a buscar alternativas e não se dedicam adequadamente à função no grupo. Além disso, há deficiência de espaço físico e de número de integrantes. Com isso, as atividades ficam prejudicadas e, conseqüentemente, estes problemas constituem-se em deficiências bastante restritivas para o alcance dos objetivos. Nas entrevistas, foi citado que os objetivos são atingidos, o que deve ser visto com cuidado. Dadas as limitações mostradas, a análise com base na Estrutura Lógica permite dizer que provavelmente os objetivos estão sendo parcialmente alcançados, pois o alcance pleno se mostra contraditório com a falta de recursos humanos, físicos e financeiros.

O último grupo desta classe refere-se à escola técnica de segundo grau. O objetivo é formar técnicos em agropecuária competentes e é neste sentido que são realizadas as atividades. No entanto, foram citados problemas graves de recursos financeiros - a escola ficou seis meses sem receber verbas no ano de 1995 - e atividades deixaram de ser realizadas por falta destes recursos. Os problemas financeiros foram indicados como limitantes, pois a falta destes recursos não permite que os alunos conduzam determinadas (como a condução de culturas) que melhorariam sua formação prática. Também implica na falta de manutenção adequada dos recursos físicos (equipamentos e instalações), provocando seu sucateamento. Também foram indicados problemas de recursos humanos para acompanhamento dos alunos em questões sociais e psicológicas. Existe ainda um pressuposto muito restritivo que é a demanda pelo tipo de atividade que o grupo desempenha. De acordo com as entrevistas, não há informação sobre a aceitação dos profissionais formados por esta escola no mercado. Isto se

constitui numa incerteza, pois não há controle sobre a relação que existe entre as atividades desempenhadas para a formação dos técnicos e o tipo e quantidade de técnicos que o mercado necessita.

Foi composta uma classe com grupos ligados à área da saúde. Estes grupos são o Centro de Saúde, o Hospital Beneficente São Vicente de Paula, a Rede Feminina de Combate ao Câncer e o Conselho Municipal da Saúde. O primeiro grupo, o Centro de Saúde, tem várias funções na área de saúde pública: orientação, vigilância sanitária e atendimento médico para o município. O objetivo declarado nas entrevistas é o de atender a população nestes aspectos de forma que ela fique satisfeita e foi citado que os resultados são bons. Outro fato interessante é que a população está diminuindo e os entrevistados citaram que a demanda tem aumentado, sendo que um dos objetivos do grupo é trabalhar para prevenir este aumento de demanda, ou seja, atuar via ações que diminuam a incidência dos problemas relacionados às atividades do grupo. Quanto à consistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos o grupo apresenta problemas. Estes problemas são a falta de recursos, implicando inclusive na não execução de atividades. Foi citado que há falta de pessoal para o atendimento primário e falta de viatura para transporte dos beneficiários. O aumento na demanda mostra que pode haver mais inconsistências pois, como citado no item 5.1.1, algumas condições apresentadas para o município apontam para uma expectativa de redução na referida demanda.

O Hospital Beneficente São Vicente de Paula é um grupo que está passando por sérias dificuldades. Segundo um dos entrevistados, o hospital é importante para Vera Cruz que é uma comunidade carente. A manutenção é feita pelo repasse de verbas do convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) e de campanhas realizadas por grupos do município para a arrecadação de fundos, uma vez que o pagamento feito pelo SUS é baixo (R\$2,40 por consulta e R\$3,75 por diária que inclui café da manhã e da tarde, almoço, jantar e chá da noite, de acordo com um dos entrevistados). Como o grupo depende de grande fluxo financeiro para suas atividades e, como este recurso não é suficiente, há um comprometimento das atividades e do alcance dos objetivos. Há também problemas relacionados a recursos humanos (falta de funcionários gerais e especialistas) e físicos (há necessidade de manutenção e reforma de equipamentos) e foi

citado que houve vários casos em que não foram realizadas ações por falta destes recursos.

O próximo grupo é a Rede Feminina de Combate ao Câncer. É um grupo que tem como objetivos socorrer as pessoas cancerosas de Vera Cruz. Este grupo é uma unidade local de uma rede de grupos com a mesma denominação existentes em outros municípios que têm, além de suas funções locais, auxiliam na manutenção do Hospital do Câncer de São Paulo. As atividades relativas ao município são altamente relacionadas aos objetivos, uma vez que basicamente consistem em repassar recursos arrecadados para os beneficiários. De acordo com ambos os respondentes, nunca faltaram recursos e, portanto, pode-se fazer uma avaliação positiva da relação entre recursos, atividades e objetivos.

O último grupo da classe ligada à saúde é o Conselho Municipal da Saúde. Este grupo tem como objetivos administrar e cuidar do bem-estar e saúde pública da cidade. As atividades do grupo são reuniões para discussão de questões relacionadas à saúde pública, com posterior encaminhamento das decisões às autoridades competentes. O problema aqui está no relato do pequeno número de reuniões pelos entrevistados, sendo que um deles, quando perguntado sobre o número de membros do grupo, respondeu: “não sei se saiu alguém pois faz tanto tempo que a gente não se reúne...”. Outros problemas citados são o não atendimento das reivindicações feitas às autoridades competentes, falta de treinamento dos membros em suas funções no conselho. É um grupo onde tipicamente os problemas maiores estão nas ações, que são menos frequentes que o necessário para atingir os objetivos. A insuficiência de ações neste grupo constitui-se numa inconsistência clara entre os níveis hierárquicos dos objetivos.

Os partidos políticos entrevistados foram incluídos numa outra classe. Os partidos que tiveram seus membros entrevistados foram o PSDB e o PMDB. Um aspecto importante verificado nas entrevistas é que foi revelada uma distorção entre aquilo que é o objetivo de um partido e aquilo que os indivíduos assimilam destes objetivos. Como agremiações de pessoas com interesses comuns, os partidos definem seus objetivos, os quais, para ser alcançados, dependem da atuação política. Dentro da

seqüência de níveis hierárquicos dos objetivos, existiriam então os objetivos de um partido, e a atuação política corresponderia às ações. Nas entrevistas, ficou evidente que os membros dos partidos entrevistados assimilam uma ação - eleger o prefeito - como sendo o objetivo do grupo (não se pode deixar de considerar que as entrevistas foram realizadas num ano de eleição para prefeito, o que pode ter influenciado no padrão de respostas). Mesmo com estas considerações, a análise de consistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos considerou as respostas dadas pelos entrevistados.

O primeiro dos partidos entrevistados, o PSDB, é um grupo que tem como objetivos seguir o estatuto nacional do partido e, no município, conduzir a política no sentido do crescimento do partido e tentar eleger o prefeito. As atividades consistem em reuniões com membros do partido no município e no estado, principalmente para manter uma coerência entre as ações dos vários níveis. As atividades na comunidade são individualizadas e se intensificam em época de eleições. Neste caso, pode-se dizer que as ações são condizentes com os objetivos apresentados. Quanto aos recursos, fora da época de eleições não há necessidade de recursos financeiros nem físicos para o grupo, o que justifica o fato de não terem sido citados problemas de recursos para o desempenho das atividades.

O outro partido que teve membros entrevistados é o PMDB. Os objetivos citados são defender os interesses daqueles que procuram o partido e ganhar a eleição para a prefeitura municipal. Para tanto, atividades são contatos com pessoas que possam influenciar para que os interesses sejam atendidos e contatos com a população, orientando-a quanto a aspectos que envolvem as eleições. Em relação aos recursos, os entrevistados citaram que não há problemas de instalações pois usam as dependências dos membros. Citaram que os recursos financeiros não têm sido suficientes, mas que são feitos esforços locais para contornar os problemas pois não recorrem ao partido em São Paulo.

A última classe é formada por grupos de atividade religiosa. Como pode ser visto na listagem dos grupos identificados em Vera Cruz, este tipo de grupo se constitui numa porção expressiva dos grupos sociais organizados de Vera Cruz. Nesta classe estão incluídos o Grupo de Oração da Renovação Carismática Católica, a Pastoral

da Família, o Grupo de Catequese, o Grupo de Trabalhos Espirituais do Centro Espírita “Trilha da Verdade”, a Legião de Maria, Grupo de Crisma, Grupo de Liturgia, Grupo de Ministros e o Coral de Crianças.

O Grupo de Oração da Renovação Carismática é um grupo que tem como objetivos evangelizar e promover o crescimento pessoal de seus membros. Para atingir os objetivos, o grupo realiza retiros, visitas domiciliares e cursos. Pode-se dizer que o grupo não apresenta problemas de inconsistência entre as ações e os objetivos. Contudo, a inconsistência existe em razão de recursos para a realização das atividades. Os recursos não são considerados suficientes pelos entrevistados, sendo que um deles relatou inclusive que já foram deixadas atividades de lado devido à falta de recursos financeiros e espaço físico.

O segundo grupo da classe de atividade religiosa, a Pastoral da Família, é um grupo que tem como objetivos a valorização da família e da vida humana. As atividades que o mesmo desenvolve são cursos, atuação em situações irregulares de casais, cursos de noivos e encontros de casais. É um grupo onde os três níveis hierárquicos dos objetivos se combinam de forma positiva. As atividades são voltadas para os objetivos e os recursos são considerados suficientes pelos entrevistados, não tendo havido caso de não realização de atividades por falta de recursos.

O Grupo de Catequese é um grupo que tem como objetivo preparar o indivíduo para a vida religiosa. As atividades que realiza para tanto são aulas sobre temas religiosos e o cronograma é passado pela diocese. As atividades são bem estruturadas, com forte influência de níveis hierárquicos superiores a que o grupo pertence. Como em alguns casos anteriores desta classe, foram citados problemas de recursos físicos. O uso de instalações emprestadas foi citado como problemático pois limita a atuação dos agentes do grupo, podendo ser considerada como uma característica restritiva para o alcance dos objetivos, embora haja um bom encadeamento entre as ações e os objetivos.

O Grupo de Trabalhos Espirituais do Centro Espírita “Trilha da Verdade” tem o objetivo de lapidar o homem para o futuro, em termos religiosos. Este grupo apresenta alguns problemas de inconsistência entre níveis hierárquicos dos objetivos, também relacionado a recursos, neste caso recursos humanos. Um dos entrevistados

indicou haver falta de pessoa capacitada para dar formação e esclarecimento aos membros do grupo para que possam atuar de uma maneira melhor. Também foi citado o fato de que alguns membros tomam a frente do trabalho e, em outro trecho da entrevista, que existe pouca participação no trabalho, o que revela algum problema da organização em relação ao estímulo e à divisão de tarefas.

Outro grupo da classe de atividade religiosa que apresenta problemas de recursos humanos é a Legião de Maria. Como este grupo está ligado a um serviço de orientação espiritual da população, os recursos financeiros não assumem importância (nem implicam em limitações). Porém, a formação para o trabalho foi citada como limitante: “não encontramos um meio de realizar bem o trabalho básico de visita, exatamente pela falta de formação”. Este fato constitui-se numa restrição à aproximação aos objetivos pois compromete a qualidade das ações.

O próximo grupo da classe de atividade religiosa é o Grupo de Crisma. Os objetivos deste grupo são a formação dos jovens para o sacramento da crisma e a perseverança dos jovens na comunidade cristã. Neste grupo ficou explícita a falta de ligação entre as ações e os objetivos, no sentido de que foi citado por ambos os respondentes que os objetivos não estavam sendo atingidos, alegando falta de interesse por parte dos beneficiários. Apesar dos recursos serem tidos como suficientes, o padrão de respostas acima permite inferir a respeito da deficiência de recursos humanos, o que compromete os trabalhos do grupo. É um caso onde o problema é claramente de pressuposto que está se mostrando como restritivo. O grupo oferta seu trabalho, pressupondo que haja demanda para o mesmo. A deficiência de recursos humanos citada acima se refere ao fato de que, uma vez não expressa a demanda, caberia ao grupo, de acordo com seus interesses, tentar estimulá-la.

O Grupo de Liturgia é um grupo da classe de atividade religiosa que atua com o objetivo de melhorar o entendimento das pessoas em relação às atividades litúrgicas da Igreja Católica. As ações são divididas em quatro equipes que se encarregam de preparar e executar diferentes atividades de apoio. Estas ações podem ser consideradas condizentes com os objetivos, o que se reflete inclusive nos resultados das mesmas relatados nas entrevistas. Neste grupo não foram citados problemas quanto a

recursos físicos, financeiros ou humanos, não havendo, assim, indicação de inconsistências quanto aos níveis hierárquicos dos objetivos.

O sétimo grupo da classe de atividade religiosa é o Grupo de Ministros. Este grupo tem como objetivo a evangelização. Para tanto, as atividades consistem de visitas e atuação nas cerimônias religiosas. Pode ser considerado um grupo que atua na orientação dos usuários de seus serviços, sendo que para tanto só se aplica o uso de recursos humanos, considerados como suficientes. As atividades são realizadas em função da demanda percebida. Isto porque, segundo um dos respondentes, teria mais atividades, mas não se fica sabendo, o que de certa forma limita a atuação do grupo pois os objetivos do mesmo são amplos dentro da comunidade. Neste grupo não foram identificados problemas de inconsistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos.

Um coral infantil, o Coral de Crianças é o último grupo incluído na classe de atividade religiosa. Os objetivos deste grupo são envolver e estimular as crianças na participação na Igreja. Como atividades o grupo realiza visitas a asilos, faz “pic-nics” com os integrantes, canta nas celebrações e participa de eventos e campanhas na cidade. Também é um grupo onde não foram identificados problemas de inconsistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos, uma vez que as atividades estão em conformidade com os objetivos e não foram citados problemas de recursos.

O número de problemas apresentados pelos grupos indica limitações no poder de atuação. As falhas, tanto de características individuais quanto agrupadas e os problemas de inconsistência interna mostram que os grupos têm dificuldades na realização de atuação efetiva, de uma maneira geral. Molina (1986) cita que é grande o estoque de conhecimentos a respeito dos processos grupais. Não é cabível, portanto, trabalhar com grupos baseado na boa vontade e boas idéias das pessoas. A energia que os indivíduos têm para trabalhar merece ser tratada com mais atenção. Os problemas existentes seriam melhor atacados se os grupos fossem melhor estruturados para tanto.

Não se trata de simplesmente dizer que os grupos existentes em Vera Cruz são ineficazes. Pelo contrário. Há muitos casos de resultados considerados satisfatórios não somente pelos integrantes dos grupos, mas visivelmente muito importantes (até vitais no caso dos serviços assistenciais e dos ligados à área de saúde)

para seus beneficiários. A ênfase, deve ser destacado ainda mais uma vez, é dada à limitação do potencial de atuação. Como foi visto na análise dos indicadores sócio-econômicos, é necessário que este potencial de atuação seja acionado, uma vez que Vera Cruz apresenta problemas que podem estar relacionados a problemas nas estruturas de alguns grupos. Esta análise também permite situar o município em relação a outros referenciais, mostrando que não é a simples evolução dos indicadores internos que permitem visualizar o desenvolvimento de um local.

6 CONCLUSÕES

Por se tratar de um estudo de caso, é necessário ter atenção para o fato de que estas conclusões não são generalizáveis, isto é, são válidas para o município estudado. Podem, no entanto, servir de referência para trabalhos futuros, inclusive para outros locais, desde que feitas as devidas qualificações. A seqüência utilizada está relacionada à dos objetivos e, quando conveniente, são tecidos alguns comentários adicionais.

A análise dos indicadores sócio-econômicos mostrou que Vera Cruz contribuiu positivamente para o desenvolvimento da região, em valores absolutos. Com a melhora de quase todos os indicadores no período 1980-1993, Vera Cruz contribuiu para o crescimento das respectivas médias regionais. Porém, vários indicadores sócio-econômicos de Vera Cruz tiveram evolução desfavorável quando comparados aos indicadores dos referenciais. Assim, nota-se que há indícios de que essa evolução desfavorável para Vera Cruz, apesar de ter contribuído positivamente, tenha restringido o crescimento das médias regionais e, portanto, o desenvolvimento da região, no que se refere a estes indicadores. Essa restrição é óbvia pois, se o comportamento destes indicadores tivesse sido favorável, o crescimento das médias regionais teria sido maior.

O estudo dos indicadores sócio-econômicos ao longo do período 1990 - 1993 evidenciou a importância de uma análise histórica. Se tivessem sido avaliados somente os últimos anos com dados disponíveis, poderiam ser mascarados os problemas mostrados de que a maioria dos indicadores teve comportamento relativamente fracos para Vera Cruz, quando comparados aos referenciais. Também não teria sido possível verificar o que melhorou e o que piorou internamente ao município do estudo. Como pôde ser visto, as informações da evolução dos indicadores permitiram algumas

associações com a atuação dos grupos, principalmente nos casos de problemas relacionados à educação e à saúde, dimensões que teriam sido perdidas.

Quanto aos grupos sociais organizados, as conclusões têm que ser vistas com cuidado. O desenvolvimento sofrível dos indicadores sócio-econômicos para o município se reflete nos dados referentes aos grupos, pois a estruturação desses pode ter relação positiva com alguns dos índices estudados. Por exemplo, o comportamento desfavorável de alguns indicadores da área de saúde pode estar relacionado aos problemas identificados de falta de treinamento dos agentes, dificuldades de acesso e número reduzido de pessoas em relação à quantidade de trabalho necessária. O cuidado se refere ao fato de que o presente estudo não avaliou possíveis causalidades nestas relações. A inconsistência entre os diferentes níveis hierárquicos dos objetivos dentro dos grupos permite concluir que há indicações de que a atuação destes grupos é limitada. Isto porque os grupos já atuam e têm resultados muitas vezes considerados positivos, mas as inconsistências restringem o alcance dos propósitos almejados.

O estudo mostrou que a atuação dos grupos sociais organizados pode, em alguns casos, minorar os efeitos da pobreza, tanto absoluta quanto relativa. Foram encontrados grupos que atuam diretamente no sentido de aumentar a renda do seu público alvo. Porém, na maioria das vezes, a atuação se dá no sentido de redução nos efeitos da pobreza relativa. Atuar em saúde, educação, cultura e lazer, quando as pessoas não têm condições de pagar por estes serviços, constitui-se em amenização das restrições geradas pela baixa renda relativa. Isto se torna particularmente importante no caso de Vera Cruz, onde a renda per capita diminuiu no período 1980-1993, o que se tornaria ainda mais problemático se fossem considerados possíveis efeitos de concentração de renda.

A alta proporção de grupos com algum tipo de inconsistência entre os níveis hierárquicos dos objetivos não elimina a importância da atuação destes grupos. Isto é confirmado pela necessidade das ações que são realizadas por vários deles como, por exemplo, o auxílio do Lyons Clube e da Sociedade São Vicente de Paula ao hospital local. Foi citado que cada vez menos é possível contar com recursos do estado. A comunidade de Vera Cruz se mobiliza através dos grupos sociais organizados para

minimizar as dificuldades provocadas por este tipo de situação. Apesar das inconsistências, existem resultados considerados satisfatórios e o número de grupos voltou a crescer. Os grupos estão atuando e não perderam a função de ligação entre as ações locais e a população com a qual mantêm contato. Estas afirmações permitem dizer que há uma limitação no potencial de atuação nos grupos. Não permitem, no entanto, dizer que devido às inconsistências citadas os grupos são inefetivos.

É possível dizer que as limitações dos grupos sociais têm implicações para o desenvolvimento de comunidades. Uma vez que a capacidade de execução e direção são fatores estratégicos, as inconsistências verificadas nos grupos constituem-se em entraves para o desenvolvimento. É necessário destacar que não foram verificados problemas de estímulo à participação, mas sim na forma como os grupos se estruturam e atuam. Com a participação das pessoas em grupos pode-se dizer que há o aproveitamento de recursos e conhecimentos locais nas atividades dos mesmos. Porém, as limitações no potencial de atuação dos grupos associam-se à pouca ou nenhuma aceleração da dinâmica do desenvolvimento do município. Isto abre possibilidades de atuação segundo o “desenvolvimento de comunidades”, pois a aceleração do desenvolvimento é um de seus objetivos, como citado por Baptista (1976).

O relacionamento da existência de grupos ao desenvolvimento deve ser ponderado/qualificado pelas características dos grupos. A associação direta seria possível somente se fosse considerado que os grupos são plenamente capazes de atuar efetivamente. A análise mostrou que no caso dos grupos estudados em Vera Cruz, esta capacidade ou adequação para atuação na melhoria da qualidade de vida apresentou indícios de constituir-se num pressuposto restritivo. Como visto nos resultados, a existência de grupos não é o único fator determinante.

Os aspectos qualitativos dos grupos precisam ser considerados para que se possa avaliar seu potencial de atuação no desenvolvimento do município. A inconsistência entre níveis hierárquicos de objetivos nos grupos pode mostrar sua incapacidade de alcance de propósitos de forma concreta. Por outro lado, também não se pode esquecer que, em relação à unidade de análise “município”, há uma série de condicionantes externos de ordem política e econômica que podem afetar as variáveis

sócio-econômicas. Por fim, estas ressalvas não anulam as possibilidades de ações dos grupos nos municípios, que se mostraram importantes nesta pesquisa. Essas ações vão desde a recreação, produção agrícola, mobilização para ajuda ao hospital, até ações nas áreas religiosa e política.

No decorrer do trabalho surgiram algumas questões que fugiam aos objetivos, mas que podem gerar pesquisas interessantes. Como exemplos podem ser citados o estudo das relações de causalidade entre indicadores sócio-econômicos e grupos sociais organizados especificamente a eles ligados, a determinação das causas de variação dos indicadores sócio-econômicos e a determinação das causas das inconsistências internas dos grupos. Ainda, poderiam ser sugeridos trabalhos que avaliem a eficiência dos grupos com base também em informações fornecidas pelos usuários/beneficiários e trabalhos que procurem especificar quais são os determinantes endógenos e os exógenos do desenvolvimento municipal ou as condições necessárias e suficientes. Atenção especial deve ser dada ao estudo da correlação entre a eficiência dos grupos sociais organizados e seus relacionamentos com outros grupos, uma vez que os resultados do presente estudo indicam uma tendência de que esta relação pode ser positiva.

ANEXOS

Anexo 1. Tabelas contendo dados referentes às figuras 3 a 13 do Capítulo 5.

Tabela 19 - Coeficientes de leitos gerais por mil habitantes no Estado de São Paulo, na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993.

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	3,31	4,51	6,16	5,42
1985	3,23	4,32	6,17	5,32
1988	3,1	4,43	6,45	5,37
1989	3,1	4,6	6,92	5,39
1990	3,05	4,35	6,29	5,41
1991	3,06	4,52	6,33	5,44
1992	2,99	4,82	5,79	5,46
1993	2,96	4,77	5,73	5,49

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 20 - Taxa de Mortalidade Geral no Estado de São Paulo, RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (óbitos por mil habitantes).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	6,92	7,31	7,52	6,91
1985	6,51	7,00	6,82	7,09
1988	6,74	7,10	6,90	7,79
1989	6,58	6,92	6,85	7,64
1990	6,65	7,16	6,92	6,50
1991	6,26	6,57	6,54	6,89
1992	6,30	6,72	6,64	7,28
1993	6,60	7,04	6,81	6,77

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 21 - Taxa de Mortalidade Infantil no Estado de São Paulo, RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (óbitos de menores de um ano, por mil nascidos vivos).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	51,21	53,83	61,25	46,36
1985	36,35	32,26	33,68	18,96
1988	33,94	30,00	30,28	13,10
1989	30,92	28,41	28,62	41,51
1990	31,41	29,18	29,80	34,15
1991	27,05	26,90	26,50	15,08
1992	26,78	23,71	19,89	17,70
1993	26,19	25,34	27,34	26,91

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 22 - Matrícula inicial na pré-escola na RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (número de alunos matriculados).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	390.402	9.044	4.710	154
1985	637.770	17.903	9.465	162
1988	759.029	24.203	12.344	292
1989	769.894	26.331	13.806	280
1990	790.720	26.436	13.219	277
1991	813.427	27.217	12.786	344
1992	848.968	28.746	13.753	361
1993	867.744	29.856	14.183	395

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 23 - Variações percentuais nos números de matrículas iniciais no 1º e 2º graus, entre 1980 e 1993*.

	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
	%			
1º Grau	50,87	25,34	29,48	6,31
2º Grau	84,06	58,68	62,45	59,03

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

* Os dados referentes a 1993 são preliminares.

Tabela 24 - Taxa de Evasão do Ensino Público de 1º Grau no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1992 (porcentagem do número de alunos evadidos em relação ao número de alunos matriculados).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	8,38	11,53	12,65	18,38
1985	10,70	13,33	12,94	15,51
1988	11,31	12,87	12,85	12,41
1989	12,43	14,53	14,19	12,30
1990	10,30	12,82	13,33	13,14
1991	9,86	12,25	12,74	10,35
1992	9,47*	12,05*	11,78*	11,37*

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 25 - Taxa de Evasão do Ensino Público de 2º Grau no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (porcentagem do número de alunos evadidos em relação ao número de alunos matriculados).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	19,62	20,51	21,90	20,16
1985	25,38	25,58	22,87	23,00
1988	24,21	22,66	19,58	22,71
1989	26,65	22,29	21,07	15,75
1990	22,70	21,70	18,62	18,30
1991	22,61	21,41	18,70	19,43
1992	20,57 *	21,24 *	19,62 *	21,10 *

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 26 - Consumo de energia elétrica por residências urbanas no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (MWh/residência).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	2,02	1,34	1,38	1,21
1985	2,02	1,55	1,58	1,38
1988	2,18	1,73	1,79	1,62
1989	2,22	1,77	1,81	1,67
1990	2,30	1,87	1,89	1,78
1991	2,37	1,93	2,00	1,91
1992	2,31	1,87	1,95	1,87
1993	2,29	1,86	1,92	1,90

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

* Dados preliminares.

Tabela 27 - Consumo de energia elétrica por unidade rural no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (Mwh/unidade)

ANO	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	7,98	7,26	6,94	6,62
1985	9,38	9,74	7,87	7,40
1988	10,09	10,80	8,88	8,19
1989	9,55	10,32	8,64	8,45
1990	9,20	10,56	8,98	8,73
1991	9,87	10,98	8,95	9,24
1992	9,34	11,12	9,22	9,57
1993	9,27	11,18	8,97	8,69

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Tabela 28 - Terminais telefônicos por mil habitantes no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993.

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	76,30	48,82	51,56	41,98
1985	99,40	66,19	70,03	52,98
1988	106,29	78,01	86,66	69,18
1989	107,46	78,07	87,43	70,89
1990	110,02	79,63	87,57	72,54
1991	116,08	80,56	86,46	72,50
1992	123,49	84,70	98,26	72,83
1993	128,52	91,05	102,82	75,24

Fonte: SEADE (1995)

Tabela 29 - Valor adicionado per capita no Estado de São Paulo, RA e RG de Marília e em Vera Cruz - 1980, 1985, 1988 a 1993 (R\$ de 1991).

Ano	Est. São Paulo	RA Marília	RG Marília	Vera Cruz
1980	7120,27	3619,17	3754,16	4723,78
1985	4977,71	3840,32	3590,25	6221,44
1988	5064,76	2899,51	2651,97	2486,53
1989	6262,86	3419,01	2734,84	2203,83
1990	5211,40	3201,93	2453,88	1313,91
1991	4518,65	2939,48	2024,21	1284,53
1992	4634,16	2912,69	1924,87	921,89
1993	4930,56	2878,95	2093,06	1487,24

Fonte: elaborado a partir de SEADE (1995)

Anexo 2. Divisão administrativa do Estado de São Paulo

Para que se possa entender as informações apresentadas no texto, é importante ter em mente quais são as unidades adotadas, isto é, como o Estado de São Paulo está subdividido.

Segundo FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE (1992), houve um processo evolutivo, relatado desde 1967, de divisões e subdivisões político-administrativas do Estado de São Paulo, que apresenta-se atualmente composto da Região Metropolitana de São Paulo e de 14 Regiões Administrativas subdivididas em 42 Regiões de Governo, as quais comportam 625 municípios (ver tabela 30).

Tabela 30 - Distribuição numérica do quadro político-administrativo do estado de São Paulo, por unidades componentes, Regiões Administrativas e Regiões de Governo.

Região Administrativa	Região de Governo	nº de municípios
Metropolitana de São Paulo		39
Registro	Registro	14
Santos	Santos	9
São José dos Campos	Caraguatatuba	4
	Cruzeiro	8
	Guaratinguetá	8
	São José dos Campos	8
	Taubaté	10
Sorocaba	Avaré	17
	Botucatu	12
	Itapetininga	12
	Itapeva	18

continua

Tabela 30 (continuação) - Distribuição numérica do quadro político-administrativo do estado de São Paulo, por unidades componentes, Regiões Administrativas e Regiões de Governo.

	Sorocaba	17
Campinas	Bragança Paulista	16
	Campinas	22
	Jundiaí	9
	Limeira	8
	Piracicaba	11
	Rio Claro	8
	São João da Boa Vista	16
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	23
Bauru	Bauru	18
	Jaú	10
São José do Rio Preto	Catanduva	16
	Lins	10
	Fernandópolis	11
	Jales	20
	São José do Rio Preto	30
	Votuporanga	15
Araçatuba	Andradina	12
	Araçatuba	29
Presidente Prudente	Adamantina	11
	Dracena	10
	Presidente Prudente	29
Marília	Assis	13
	Marília	13
	Ourinhos	12
	Tupã	11

continua

Tabela 30 (continuação) - Distribuição numérica do quadro político-administrativo do estado de São Paulo, por unidades componentes, Regiões Administrativas e Regiões de Governo.

Central	Araraquara	17
	São Carlos	7
Barretos	Barretos	19
Franca	Franca	17
	São Joaquim da Barra	6
Total de municípios		625

Fonte: SEADE (1992)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, I; TAYLOR, J. E.; VOGEL, S. Life in a Mexican village: a SAM perspective. **Journal of Development Studies**, v. 25, n. 1, p. 5-24, 1988.
- ADORNO, R. C. F.; FARIA, M. M.; CASTRO, A. L.; ZIONI, F. **Relatório do diagnóstico participativo realizado nos municípios de Vera Cruz e Espírito Santo do Turvo**. São Paulo, 1996. 92 p. (não publicado).
- ALVES, E. Migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, ano IV, n. 4, p. 15-29, out/nov/dez 1995.
- ANDER EGG, E. **Metodologia y practica del desarrollo de la comunidad**. 3. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1965. 244 p.
- ARAÚJO, P. F. C.; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento econômico e agricultura**. Piracicaba: DESR/ESALQ/USP, 1996. 68 p. (mimeografado)
- ARRADI, S. L. **Desenvolvimento econômico e urbanização: um estudo de caso do município de Marília - 1960/1985**. 131 p.
- AZZONI, C. R., org. Como está São Paulo? In: __. **Como está São Paulo: as pessoas/ a produção/ os municípios/ o meio ambiente**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Gestão, 1993. p. 7-9.
- BAPTISTA, M. V. **Desenvolvimento de comunidade: o estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1976. 170 p.
- BENETT, M. K. International disparities in consumption levels. **The American Economic Review**, v. 4, n. 4, p. 632-49, sept. 1951.
- BLAU, P. M.; SCOTT, W. R. **Organizações formais**. São Paulo: Atlas, 1970. 293 p.

- BUARQUE, C. Qualidade de vida: a modernização da utopia. *Lua Nova*, n. 31, p. 157-65, 1993.
- CANO, W. **Estudos de caso sobre urbanização e demandas sociais**. Campinas: FECAMP/SEADE, 1989a. 31 p.
- CANO, W. Indicadores sócio-econômicos municipais e estaduais. In: NEGRI, B. et al. **Subsídios para a elaboração de indicadores sociais municipais**: subsídios para a reformulação no Perfil Municipal. Campinas: FECAMP/SEADE, 1989b. 1 v.
- CARVALHO, O. M. **Política do município: ensaio histórico**. Rio de Janeiro: AGIR, 1946. 172 p.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. 249 p.
- CHOGUILL, C. L. Small towns and development: a tale from two countries. *Urban Studies*, v.26, n.2, p. 267-74, 1989.
- COMITÊ BRASILEIRO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. O desenvolvimento da comunidade rural: suas necessidades e características especiais. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 11, Petrópolis, 1962. Desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais. **Anais**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro da CISS, 1962. p. 245-54.
- CROCKER, D. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. *Lua Nova*, n. 31, p. 99-133, 1993.
- DUBEY, K. N.; TEWARI, R. T.; JOSHI, A. Small towns and rural development (a case study of Uttar Pradesh). **Development and change in India**, p. 409-24, 1988. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- EVANS, H. E. A virtuous circle model of rural-urban development: evidence from a kenyan small town and its hinterland. **The Journal of Development Studies**, v. 28, n. 4, p. 640-67, jul. 1992.
- FAO. Plan of action for people's participation in rural development. In: Conference - FAO, 26., Rome, 1991. Trabalhos apresentados. Rome: FAO, 1991. 19 p. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 3A, 1990-91/.

- FASBENDER, K. Aspects of regional rural development. **Intereconomics**, v. 28, n. 2, p. 87-94, mar./apr. 1993.
- FERRAZZI, G.; BOLT, R.; KIRBY, B. Constraints and opportunities in village to district bottom-up planning: experiences from North Sulawesi. **Canadian Journal of Development Studies**, p. 167-87, 1993, special issue. /Resumo em **Tropag & Rural: Abstracts on Tropical Agriculture and Abstracts on Rural Development in the Tropics**, 1975-jun. 1995/.
- FUHS, F. W.; CHAUDHARY, P. N.; KROPP, E. W. **Agrarian economy of Sunari: stability and change**. Heidelberg: Research Centre for International Agrarian Development, 1987. 141 p. (Studies in Applied Economics and Rural Institutions, n. 18) . /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1992. São Paulo: SEADE, 1993. v. 1.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Perfil municipal 1995: uma radiografia dos 625 municípios paulistas em 12 temas e 72 variáveis. São Paulo: SEADE, 1995. (Versão eletrônica).
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. Perfil Municipal 1980-91. São Paulo: SEADE, 1993. v. 6.
- FUNDACIÓN KELLOG. **UNIR: una propuesta para el desarrollo rural**. s.n.t. (documento de trabajo - segunda versión).
- FURTADO, C. **Economic development of Latin America: historical background & contemporary problems**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. 317 p.
- GAILE, G. L. Improving rural-urban linkages through small town market-based development. **Third World Planning Review**, v. 14, n. 2, p. 131-48, 1992. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 4, 1993- jul. 1995/.
- HADDAD, P. R. org. **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. 694 p.
- HENDERSON, J. A evolução do desenvolvimento de comunidade. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL**, 11, Petrópolis,

1962. Desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais. **Anais**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro da CISS, 1962. p. 71-80.
- HILHORST, J. G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 189 p.
- HINDERINK, J.; TITUS, M. J. Paradigms of regional development and the role of small centres. **Development and Change**, v. 19, n. 3, p. 401-23, jul. 1988.
- KISIL, M. **Community-based projects: reflections on a strategy for sustainable development**. s. n. t. (artigo não publicado).
- KLEIN, J. **O estudo de grupos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 209 p.
- LEITE, P. S. **Novo enfoque de desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1983. 184 p.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino).
- LUNDALL, P.; KRIEL, A. A socioeconomic overview of the Riversdale District with particular reference to the village of Melkhoutfontein. Cape Town: University of Cape Town, 1987. 93 p. (Southern Africa Labour and Development Research Unit - SALDRU - Working Paper, n. 67) . /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- MANAGEMENT SYSTEMS INTERNATIONAL. **Estrutura Lógica: um guia para gerentes para planejar e avaliar projetos de forma científica**. s. n. t.
- MARCONI, I.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990. 231 p.
- MARTIN, N. B. O poder local e o desenvolvimento rural. **Informações Econômicas**, v. 23, n. 12, p. 27-35, dez. 1993.
- MATA, M. **Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 172 p. (Coleção Relatórios de Pesquisa, 41).
- MATTOS, Z. P. B. **UNIR**. Piracicaba: ESALQ-USP, 1994. 13 p.

- MAUDE, A. The role of small towns in rural development: a view from the village. **Malaysian Journal of Tropical Geography**, n. 8, p. 40-8, 1984. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 1, 1984-86/.
- MAXIMINIANO, A. C. A. **Gerência do trabalho em equipe**. São Paulo: Pioneira, 1986. 99 p. (Biblioteca Pioneira de administração e negócios).
- MCKNIGHT, J. L.; KRETZMANN, J. **Mapping community capacity**. Evanston: Center for Urban Affairs and Policy Research - Northwestern University. 21p.
- MEDEIROS, R. N. A estratégia empresarial e a evolução econômica das empresas rurais - um estudo multicasos na pecuária leiteira. Lavras, 1992. 188 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura de Lavras.
- MOLINA, M. I. G. **Fundamentos para o trabalho com grupos**. Piracicaba: FEALQ/ESALQ, 1986. 33 p. (Curso de atualização em extensão rural)
- MOXLER, R. L.; PROCTOR, C. Community solidarity, political competitiveness, and social rigidity: relationships with social and health services. **Rural Sociology**, v. 60, n. 2, p. 310-22, 1995.
- MURAD, B. T. M. Associações comunitárias e participação social: um estudo de caso do sul de Minas Gerais. Lavras, 1993. 80 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura de Lavras.
- MYA, T. Little change in rural Burma: a case study of a Burmese village (1960-80). **Sojourn**, v. 2, n. 1, p. 55-88, 1987. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização e urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**. São Paulo: SEADE, 1988. p. 1-105. (Coleção Economia Paulista, v. 1, n. 1).
- NUNES, E.; JACOBI, P. Movimentos populares urbanos, participação e democracia. In: SILVA, L. A. M. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 25-62. (Ciências sociais hoje, v. 2)

- O'BRIEN, J. O.; HASSINGER, E. W.; BROWN, H. B.; PINKERTON, J. R. The social networks of leaders in more and less viable rural communities. **Rural Sociology**, v. 56, n. 4, p. 699-716, 1991.
- OLIVEIRA, L. C. A. Produtores rurais e parque nacional: um estudo de caso na Serra da Canastra. Lavras, 1992. 121 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura de Lavras.
- PANDEY, R. S. An inter-organizational analysis of planning for social development in India. **International Review of Community Development**, v. 29-30, p. 201-17, sum. 1973.
- PATRICK, G. F. Pobreza rural no Brasil: determinantes e alternativas - orientações para análise. São Paulo: FIPE, 1975. 41 p.
- PELLEY, D.; GOTLIEB, Y.; HALPERT, A. et al. Planning project in Dang District, Nepal. Rehovot: Settlement Study Centre, 1988. 76 p. (Publications on Integrated Rural Development, David Publications Series, n. 13) . /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 3A, 1990-91/.
- PEREIRA, L. org. **Urbanização e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 189 p.
- PYAKURYAL, B.; DAHAL, K. Socio-economic profile of Ilaka 7 - Bhaktapur. **Economic Journal of Nepal**, v. 9, n. 4, p. 21-31, 1986. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- ROSA, I. G.; JANNUZZI, P.M.; SANCHES, J. M.; CORREA, C. F. V. Sistema de planejamento municipal: uma contribuição metodológica. **Cadernos da FCECA**, v. 3, n. 1, p. 20-30, jan./jun. 1994.
- RUBANO, L. M. As condições de trabalho e moradia dos lavradores e trabalhadores rurais: um estudo de caso no município de Marília. São Paulo, 1990. 196 p. Dissertação (M. S.) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SEIXAS, L. M. A. L. O processo interativo institucional das organizações públicas: o caso do Progama Terra no Estado de Mato Grosso do Sul. Lavras, 1993. 171 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura de Lavras.

- SEMEGHINI, U. C.; ARAÚJO, M. F. I. Municípios paulistas: crescimento recente e trajetórias alternativas. **São Paulo Em Perspectiva**, v. 3, n. 3, p. 75-8, jul./set. 1989.
- SHRESTHA, R. P. **Socio economic study in Dadhikot village panchayat**. Kathmandu - Nepal: Centre for Economic Development and Administration, 1984. 124 p. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- SIDDIQI, A. Small town growth and development policy in Pakistan. **GeoJournal**, v. 30, n. 4, p. 421-34, 1993. /Resumo em **Tropag & Rural: Abstracts on Tropical Agriculture and Abstracts on Rural Development in the Tropics**, 1975-jun. 1995/.
- SILBERFEIN, M.; KESSLER, S. The role of a small town in rural development: a Sierra Leone case study. **Studies in Comparative International Development**, v. 23, n. 1, p.85-101, 1988. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 2, 1987-89/.
- SILITSHENA, R. M. K. Village-level institutions and popular participation in Botswana. **Review of Rural and Urban Planning in Southern and Eastern Africa**, n. 1, p. 43-62, 1989. /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 3A, 1990-91/.
- SILVA, V. M. **Descentralização e caracterização do crescimento econômico no Estado de São Paulo entre 1970 e 1991**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, 1994. 43 p. (Série Estudos e Pesquisas, v. 4).
- SIN, M. E. A. Community-based sustainable development in Central Butana, Sudan. In: BAXTER, P. T. W., ed. **When the grass is gone: development intervention in African arid lands**. Uppsala, Sweden: Scandinavian Institute of African Studies, 1991. p. 152-61. (Seminar proceedings, n. 25) . /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 3A, 1990-91/.
- SOARES, D. M. O componente desenvolvimento comunitário do programa MG-II nos municípios de Coroaci e Virgolândia (MG). Viçosa, 1994. 105 p. Dissertação (M. S.) - Universidade Federal de Viçosa.

- SOLÓRZANO CUADRA, E. J. Diferenças espaciais de nutrição, renda e pobreza no Brasil. São Paulo, 1981. 168 p. Dissertação (M. S.) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- SOONTHORNPASUCH, S. **Social development in two remote villages of northern Thailand.** Chiang Mai: Chiang Mai Univ., 1987. 18 p. (Case Study Series on Local Social Development UNCRD (Japan), n. 2). /Resumo em **Tropag & Rural: Abstracts on Tropical Agriculture and Abstracts on Rural Development in the Tropics**, 1975-jun. 1995/.
- SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil : 1930-1975.** São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979. 540 p.
- TAN, K. C. Small towns and regional development in Wenzhou. **Geoscience and Man**, v. 30, p. 207-34, 1991. /Resumo em **Tropag & Rural: Abstracts on Tropical Agriculture and Abstracts on Rural Development in the Tropics**, 1975-jun. 1995/.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982. 270 p.
- THORNS, D. C. Participation in rural planning. **International Review of Community Development**, v. 23-24, p. 129-38, dec. 1970.
- TRECKER, H. B.; TRECKER, A. R. **Como trabalhar com grupos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1968. 224 p.
- VERMEER, E. B.; MIDDELHOEK, J. Recent development of small towns in China. In: VERMEER, E. B., ed.. **From peasant to entrepreneur: growth and change in rural China.** 1992. p. 241-72. (papers originating from the second European conference on agriculture and rural development in China, Leiden, January 14-17, 1991). /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 3B, 1992/.
- VERMEER, E. B.; TAUBMANN, W. The growth of rural towns in China's urban regions. In: VERMEER, E. B., ed.. **From peasant to entrepreneur: growth and change in rural China.** 1992. p. 273-91. (papers originating from the second

- European conference on agriculture and rural development in China, Leiden, January 14-17, 1991). /Resumo em **CAB Abstracts on CD-ROM**, v. 3B, 1992/.
- VILAS BOAS, A. A. Organização da produção agropecuária e integração ao setor urbano-industrial: um estudo de caso. Lavras, 1992. 126 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura de Lavras.
- VON WÜTHENAU, A. K.. **Relatório sistematizado sobre as visitas realizadas a Vera Cruz e Espírito Santo do Turvo**. Piracicaba: ESALQ-USP, 1994. 1 v.
- WUO, W. **Plano municipal de desenvolvimento rural: esboço de metodologia**. São Paulo: CEPAM, 1991. 1 v.
- XIAOYI, W. The development of China's small towns. **Studies in Human Society**, v. 6, p. 151-166, 1993. /Resumo em **Tropag & Rural: Abstracts on Tropical Agriculture and Abstracts on Rural Development in the Tropics**, 1975-jun. 1995/.
- YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Newbury Park: Sage Publications, 1989. 165 p. (Applied Social Research Methods Series, v. 5)
- ZEKERI, A. A.; WILKINSON, K. P.; HUMPHREY, C. R. Past activeness, solidarity, and local development efforts. **Rural Sociology**, v. 59, n. 2, p. 216-35, 1994.
- ZIONI, F. Pesquisa participante: relato e avaliação de uma experiência. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. 194 p.

APÊNDICES

Apêndice 1. Roteiro para as entrevistas nos grupos sociais organizados**Formulário para entrevista nos grupos**

Local: Vera Cruz

Data: ____ / ____ / ____

Grupo/ Instituição: _____

Entrevistado: _____

Função no grupo/instituição: _____

Parte 1: Aspectos políticos, sociais e econômicos

1- Quantos elementos tem o grupo.

- Há quanto tempo existe aqui no município.
- Qual a origem do grupo.

2- Como o grupo é estruturado. Como se dá a divisão das tarefas.

3- O grupo tem objetivos definidos. Quais.

- Resultados obtidos - satisfatórios.
- porquê.

4- Os membros têm conhecimento dos fins e propósitos das atividades que realizam.

5- Em geral os integrantes do grupo conhecem estes objetivos.

6- Como o grupo atua para atingir estes objetivos. Esta atuação é planejada.

7- Há participação dos membros em geral no planejamento e execução das atividades do grupo.

- e dos usuários/ beneficiários.

8- Em termos de recursos:

- quais são: físicos: instalações, equipamentos

 - humanos: nível educacional dos membros, assessoramento

 - financeiros: como são obtidos

- podem ser considerados suficientes.

- já houve casos de não executar atividades tidas como importantes por falta de recursos.

9- Motivação dos integrantes

- relação objetivos do grupo X pessoais

10- De forma geral, como são as relações pessoais.

11- Existem conflitos:

- de objetivos

- de personalidades - comportamentos

12- Em geral os membros do grupo podem ser considerados responsáveis para com o grupo.

13- O grupo propicia o desenvolvimento das capacidades dos seus integrantes.

14- O grupo o faz auto-avaliação

- critérios

- regularidade

15- Como são tomadas as decisões.

- participação: liberdade de expressar opiniões
- discussão
- voto / maioria

16- Há preocupação com a opinião dos beneficiários / usuários

- qualidade dos serviços
- demandas (como vocês descobrem/identificam a demanda.)

17- Existe abertura para a entrada de novos membros/integrantes.

18- Existem subgrupos no grupo.

- quanto representam no grupo.

Parte 2 - Relacionamentos verticais e horizontais

19- Quais outros grupo você conhece.

20- Há atividades em conjunto com outros grupos / instituições.

- daqui
- de fora
- iniciativa de quem

21- Há intercâmbio de atividades / experiências com outros grupos / instituições

- daqui
- de fora
- iniciativa de quem

22- Existem casos de grupo diferentes realizando uma mesma atividade separadamente.

- daqui X daqui
- daqui X de fora
- de fora X de fora

23- Existem membros deste grupo que participam de outros grupo

- daqui
- de fora

24- Quem foi importante na criação do grupo.

25- Quem toca o grupo.

- Você poderia listar as pessoas que acha mais importantes para a manutenção do grupo. Em termos de liderar outras pessoas, fazer coisas/atividades o parar coisas que outros começaram.

- Quem ou que tipo de pessoa está faltando. Porquê.

26- Quem atrapalha o desenvolvimento/desempenho do grupo.

- listar as pessoas, se quiser.
- porque.

Apêndice 2

Quadro 4 - Gabarito para preenchimento da matriz de tabulações das entrevistas (tabela 31).

Identificação	Item
q1a	número de elementos
q1b	idade do grupo
q2ai	sabe se tem estrutura
q2aai	sabe qual e a estrutura
q2aiii	com estrutura e com ligação vertical
q2bi	divisão de tarefas feita pelo coordenador
q2bii	pelo coordenador com algumas pessoas do grupo
q2biii	pelo grupo (em assembléia)
q3ai	tem objetivos
q3aai	os objetivos são iguais para os 2 membros entrevistados
q3c	considera os resultados satisfatórios
q4	consegui identificar missão
q5	integrantes conhecem objetivos
q6b	existe planejamento
q7ai	há participação no planejamento
q7aai	todos participam do planejamento
q7b	os usuários participam do planejamento
q8b	os recursos são considerados suficientes
q8c	houve casos de não executar atividades por falta de recursos
q9	integrantes motivados
q10	relações pessoais boas
q11a	existem conflitos interpessoais
q11b	considerados normais
q12a	os membros podem ser considerados responsáveis
q12b	nem todos
q13	acredita que o trabalho em grupo propicia algum desenvolvimento para os integrantes
q14	existe avaliação das atividades
q15a	existe participação e discussão nas tomadas de decisão
q15b	existe votação
q16a	há preocupação com a qualidade dos serviços
q16b	existe preocupação com a identificação de demandas
q17a	existe abertura para a entrada de novos membros
q17bi	grupo crescendo
q17bii	estável

continua

Quadro 4 (continuação) - Gabarito para preenchimento da matriz de tabulações (tabela 31).

q18a	existe subgrupo
q18b	acredita que atrapalha os trabalhos do grupo
q19	conhece > 5 grupos
q20a	há atividade em conjunto com grupos de Vera Cruz
q20b	há atividade em conjunto com grupos de fora
q21a	há intercâmbio com grupos de Vera Cruz
q21b	há intercâmbio com grupos de fora
q22a	grupos ≠s realizando uma mesma atividade: de Vera CruzXde Vera Cruz
q22b	grupos ≠s realizando uma mesma atividade: de Vera CruzXde fora
q22c	grupos ≠s realizando uma mesma atividade: de foraXde fora
q23a	membros do grupo que participam de grupos de Vera Cruz
q23b	membros do grupo que participam de grupos de fora
	sim: 1; não: 0; não se aplica: na; não respondeu: nr

Apêndice 3

Tabela 31 - Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito dos tópicos das entrevistas (quadro 4).

grupo	entrev.*	q1a	q1b	q2ai	q2aai	q2aiii	q2bi	q2bii	q2biii
1	1	9	3	nr	na	na	nr	nr	nr
1	2	11	10	1	1	na	0	1	0
2	1	11	5	1	1	0	0	0	1
2	2	6	5	1	1	0	0	1	0
3	1	10	38	1	1	1	1	0	0
3	2	22	30	1	1	1	1	0	0
4	1	39	65	1	1	0	nr	nr	nr
4	2	40	50	1	1	0	nr	nr	nr
5	1	17	3	1	1	1	na	na	1
5	2	19	2,5	1	1	1	na	na	1
6	1	5	40	1	1	1	na	1	na
6	2	6	40	1	1	1	nr	nr	nr
7	1	3	36	1	1	1	1	na	na
7	2	3	36	1	1	1	1	na	na
8	1	17	15	1	1	1	na	na	1
8	2	13	30	1	1	1	na	na	1
9	1	nr	16	1	1	0	nr	nr	nr
9	2	5	10	1	1	0	na	1	na
10	1	32	10	1	1	1	na	na	1
10	2	52	6	1	1	1	1	na	na
11	1	230	4	1	1	0	nr	nr	nr
11	2	230	4	1	1	0	1	na	na
12	1	300	2	1	1	0	nr	nr	nr
12	2	300	5	1	1	0	nr	nr	nr
13	1	52	36	1	1	1	1	na	na
13	2	nr	36	1	1	1	na	na	na
14	1	30	30	1	1	1	nr	nr	nr
14	2	33	27	1	1	1	na	1	na
15	1	nr	30	1	1	1	nr	nr	nr
15	2	500	33	1	1	1	nr	nr	nr
16	1	25	35	1	1	1	nr	nr	nr
16	2	28	30	1	1	1	nr	nr	nr
17	1	15	30	1	1	0	nr	nr	nr
17	2	10	40	1	1	0	nr	nr	nr
18	1	5	4	1	1	0	na	na	na
18	2	5	30	1	1	0	na	na	na
19	1	23	26	nr	nr	nr	1	1	1
19	2	22	28	1	1	1	nr	nr	nr
20	1	25	30	1	1	1	na	na	na
20	2	23	45	1	1	1	nr	nr	nr
21	1	15	2,5	1	1	1	nr	nr	nr
21	2	8	3	1	1	1	nr	nr	nr
22	1	64	46	1	1	1	na	na	na
22	2	60	38	1	1	1	na	na	na
23	1	10	4	1	1	0	0	0	0
23	2	19	5	1	1	0	nr	nr	nr
24	1	72	3,5	1	1	0	nr	nr	nr
24	2	72	3	1	nr	0	nr	nr	nr
25	1	17	10	1	1	0	nr	nr	nr
25	2	17	10	1	1	0	nr	nr	nr
26	1	10	10	1	1	1	1	na	na
26	2	nr	11	1	1	1	nr	nr	nr
27	1	30	9	1	1	1	1	na	na
27	2	20	8	1	1	1	1	na	na
28	1	40	6	1	1	0	1	na	na
28	2	45	4	1	1	0	1	na	na
29	1	80	10	1	1	1	nr	nr	nr
29	2	85	4	1	1	1	1	na	na
30	1	185	17	1	1	1	na	na	na
30	2	200	25	1	1	1	na	na	na

continua

Tabela 31 (continuação) - Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito das questões das entrevistas (quadro 4).

grupo	entrev.	q3ai	q3aii	q3c	q4	q5	q6b	q7ai	q7aii
1	1	1	0	nr	0	0	0	na	na
1	2	1	1	1	0	1	1	1	0
2	1	1	1	0	1	1	1	0	na
2	2	1	0	0	1	1	1	1	0
3	1	1	1	1	1	1	0	na	na
3	2	1	0	1	1	1	1	nr	nr
4	1	1	1	0	0	1	0	na	na
4	2	1	0	0	1	nr	0	na	na
5	1	1	1	1	1	1	1	1	1
5	2	1	1	1	0	1	1	1	0
6	1	1	1	1	0	1	1	0	na
6	2	1	0	0	0	nr	1	1	1
7	1	1	1	1	0	1	1	0	na
7	2	1	0	1	0	1	1	0	na
8	1	1	1	nr	1	1	1	1	1
8	2	1	1	nr	1	1	1	1	0
9	1	1	1	nr	0	1	0	na	na
9	2	1	0	1	0	1	1	na	1
10	1	1	1	1	1	1	1	1	1
10	2	1	0	1	0	1	1	0	na
11	1	1	1	1	0	1	1	1	0
11	2	1	1	1	0	1	1	0	na
12	1	1	1	nr	0	0	1	1	0
12	2	1	1	1	0	0	1	1	0
13	1	1	1	1	0	1	1	1	0
13	2	1	0	1	0	1	1	0	na
14	1	1	1	0	0	0	1	1	0
14	2	1	1	1	nr	nr	1	1	1
15	1	nr	1	1	0	1	nr	na	na
15	2	1	0	1	0	1	0	na	na
16	1	1	1	1	0	1	1	1	0
16	2	1	1	nr	0	1	1	1	0
17	1	1	1	1	0	1	1	1	0
17	2	1	0	1	0	1	nr	1	1
18	1	1	1	1	0	1	1	1	0
18	2	1	1	1	0	1	1	nr	nr
19	1	1	1	nr	1	1	nr	0	0
19	2	1	1	nr	1	1	0	na	na
20	1	1	1	1	0	1	0	na	na
20	2	1	1	1	0	1	1	0	na
21	1	1	1	1	1	nr	1	1	1
21	2	1	1	1	0	1	1	1	1
22	1	1	1	1	0	1	1	1	1
22	2	1	0	nr	0	1	1	1	0
23	1	1	1	1	0	1	0	na	na
23	2	1	1	1	0	0	0	na	na
24	1	1	1	1	0	1	0	na	na
24	2	1	1	1	0	1	nr	0	0
25	1	1	1	1	1	1	0	na	na
25	2	1	1	nr	0	1	1	1	0
26	1	1	1	1	1	1	1	1	1
26	2	1	1	1	0	1	0	na	na
27	1	1	1	1	1	1	1	1	0
27	2	1	1	1	0	1	1	1	0
28	1	1	1	1	0	1	0	na	na
28	2	1	0	nr	0	1	1	0	0
29	1	1	1	nr	0	0	1	1	1
29	2	1	1	1	0	1	1	0	0
30	1	1	1	1	0	1	0	na	na
30	2	1	0	nr	0	0	0	na	na

continua

Tabela 31 (continuação) - Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito das questões das entrevistas (quadro 4).

grupo	entrev.	q8b	q8c	q9	q10	q11a	q11b	q12a	q12b
1	1	1	nr	1	1	1	1	1	1
1	2	0	1	0	1	1	1	1	1
2	1	1	0	nr	1	1	nr	1	na
2	2	1	nr	1	1	1	1	1	na
3	1	nr	nr	1	1	0	na	1	na
3	2	1	1	0	1	1	1	1	na
4	1	0	0	0	1	0	na	1	na
4	2	0	1	0	0	1	1	1	na
5	1	0	0	1	1	1	1	1	na
5	2	0	1	0	1	1	nr	1	na
6	1	0	nr	1	1	1	1	1	na
6	2	0	1	1	1	0	na	1	na
7	1	1	0	0	1	0	na	1	na
7	2	1	0	0	1	0	na	1	na
8	1	1	0	1	1	1	1	na	1
8	2	1	0	1	1	0	na	na	1
9	1	0	1	1	1	1	nr	na	1
9	2	0	1	1	1	0	na	na	1
10	1	1	0	nr	1	0	na	1	na
10	2	1	0	1	1	1	1	na	1
11	1	0	0	1	1	1	nr	na	1
11	2	1	0	1	1	1	1	na	1
12	1	0	0	1	1	1	nr	1	na
12	2	0	1	1	nr	1	nr	1	na
13	1	0	0	0	1	0	na	0	na
13	2	0	1	0	1	0	na	0	na
14	1	0	1	1	1	1	nr	1	na
14	2	0	1	1	1	0	na	na	1
15	1	0	nr	0	1	0	na	0	na
15	2	0	1	1	1	1	1	1	na
16	1	0	0	0	1	0	na	1	na
16	2	0	nr	1	1	0	na	1	na
17	1	0	nr	1	1	0	na	1	na
17	2	0	nr	1	0	1	0	1	na
18	1	0	0	1	1	0	na	1	na
18	2	nr	nr	0	1	0	na	na	1
19	1	0	1	0	1	1	nr	1	na
19	2	nr	nr	0	1	1	1	1	na
20	1	1	0	1	1	0	na	1	na
20	2	0	1	1	1	1	nr	1	na
21	1	0	nr	1	1	1	nr	1	na
21	2	0	nr	1	1	0	na	1	na
22	1	0	0	1	1	1	1	1	na
22	2	0	1	0	1	1	0	na	1
23	1	1	1	1	1	nr	nr	1	na
23	2	1	0	1	1	0	na	nr	nr
24	1	1	0	1	0	1	nr	na	1
24	2	1	0	1	1	0	na	1	na
25	1	nr	0	1	1	1	nr	1	na
25	2	1	0	1	1	1	1	1	na
26	1	1	0	1	1	1	1	1	na
26	2	nr	nr	0	1	0	na	1	na
27	1	nr	1	1	1	1	1	1	na
27	2	1	0	1	1	1	1	na	1
28	1	1	nr	1	1	1	1	1	na
28	2	1	nr	1	1	1	1	1	na
29	1	0	nr	0	1	0	na	1	na
29	2	1	nr	1	1	1	1	1	na
30	1	nr	nr	1	1	1	1	1	na
30	2	0	nr	1	1	0	na	1	na

continua

Tabela 31 (continuação) - Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito das questões das entrevistas (quadro 4).

grupo	entrev.	q14	q15a	q15b	q16a	q16b	q17a	q17bi	q17bii
1	1	0	1	nr	0	0	na	na	na
1	2	0	1	0	0	1	na	na	na
2	1	1	1	1	1	1	0	0	na
2	2	1	1	1	1	1	1	nr	na
3	1	1	0	na	1	0	1	na	1
3	2	0	1	1	0	0	1	0	na
4	1	0	1	1	1	0	0	na	na
4	2	1	1	nr	1	1	0	na	na
5	1	1	1	nr	0	1	1	1	na
5	2	1	1	1	nr	nr	1	1	na
6	1	0	0	na	1	0	1	nr	nr
6	2	1	0	na	0	0	1	nr	nr
7	1	0	0	na	1	nr	na	0	na
7	2	1	0	na	0	0	na	0	na
8	1	0	1	nr	0	0	1	na	1
8	2	1	1	0	1	1	1	1	na
9	1	1	1	nr	0	1	1	na	1
9	2	1	1	nr	1	1	1	na	1
10	1	1	1	nr	1	0	1	1	na
10	2	0	0	na	1	0	1	1	na
11	1	1	1	1	1	0	1	1	na
11	2	0	1	1	0	0	1	nr	nr
12	1	0	0	0	1	1	1	1	na
12	2	1	0	0	nr	nr	1	nr	na
13	1	0	0	1	0	0	1	na	1
13	2	0	0	0	0	0	1	na	1
14	1	1	1	nr	1	0	1	0	na
14	2	1	1	nr	0	0	1	0	na
15	1	nr	1	nr	0	0	1	0	na
15	2	1	1	1	1	1	1	0	na
16	1	0	1	nr	0	0	1	1	na
16	2	1	nr	nr	1	0	1	1	na
17	1	1	1	nr	0	1	1	1	na
17	2	0	1	nr	0	0	1	na	1
18	1	nr	1	nr	1	0	1	1	na
18	2	0	0	0	1	0	1	nr	nr
19	1	1	1	1	0	1	1	0	na
19	2	0	1	nr	0	0	1	nr	nr
20	1	0	0	0	0	0	nr	nr	nr
20	2	1	1	0	1	0	nr	0	na
21	1	1	1	1	1	0	1	0	na
21	2	1	1	1	1	1	1	na	1
22	1	1	1	nr	nr	nr	na	0	na
22	2	1	1	1	0	0	1	0	na
23	1	0	1	nr	0	0	1	nr	nr
23	2	0	0	0	0	0	0	nr	nr
24	1	1	0	0	1	0	1	nr	nr
24	2	0	1	nr	0	0	0	1	na
25	1	0	0	0	0	0	0	1	na
25	2	0	0	0	0	0	0	na	1
26	1	0	1	nr	0	0	1	na	1
26	2	0	0	0	0	0	1	na	1
27	1	1	1	1	1	0	1	1	na
27	2	1	1	nr	1	nr	1	nr	nr
28	1	1	1	1	1	1	1	0	na
28	2	1	0	0	0	0	0	nr	nr
29	1	0	0	0	0	0	1	nr	nr
29	2	1	1	1	1	1	1	nr	nr
30	1	0	1	nr	0	0	1	nr	nr
30	2	0	1	nr	0	0	1	1	na

continua

Tabela 31 (continuação) - Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito das questões das entrevistas (quadro 4).

grupo	entrev.	q18b	q19	q20a	q20b	q21a	q21b	q22a	q22b
1	1	na	1	0	0	0	1	1	0
1	2	nr	1	0	0	0	0	1	0
2	1	na	1	0	0	0	0	0	0
2	2	na	1	1	0	0	1	1	0
3	1	na	1	1	0	1	0	1	0
3	2	na	0	1	0	1	1	1	0
4	1	na	1	0	0	0	0	0	0
4	2	na	nr	1	0	0	1	0	1
5	1	na	0	1	0	0	1	nr	nr
5	2	nr	nr	1	1	0	1	1	0
6	1	na	1	0	0	0	0	1	0
6	2	na	0	0	0	0	1	1	0
7	1	na	0	1	1	1	1	1	1
7	2	na	1	1	1	1	nr	nr	nr
8	1	na	0	0	0	nr	nr	1	0
8	2	na	1	0	0	0	1	1	0
9	1	0	1	0	0	0	0	1	0
9	2	nr	0	0	0	0	0	0	0
10	1	na	0	1	0	0	1	nr	nr
10	2	0	1	1	0	1	1	1	0
11	1	na	0	1	1	1	1	1	0
11	2	na	1	1	0	0	1	nr	nr
12	1	0	1	0	0	1	1	1	0
12	2	nr	nr	1	1	0	1	1	0
13	1	na	1	0	1	0	1	1	0
13	2	na	1	0	1	0	1	0	0
14	1	nr	0	1	1	1	1	1	0
14	2	1	1	1	1	0	1	0	0
15	1	na	0	nr	nr	nr	nr	nr	nr
15	2	na	0	0	0	0	0	0	0
16	1	0	1	1	0	0	1	1	0
16	2	na	0	1	0	0	1	1	0
17	1	na	0	0	0	0	1	1	0
17	2	0	0	0	0	0	1	1	1
18	1	na	0	0	0	0	1	1	0
18	2	na	0	1	1	0	0	0	0
19	1	na	na	na	0	na	na	1	0
19	2	na	0	0	0	0	1	1	0
20	1	na	0	1	0	0	0	1	0
20	2	nr	1	1	1	1	0	0	0
21	1	na	1	1	0	1	1	0	0
21	2	na	1	0	0	0	1	0	0
22	1	nr	nr	1	0	0	1	1	1
22	2	1	1	1	1	0	0	1	0
23	1	na	0	0	0	0	1	1	0
23	2	na	1	1	0	0	1	1	0
24	1	0	1	0	0	0	0	0	0
24	2	na	0	1	0	0	0	0	0
25	1	na	1	1	0	0	0	1	0
25	2	na	1	1	0	0	0	0	0
26	1	na	1	0	0	0	0	0	0
26	2	na	1	0	0	0	0	0	0
27	1	nr	1	0	0	1	1	0	0
27	2	na	1	1	0	0	1	0	0
28	1	0	1	1	1	0	0	1	0
28	2	na	1	0	0	0	0	1	0
29	1	na	1	0	0	0	0	1	0
29	2	0	1	1	0	0	1	1	0
30	1	na	1	1	0	0	1	1	0
30	2	na	1	0	0	0	1	0	0

continua

Tabela 31 (continuação) - Tabulação das respostas dos questionários com base no gabarito das questões das entrevistas (quadro 4).

grupo	entrev.	q23a	q23b	grupo	entrev.	q23a	q23b
1	1	1	0	16	1	1	0
1	2	1	0	16	2	1	0
2	1	1	0	17	1	1	0
2	2	1	0	17	2	1	0
3	1	1	0	18	1	1	0
3	2	1	0	18	2	1	0
4	1	1	0	19	1	1	0
4	2	nr	nr	19	2	0	0
5	1	1	nr	20	1	1	0
5	2	1	1	20	2	1	0
6	1	1	0	21	1	1	0
6	2	1	0	21	2	1	0
7	1	nr	nr	22	1	1	0
7	2	0	0	22	2	1	0
8	1	0	0	23	1	0	0
8	2	1	0	23	2	1	0
9	1	1	0	24	1	1	0
9	2	0	0	24	2	0	0
10	1	1	0	25	1	1	0
10	2	1	0	25	2	1	0
11	1	1	0	26	1	1	0
11	2	1	1	26	2	1	0
12	1	1	0	27	1	1	0
12	2	1	0	27	2	1	0
13	1	1	0	28	1	1	0
13	2	1	0	28	2	1	1
14	1	1	0	29	1	1	0
14	2	1	0	29	2	1	0
15	1	0	0	30	1	1	0
15	2	1	0	30	2	1	0

Fonte: dados da pesquisa

* entrev.: número do membro entrevistado no grupo.

Foram consideradas as seguintes associações: a) número 1 quando a característica se verificava no grupo; b) número 0 quando a característica não se verificava; c) **na** nos casos em que a característica não se aplicava ao grupo em questão; e, d) **nr** quando não houve resposta relativa à característica em questão